

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG

***HIDROTERRITÓRIOS (NOVOS TERRITÓRIOS DA ÁGUA): OS
INSTRUMENTOS DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E SEUS
IMPACTOS NOS ARRANJOS TERRITORIAIS***

João Pessoa

2007

Avaní Terezinha Gonçalves Torres

***HIDROTERRITÓRIOS (NOVOS TERRITÓRIOS DA ÁGUA): OS
INSTRUMENTOS DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E SEUS
IMPACTOS NOS ARRANJOS TERRITORIAIS***

Dissertação apresentada à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para obtenção do título de mestre, desenvolvido pela mestranda, Avaní Terezinha Gonçalves Torres, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Costa Guedes Vianna, com o apoio do CNPq / CT-HIDRO – Brasil, Processo N° 134576/2004-7.

JOÃO PESSOA, 2007

“Hidroterritórios (Novos Territórios da Água): Os Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos e seus Impactos nos Arranjos Territoriais”

por

Avaní Terezinha Gonçalves Torres

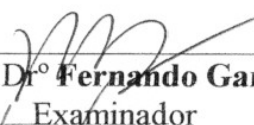
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

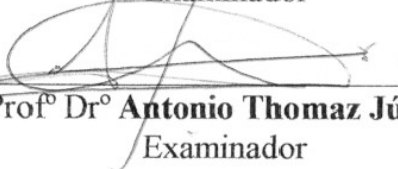
Aprovada por:



Prof^o Dr^o **Pedro Costa Guedes Vianna**
Orientador



Prof^o Dr^o **Fernando Garcia**
Examinador



Prof^o Dr^o **Antonio Thomaz Júnior**
Examinador

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia

Março/2007

João Pessoa – PB
Fevereiro 2007

AGRADECIMENTOS

Ao trilhar o caminho para melhor compreender os fatos e argumentos que justificam ou não a formação dos *hidroterritórios*, precisa-se primordialmente do diálogo e compreensão daqueles que nos rodeiam. Muitos dos caminhos da reflexão foram compartilhados com professores, amigos, familiares, enfim com todos que contribuíram para concretizar um desejo de cooperar e protestar em prol de uma gestão das águas mais justa socialmente, entre tantas, a estas pessoas devo especial agradecimento:

À Araci, grande incentivadora e companheira de vida, presente em todos os momentos dessa jornada, muito obrigada pela compreensão e paciência nas inquietações do decorrer da pesquisa.

Ao meu orientador Pedro Vianna, pelo estímulo, por compartilhar idéias e procurar ouvir aquelas com que não se identifica. A minha gratidão por nortear e navegar nessa jornada.

Aos que me deram apoio logístico, o CNPq, pela bolsa do CT-HIDRO.

Aos professores do PPGG da UFPB, que possibilitaram a construção de uma formação acadêmica fundamental para a elaboração do percurso teórico desse trabalho.

Aos colegas do GEPAT, pela convivência e discussões sob o tema *água*, sua geopolítica e pela salutar discussão a respeito do conceito de hidroterritório criado nessa dissertação;

Aos amigos: Afonso, Amanda, Ruth, Anderson, Aline, Dadá Martins, Marcelo, Edivaldo Lima, Maria Franco, Jorge Flávio, Raquel, Likinha, Marcos Mitidieiro, Nilton Abranches, pelas colaborações e pelos momentos de lazer.

Dedico.

Aos nordestinos sedentos que lutam no semi-árido, numa lida diária para matar a sede de sua família e que clamam por justiça social.

LISTA DE FIGURAS

01	Figura 1 - Eixos Fundamentais para estudo dos conflitos da água	22
02	Esquema hipotético de conflito hídrico - Fase 1	24
03	Esquema hipotético de conflito hídrico - Fase 2	25
04	Esquema hipotético de conflito hídrico - Fase 3	26
05	Litografia demonstrando a captação de água em poços no Egito	31
06	Litografia de um Sarilho	31
07	Mapa da rede de aquedutos romanos	33
08	Painel de azulejos no Mercado	38
09	<i>Porteur d'eau</i> - Lisboa	38
10	“Aguadeiros”, vendedores de água à população	40
11	“Aguadeiros”, vendedores de água à população. Alagoinha - PE	41
12	Divisão dos lotes do projeto de aproveitamento hidro-agrícola das várzeas de Sousa-PB	72
13	Módulo Mandalla	73
14	Cisternas de placas	73
15	Croqui de uma barragem subterrânea	73
16	Fogão Solar	73
17	Esquema do conflito de disponibilidade de água – Fase 1	81
18	Esquema do conflito de disponibilidade de água – Fase 2	82
19	Esquema do conflito de disponibilidade de água – Fase 3	83
20	Esquema do conflito de disponibilidade de água – Fase 4	84
21	Esquema do Espaço estratégico de luta	85
22	Momento da entrevista as mulheres da associação de Campo Sítio do Magé (janeiro de 2007)	90
23	Caminhão terceirizado de distribuição de água, com adesivos de campanha política no período eleitoral	92
24	Família na busca da água em Perpétuo Socorro, Alagoinha - PE	93
25	Morador na busca da água em Perpétuo Socorro, Alagoinha - PE	93
26	(Detalhe) Placa da instalação do dessalinizador e instalação predial (Salambaia distrito de Alagoinha – PE)	94
27	Esquema do hidroterritório de águas privadas – Fase 1	96
28	Esquema do hidroterritório de águas privadas – Fase 2	97
29	Sistema pré-pago desativado em Perpétuo Socorro - distrito de Alagoinha - PE	98
30	Detalhe do medidor pré-pago	98
31	Obra de pavimentação da estrada de Alagoinha - PE ao distrito de Perpétuo Socorro	99
32	Detalhe da Estrada de Alagoinha - PE ao distrito de Perpétuo Socorro	99
33	Esquema Hidroterritório de águas privadas –Fase 3	100
34	Aguadeiro, profissão de origem secular ainda existente no município de Alagoinha - PE	101

35	Carros pipas vendedores e distribuidores de água no município de Alagoinha	101
36	Carroça com tonel adaptado	102
37	Esquema da evolução comportamental dos atores envolvidos no conflito no Município de Alagoinha - PE	104
38	Sede da FUNASA no município de Marcação	108
39	Instalações da CAGEPA desativada em Marcação - PB	109
40	Detalhe Instalações da CAGEPA próxima ao Cemitério Local	109
41	Distância entre o poço e o cemitério	109
42	Detalhe Instalações da CAGEPA próxima ao Cemitério Local	109
43	Tanque de armazenamento de água para o uso doméstico	111
44	Pote de armazenamento de água para uso no banheiro da casa	111
45	Tubulação da CAGEPA cortada pelo morador	112
46	População na sede da Prefeitura Municipal de Marcação - PB em período eleitoral	113
47	Sede da Prefeitura Municipal de Marcação – PB em período eleitoral	113

LISTA DE MAPAS

01	Mapa 1: Mapa de localização do Assentamento Acauã	70
02	Mapa 2: Mapa de localização do Município de Alagoinha - PE	88
03	Mapa 3: Mapa de localização do Município de Marcação	106

LISTA DE TABELAS

01	Representação percentual por classe no Projeto de Irrigação nas Várzeas de Souza-PB	71
----	---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRH	Associação Brasileira de Recursos Hídricos
ALP	Análise de Longo Período
BM	Banco Mundial
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos do Estado da Paraíba
CCEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMPESA	Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto de Pernambuco
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEPAT	Grupo de Estudos e Pesquisa da Água e Território
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEME	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
ISE	Intenções Sócio-Espaciais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
NDHIR	Núcleo de Documentação Histórico e Regional
PNDU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos.
PP	Poluidor-Pagador (Princípio)
PPP	Parceria Público-Privado
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Um dos grandes desafios que desponta neste início de século para a humanidade é a administração da oferta e da demanda de recursos naturais, sejam eles renováveis ou não. Nas últimas décadas, o processo de degradação dos corpos hídricos foi acelerado pelo seu uso irracional. Uma das formas utilizadas pelo Estado, além dos instrumentos de COMANDO E CONTROLE, para garantir a oferta dos serviços de abastecimento de água e atender de forma satisfatória a demanda pelo uso da água, são os instrumentos reguladores. O Brasil adotou o SISTEMA DE REGULAÇÃO baseado no princípio poluidor-pagador e usuário-pagador, propõe a cobrança pelo uso da água, atribuindo a ela valor de uso, tratando-a como um bem escasso. A Política Nacional de Recursos Hídricos afirma que: a água é um bem de domínio público; limitado e com valor econômico, para assegurar um nível ótimo de uso, inclusive através das ferramentas da outorga e da cobrança. Porém, essa proposição, pode causar a exclusão de parte da população desprovida de renda a um bem vital, a água. Muitas vezes, os governos assumem papel normativo, indutor e regulador, explícita ou implicitamente, estabelecendo condições estruturais e marcos de atuação para os agentes desconsiderando questões culturais importantes na análise. Nesta pesquisa foram constatados territórios diferenciados no qual a água é o motivo de luta e cobiça, assumindo valor econômico e simbólico. Este tipo de formação territorial, aqui denominado *hidroterritório*, expressa um fenômeno social onde o controle da água representa o domínio do território, trazendo à tona conflitos eminentemente hídricos, dividindo as comunidades por classes com interesses e luta. Considerando os pressupostos anteriormente descritos, surge a necessidade de estudos para verificar alguns territórios influenciados por questões hídricas. As informações obtidas com este estudo formam os primeiros passos na busca do conhecimento mais aprofundado sobre o tema.

Palavras-chave: Hidroterritórios, luta de classe, mercadoria; gestão dos recursos hídricos.

ABSTRACT

The management of the natural resources, renewal or not, is one of the great challenge in this century beginning for the humankind. The hydro degradation process was increased in the last decades by the non rational use. Beyond the COMAND AND CONTROL, one of the strategies used by the State to guarantee the offer of the water supply and satisfy the demand for the water use are the rulers instruments. A fee for the water use is proposed by Brazil's adopted REGULATION SYSTEM based on the principle of pollution and user-payer, treating water as rare good attributing it a use value. In order to guarantee an optimum use level of water and an exploitation license and a fee for its use, the National Policy for Hydro Resources assumes that it is a public good, rare and with an economic value. The poor part of the population can be excluded from the access to the water, an essential and not dispensable resource, by this proposal. Most of the times, the governments are responsible for normative actions, inducing and regulating, implicit or explicitly, constructing actions and structural conditions for the agents and important cultural questions are not considered in the analyses. Different territories where the water is the reason for fight and envy, having a symbolic and economic value were found in this research. Named here as "*hydroterritory*", this kind of territory express a social phenomena where the water control represents the dominium of the territory, turning hydro conflicts evident, breaking the communities into groups with distinct interests and requests. Researches are necessary to verify some territories that are under influence by hydro questions. The information produced by this research is the first step into this subject investigation.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	05
LISTA DE MAPAS	06
LISTA DE TABELAS	06
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	07
RESUMO	08
ABSTRACT	09
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
CAPÍTULO 1	
1. A CULTURA DA ÁGUA: TEMPOS E PRÁTICAS DAS CIVILIZAÇÕES	29
1.1 TEMPOS E PRÁTICAS DAS CIVILIZAÇÕES ANTIGAS	29
1.2 OS SERVIDORES DAS ÁGUAS: UMA BREVE REDE HISTÓRICA DOS TRABALHADORES DA ÁGUA NO BRASIL E NO MUNDO.	36
CAPÍTULO 2	
2.DO GLOBAL AO LOCAL: CASOS PELO MUNDO DA LUTA PELA ÁGUA	42
2.1 ÁGUAS INTERNACIONAIS PARA POUCOS	45
2.2 AS RESISTÊNCIAS À NOVA "FORMA DA ÁGUA".	46

CAPÍTULO 3	
3 A GUIA DA ÁGUA COMO MERCADORIA: UMA BUSCA TEÓRICA	52
3.1 O PENSAMENTO ECONÔMICO E A NATUREZA	62
CAPÍTULO 4	
4 A LUTA DE CLASSE PELA ÁGUA	66
4.1 OS TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS.	66
4.2 UM TERRITÓRIO DE LUTA: O CASO DO ASSENTAMENTO ACAUÃ E DAS VÁRZEAS IRRIGÁVEIS DE SOUSA.	68
4.2.1 ESPAÇO, TEMPOS E INTENÇÕES DAS CLASSES DO CONFLITO.	73
4.3 UM HIDROTERRITÓRIO PRIVADO: O CASO DA COMUNIDADE DE PERPÉTUO SOCORRO, ALAGOINHA-PE.	87
4.3.1 REGISTRO ESPACIAL DE ALAGOINHA PERNAMBUCO.	90
4.3.2 ESPAÇO, TEMPO E INTENÇÕES DAS ÁGUAS PRIVADAS.	94
4.3.3 HIDROTERRITÓRIO DE ÁGUAS POLÍTICAS	102
4.4 TERRITÓRIO SOLIDÁRIO: O CASO DA CULTURA INDÍGENA POTIGUAR EM MARCAÇÃO – PB	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	118
ANEXOS	124

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A água até há pouco tempo era considerada como um recurso abundante e renovável, entretanto hoje existem problemas no que tange à sua disponibilidade com qualidade. Um dos grandes desafios que desponta neste início de século para a humanidade é a administração da oferta e demanda por recursos naturais, sejam eles renováveis ou não. A dinâmica de consumo de mercadorias existente no mundo globalizado, exige um repensar das disponibilidades para consumo desses recursos.

O processo de globalização e a elevação dos índices de urbanização resultam, entre outros, na expansão das atividades industriais e agrícolas, principalmente a agricultura irrigada que tem provocado um aumento na demanda por água no mundo. Simultaneamente, a oferta de água tem enfrentado sérios problemas devido ao desperdício e ao acelerado processo de degradação dos estoques de água doce no planeta.

A médio prazo, as mudanças qualitativas dos estoques hídricos vão gerar na sociedade a necessidade de sistemas de gestões da água, que não a torne uma mercadoria especial. Os planejadores da gestão hídrica deverão, portanto, coibir essa contradição, indo ao encontro da água como função essencial à vida humana, sem distinção de classes.

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), fundamentada na lei 9.433, entre outros aspectos, afirma em seu artigo 1º que: *a água é um bem de domínio público; sendo, porém, um recurso limitado e dotado de valor econômico*. A gestão deste recurso, segundo esta lei, deve proporcionar o uso múltiplo das águas; tendo a bacia hidrográfica como unidade territorial, e uma gestão descentralizada e participativa.

Como ferramentas econômicas da gestão, a lei propõe a outorga e a cobrança do uso dos recursos hídricos. A *outorga* é a licença para uso da água, que gera uma

contrapartida, um custo financeiro regulado através do segundo instrumento, a *cobrança* pelo uso da água, que estabelece valor financeiro pelo uso de determinados volumes de água.

Na medida em que são implementadas a outorga e a cobrança na gestão das bacias hidrográficas, é possível que aconteçam repercussões, transformações e consolidações de novas territorialidades a nível econômico e/ou social, que emergiram com a aplicação desses instrumentos da lei 9.433/97 no Brasil. A referida lei ao atribuir a água valor econômico, torna ela passível de manobras que instituem uma gestão participativa ilusória. Assim, por questões sociais, culturais e regionais, a representatividade da comunidade pode ser manipulada de diversas maneiras, inclusive via dominação do território.

A interpretação, o uso e a aplicação desses conceitos certamente retornam à configuração espacial da bacia hidrográfica, influenciando e transformando sua geografia. Dessa forma, a bacia hidrográfica é o espaço onde se materializa o poder sobre as águas daquele território.

A categoria de análise escolhida como objeto central nesse trabalho foi o território, por meio de estudos de novas territorialidades, que expressam a construção e reprodução de um movimento político-social motivado pelo elemento água. Portanto o conceito de território entendido neste trabalho é próximo ao definido por Haesbaert (2000, p.121), que afirma:

O **território** envolve sempre, ao mesmo tempo [...] uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também), portanto, uma forma de (apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

O território é dotado de forças ambíguas de criação, (des)construção e reprodução, com objetivo de atender ou resistir aos interesses do Capital. E assim se estabelece uma luta de classe, de forças desiguais: Dos que pensam a modernidade do

consumo, onde as mercadorias estabelecem as necessidades e o fetiche (o status de consumir água associada à posição social do consumidor), respondendo ao anseio de uma melhor condição que a anterior postulada. Por outro lado há os que são levados a pensar que podem ou não aceitar a transformação no seu *modus vivendi*. Para que o primeiro imponha um novo hábito é preciso que o segundo aceite, quando há rejeição, surgem os conflitos.

Nessa concepção teórica, o conceito de território se dilata em relação à forma, pois passa a ser um espaço de luta, como também se fragmenta, para melhor absorver a modificação imposta pela classe dominante. Portanto, as formas do território são multifacetadas já que o território assume uma escala menor de poder, baseado no local, que aceita as imposições locais e/ou globais ou luta contra elas. Refletindo a respeito dessas questões, SANTOS & ANTONELLO (2006, p. 143) afirmam que:

(...) com os avanços da ciência, da tecnologia e da informação, o capitalismo estabelece a diferenciação dos espaços, ou, mais precisamente dos territórios, pela materialidade por eles apresentada, traduzindo-se na divisão espacial entre os países, regiões e cidades, fruto do desenvolvimento desigual e combinado, próprio da lógica capitalista, aumentando as disparidades socioeconômicas e espaciais, expressão de luta entre local/global.

A justificativa da compreensão de território como foi descrito, está nas particularidades observadas empiricamente no campo, em específico no Nordeste do Brasil. Essa observação proporcionou um conhecimento empírico mais corporificado, que pressupõe a formação de novos *territórios da água*, alguns, que, ao invés de proporcionar direitos equitativos da água, segregam populações por *hidro-classes*. Ou seja, os direitos licenciados de uso da água (outorga e cobrança) e mudanças das gestões locais, proporcionam também (ou tentam), a preservação e reprodução das oligarquias e as relações de produção pré-existentes em determinados territórios.

Entende-se como *hidroterritórios*, aqueles territórios demarcados por questões de poder político e/ou cultural oriundas da gestão da água, assumindo assim, o papel determinante em sua ocupação. A princípio este território é demarcado pela disputa dos estoques de água, não se restringindo limites aos aquíferos onde estão localizados, podendo inclusive gerar conflito pela posse e controle da água, por exemplo, pela implantação de um canal, barragem ou açude entre outras obras hídricas. No aspecto de

formação territorial, o *hidroterritório* pode assumir dimensões e delimitações múltiplas, a origem e trajetória da água é que vai demarcar seu tamanho e forma.

A normatização da gestão da água em cada território é diversificada, e pode estar relacionada à cultura de um povo, quando uma comunidade em seu cotidiano expressa um conjunto de normas locais para administrar esse bem comum. Ou pode acontecer por interesse de um agente privado de explorar, controlar e consumir a água, desprezando as demais necessidades da população. Em geral esse agente possui um *status* privilegiado na hierarquia social, que expressa nas ações para controlar a água do território. Por outro lado a gestão hídrica pode vir num movimento verticalizado, por imposições da globalização repassadas aos Estados-Nação.

É possível notar que as imposições podem trazer à tona conflitos. Essas forças se confrontam, e a que possui um maior poder (social e/ou econômico e/ou político) sobre a população, estabelece novas ou mantém antigas práticas no território. A luta como movimento, se expressa como uma inacabável territorialização, até que um dos lados aceite as intervenções do outro. A dinâmica imposta é bastante similar a do mercado, de acordo com o ritmo e a necessidade do Capital.

Os ciclos e os ritmos acontecem porque, por vezes, alguns anseios do Capital não conseguem obter êxito nas suas empreitadas, pois, para algo ser considerado como mercadoria, assume-se como postulado o reconhecimento pela sociedade desse algo como mercadoria. Nesse caso, a tentativa de criar uma nova mercadoria não será descartada, ela será então, gotejada em pequenas doses de forma que a sociedade assimile lentamente. E a rejeição ou resistência a uma nova mercadoria, geralmente só acontece se a transformação imprime uma mudança brusca e/ou bruta no hábito dessa sociedade.

Na história das civilizações a vida de seres humanos já foi comercializada como mercadoria, até que a sociedade não mais a reconhecia como tal. Nesses momentos, a mercadoria humana saiu do mercado, sendo, porém, substituída por uma outra mercadoria, o “trabalho assalariado”. Conotado por questões não necessariamente idênticas à mercantilização humana, o movimento de reconhecer a água como

mercadoria global já foi introduzido no hábito das sociedades. Marx e Engels (1986) definiram as classes sociais como “produtos das relações econômicas de sua época”. As etapas sucessivas do processo histórico mostram as práticas que transformaram homens em mercadoria, com foi visto na época em que negros e índios foram comercializados como uma ferramenta “sem alma” para gerar riqueza. Agora se tem uma superestrutura voltada para a mercantilização da água, tornando-a elemento base de uma nova face da luta de classe.

O Capitalismo a serviço do Capital está empenhado em promover *hidroterritórios privados* de forma que a sociedade reconheça a água como mercadoria. Com a escassez e as novas imposições que a garantem como mercadoria, vai se restringir ainda mais o acesso a esse bem a classe desprovida de renda, garantindo aos setores dominantes o acesso à água. Com isso as desigualdades são recriadas, pois incluem uma nova visão de um elemento essencial à vida, transformando em condição particular, que, pode excluir parte da humanidade do acesso à água.

Da mesma forma, o movimento liberal nos séculos XVII e XVIII repassava a idéia de que tudo que tinha uma administração privada possuía eficiência. Hoje se aponta a água comercializada como a referência de qualidade e segurança para o consumo.

Como recorte espacial do estudo foi escolhida a região Nordeste, principalmente a sua porção delimitada por sua tradição de possuir flutuações cíclicas de prosperidade e/ou decadência, de acordo com uma menor ou maior quantidade de água disponível. Destaca-se também o fato de que por hábito, no Nordeste brasileiro, o pagamento pela mercadoria água é reconhecida por essa sociedade há séculos.

Na gênese dessa região, a dura convivência com a escassez da água, estabeleceu profissões para efetuar o serviço de captação e distribuição das águas. Outro motivo de se escolher esta região é pela representatividade do problema, já que 14 milhões de pessoas estão excluídos do acesso à água, a redes de abastecimento de água potável. Esse contingente representa cerca de 48% dos “*sem acesso*” à água garantida, em quantidade e qualidade no país (CRISTOFIDIS, 2002, p. 3).

Num território bastante marcado pelo condicionamento climático, o hábito de pagar pela água está associado a uma profunda convivência com sua escassez. Em muitos lugares do Nordeste brasileiro a força política, está associada entre outros fatores, ao domínio sobre a porção de água existente no território. As grandes secas foram fatores concretos de dilatação das desigualdades, da expulsão de contingentes de populações pobres e da morte de mais de meio milhão de pessoas, como na seca de 1877-89, o que mostra o darwinismo social que elas podem provocar. ALVARGONZALEZ (1984, p.157) calcula que 30% deste total morreu de inanição.

Recentemente muitos dos conflitos sociais têm como raiz questões eminentemente hídricas, demonstrada na sua expressão social. O que faz de cada bacia hidrográfica um território único, já que esta possui intrinsecamente o *DNA* de sua cultura. Um forte exemplo de resistência cultural à mudanças na gestão da água foi a “*Guerra da água*” que ocorreu em Cochabamba, na Bolívia, onde sua população marcadamente de etnia indígena resistiu à entrada da empresa transnacional Batchel, no serviço da água.

De acordo com o tipo de gestão (que também é marcada por algum tipo de ideologia), os hidrotérios podem ser classificados como:

- a) *Hidrotérios privados*, totalmente mercantilizadas, que expressam um valor econômico por quantidades de água, distinto do pagamento de serviço de tratamento e distribuição;
- b) *Hidrotérios de Luta*, resistentes à mercantilização e que não reconhecem a água como mercadoria, travando assim uma luta de classe, denotados por questões de exploração econômicas e sociais;
- c) *Hidrotérios Livres*, situação em que a política aplicada de gestão da água deve ser de total socialização, tornando-a inalienável e disponível para as gerações futuras. Esses últimos apresentam raízes profundas da cultura, das crenças e costumes, dos que habitam esse território. Ao negar a prática da água mercantilizadas, os aparelhos ideológicos culturais demonstram a autonomia de identidade.

O viés da *luta de classe pelo acesso a água*¹ com qualidade no Brasil (mais precisamente no Nordeste brasileiro), surge das relações sociais de trabalho, provocada pelas oligarquias políticas e/ou tecnológicas que excluem socialmente as comunidades menos favorecidas, ou seja, um novo tipo de população está sendo proletarizada, por meio do controle da classe dominante sobre a água, entendido aqui como meio de produção. Para Garjulli (2003, pág 3):

(...) na região semi-árida o acesso à água para fins produtivos, sempre esteve muito vinculado à propriedade da terra. A demanda da população pobre manteve-se, ao longo dos anos, circunscrita ao atendimento de água para consumo humano, quer seja nos períodos de seca, através de carros pipa e perfuração de poços ou, de forma mais permanente, com a construção de pequenas barragens, adutoras e cisternas.

A água, no *hábito capitalista*, passar a ter valor tanto político quanto financeiro, e nasce aí este novo viés da luta de classe, a luta dos que controlam a água e dos que precisam dela para produzir. Este processo é diferente da luta tradicional pelo acesso à água numa área de escassez hídrica, que envolve pequenas quantidades de água para a sobrevivência, enraizada no cotidiano do semi-árido nordestino.

Assim é possível ver as bacias hidrográficas serem transformadas em territórios pela ação dos comitês de bacias, por políticas públicas e questões culturais. Essa noção territorial é reforçada pela expressão que trata os *Comitês de Bacias* como *Parlamentos das Águas*. Considerando os pressupostos anteriormente descritos, surge a necessidade de estudos para verificar os impactos sob os territórios, gerados pela implementação dos instrumentos de gestão, previstos na lei 9.433/97. Daí nasce o objetivo principal dessa dissertação:

Avaliar a importância da água como mercadoria, implícito nos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, e seu impacto nos territórios à luz do atual quadro institucional no Brasil.

¹ Como expressão dessa luta tem-se o documento elaborado pela Defensoria da água: *O estado real das águas no Brasil (2003-2004)*, elaborado por diversos setores da sociedade, com o objetivo de apresentar um diagnóstico da água em defesa da sua preservação.

Um dos objetivos específicos deste trabalho é o de analisar o grau de influência nos arranjos territoriais, causado pela gestão dos recursos hídricos no Brasil. A gestão hídrica tem como unidade espacial a bacia hidrográfica, que não obedece à demarcação político-administrativa tradicional, sejam municípios, estados ou Estados Nações. Essa é outra razão pela qual adotamos a categoria *território*, e mais especificamente de *hidroterritório*.

Para isso se faz necessário verificar outras questões específicas:

- a) **Levantar e mapear alguns “Territórios da água” existentes no Nordeste brasileiro;**
- b) **Analisar o grau de influência nos arranjos territoriais, causado pela gestão dos recursos hídricos no Brasil, nos casos estudados;**
- c) **Entender como os conceitos econômicos presentes nas leis, normas, regras e regulamentos determinados pelos comitês de bacias, influenciam na atribuição do valor à água.**

Apesar de toda a legislação prever a bacia hidrográfica como unidade de gestão territorial da água, seja pela inadequação dela as regiões semi-áridas, seja pela não implantação dos sistemas de gestão e seus respectivos comitês de bacias, este estudo não utiliza as bacias hidrográficas par a delimitação dos *hidroterritórios*, tomados como estudo de caso.

Para atingir os objetivos acima descritos, os capítulos foram sistematizados de forma a entender os movimentos, ciclos e manifestações de sociedade com relação ao elemento *água* a nível global e local, utilizando-se do método dialético, que aplicado à geografia, traz à tona a valorização subjetiva do território para apreender o significado do lugar. No **primeiro capítulo** toma-se como base verificar a história e cultura, como ferramenta de análise da gênese filosófica da gestão da água ao longo da história e do que hoje se denomina como cultura da água. Foram analisados elementos da formação dos costumes e as relações destes com a sociedade, nas diversas manifestações, ocorridas desde os tempos romanos e seus aquedutos até os dias atuais.

No **segundo capítulo**, busca-se compreender algumas relações de conflito existentes pelo mundo, como elas se manifestam. Por exemplo, o caso da “*Guerra da água*” em Cochabamba na Bolívia, onde após a concessão de direitos sobre o serviço de abastecimento de água e a posse de “mananciais históricos” para o Consórcio “Águas de Tunari” controlada pela transnacional Bachtel, em 1999, situação em que ficam claros alguns subprodutos do processo de globalização: As empresas transnacionais entrando no mercado de abastecimento de águas; a desterritorialização dos recursos naturais; e a resistência das comunidades aos novos modelos de gestão de uma água privatizada, com direitos de uso para empresas transnacionais. Trata-se de uma averiguação de uma possível tendência mundial de mercantilização da água.

O terceiro capítulo é uma breve reflexão teórica, na busca de compreender a influência dos conceitos que fundamentam uma gestão econômica da água com valor econômico.

Aprofundando e apontando essas práticas, o **quarto capítulo** trata da condição de luta pela água que já se manifesta no semi-árido nordestino. Pois na região Nordeste após a abolição dos escravos, estabeleceu-se uma nova forma de escravismo sustentado na oligarquia dos coronéis, o escravismo de classe. Um dos instrumentos usados pelos coronéis dessa região é a dominação das terras e conseqüentemente do elemento escasso para a reprodução das riquezas nesse território, a água. O capítulo, rebatimento empírico da pesquisa, trata de três situações distintas em alguns aspectos, mas com processos comuns entre eles. Os casos abrangem os estados de Pernambuco e Paraíba e se distribuem entre o semi-árido no sertão, o agreste e a região litorânea com relativa abundância de água.

As informações e análises obtidas com este estudo almejam ser uma pequena contribuição para um conhecimento mais aprofundado do novo delineamento territorial, gerado pelo plano de gestão dos recursos hídricos no Brasil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa utilizou as idéias propostas por Thual (1996), que sofreram adaptações em VIANNA (2002) para análise de conflitos hídricos e que vêm sendo desenvolvidas em diversos trabalhos e estudos realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas da Água e Território - GEPAT com, por exemplo, TORRES & VIANNA (2006) e LIMA (2006). Entende-se que para avaliar os territórios demarcados por questões hídricas é necessário observar todos os atores envolvidos nos conflitos para que se possa compreender e avaliar a essência dos fenômenos que alavancam o processo de formação dos hidroterritórios.

Desta forma a pesquisa concentra-se na análise de um espaço concreto construído como um resultado do confronto das intenções dos atores envolvidos nos conflitos, onde prevalece ao longo do tempo a **intencionalidade** dos atores que maior poder exercem sob o território. Observando uma **escala temporal**, classificam-se os objetivos em curto, médio e longo prazo. Outros autores já apontaram preocupações e interesses nesses elementos e na forma de analisá-los, com é o caso de Lipietz (1988, p. 24):

É preciso compreender bem que o espaço sócio-econômico concreto se apresenta, ao mesmo tempo, como articulação dos espaços analisados, como um produto, um reflexo da articulação das relações sociais e, enquanto espaço concreto já dado, como um *constrangimento objetivo* que se impõe ao desenvolvimento dessas relações. Diremos que a sociedade recria seu espaço sobre a base de um espaço concreto.

Os *atores*² para satisfazer suas necessidades estabelecem seus interesses como meta, ou seja, conquistar num determinado espaço, de acordo com as reais possibilidades de sucesso. Para Carnelutti (1999), esta é a “relação entre o ente que experimenta a necessidade (homem) e aquele que é capaz de satisfazê-la (bem)”. Para atingir sua meta cada indivíduo estabelece suas estratégias, e essas se revelam como expressão de sua posição numa sociedade.

A complexa rede social afere poderes a uns que podem determinar o modo de vida de outros, trazendo à tona relações de conflitos e resistências que surgem nas mais diversas sociedades. Na “*escala*” global e local a água ao longo da história é um dos

² Neste trabalho, em determinadas situações o termo “*atores*” muito utilizado na Geografia Política, e “*agentes*”, oriundo da Economia, foram utilizados no mesmo sentido, porque realmente naquelas situações podem ser interpretados como sinônimos.

motivos de luta de classe, onde os atores estabelecem confronto de forças para dominá-la e assim atingir seus interesses, inclusive o domínio dos territórios, nesse caso entendidos como *hidroterritórios*.

A metodologia avalia principalmente três variáveis correlacionadas, com o objetivo de realizar uma análise do espaço concreto percebido por **Lipietz** e **Thual** com a observação dos três vértices do triângulo em pares dialéticos, conforme representada na figura abaixo, a metodologia aponta os eixos considerados fundamentais para a análise dos conflitos hídricos:

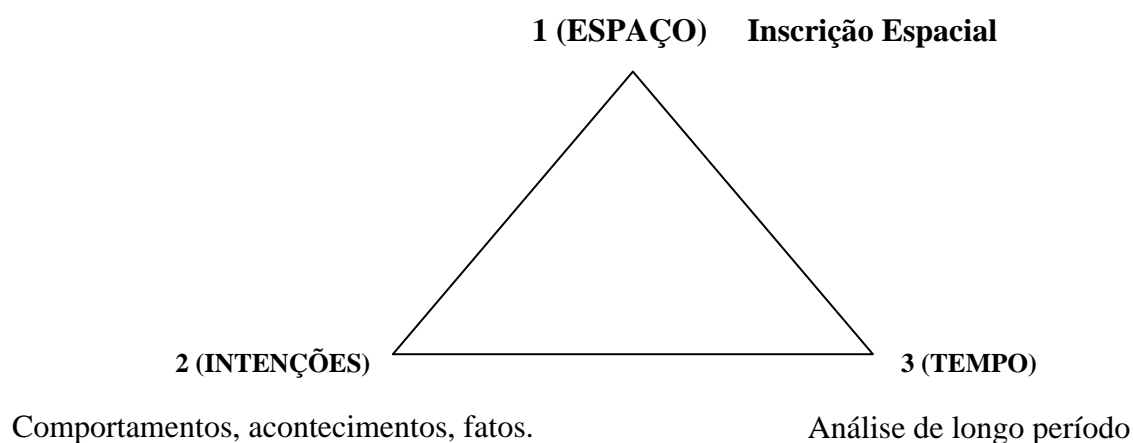


Figura 1 - Eixos Fundamentais para estudo dos conflitos da água.

1) **Inscrição Espacial do Fenômeno (IEF)** - o fenômeno de transformação de territórios em hidroterritórios ocorre num espaço delimitado por forças e intenções que se confrontam para exercer o domínio da gestão da água. O espaço de luta aponta o nível de atuação (poder visível ou simbólico) de cada ator envolvido no conflito e sua estratégia utilizada para concretizar sua meta na complexa rede de conflitos e interesses de uso das águas desse território.

2) **Intenções Sócio-Espaciais (ISE)** - Cada ator possui objetivos (interesses) no qual se empenha a fim de concretiza-lo, utilizando estratégias e táticas que condicionam (determinam) e revelam seu comportamento, que influenciam os acontecimentos no decorrer do processo de luta, apontando o “quantum” de poder que cada ator possui na hierarquia social do lugar e qual geografia prevalece ao longo do tempo.

3) **Análise de Longo Período (ALP)** – A investigação dos interesses dos atores, não pode ser pontual, nem no *tempo* nem no *espaço*. O poder que domina um território por vezes se concretiza ao longo do tempo num processo histórico que revela inclusive a tendência do lugar de acatar ou não mudanças. Por outro lado, no campo de luta muitos atores se revelam verdadeiros estrategistas, recuando em algumas ações para auferir ganhos futuros, expresso no ditado regional, “perde-se um boi para não se perder a boiada”. Portanto algumas metas elaboradas pelos atores envolvidos ao longo do conflito são consideradas momentâneas (táticas), para isso verifica-se, a linha de acontecimentos (tempo), os fatos vividos, buscando entender e analisar a essência das coisas.

Na análise dos hidrotérios, as categorias *Espaço, Tempo e Intenções dos atores* (digam-se interesses) devem ser relacionadas. A *Intenção* pode modificar o território através de imposições que tentam alterar o hábito local de gerir a água ao longo do tempo, transformando-o por vezes num *hidrotério*, com a interação de alguns atores e resistência de outros, dividindo-os em “classes”, os que aceitam (beneficiados), os que acatam e os que se rebelam (prejudicados) contra a nova gestão da água.

Uma nova prática na gestão das águas ou modificações nos estoques resulta em alterações no espaço local. O território é, portanto, um produto do confronto, interação e resistência dos atores locais, as novas normas de conduta e ao poder que o domina ao longo do tempo.

Na figura 2,3,4 foram representadas possibilidades de comportamentos de atores de um *hipotético* conflito hídrico, com tempos e reações possíveis. Segundo a metodologia deve-se verificar as intenções e estratégias de luta dos atores para concretizar seus interesses previamente elaborados.

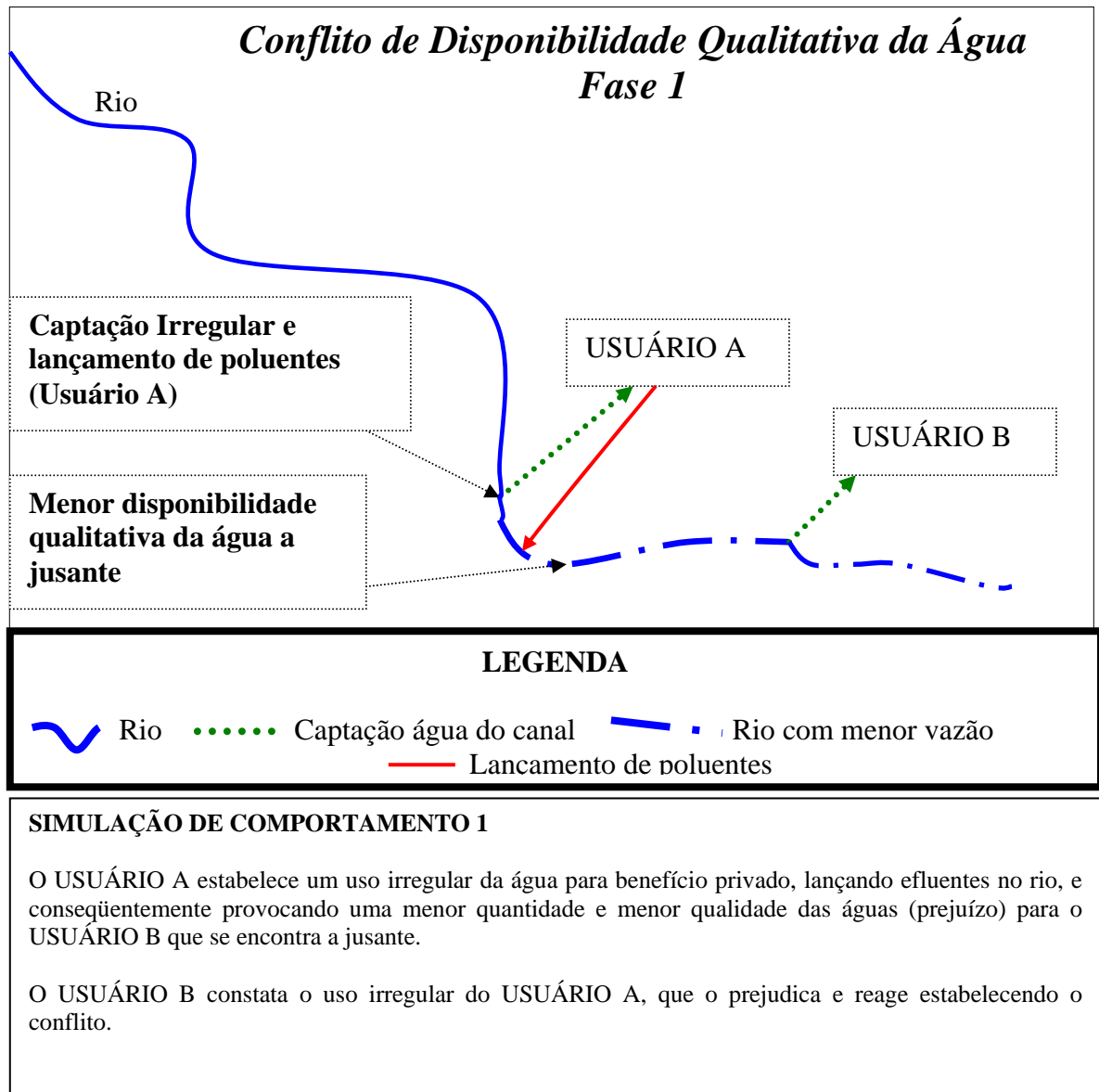


Figura 2 – Esquema hipotético de conflito hídrico (Fase 1)

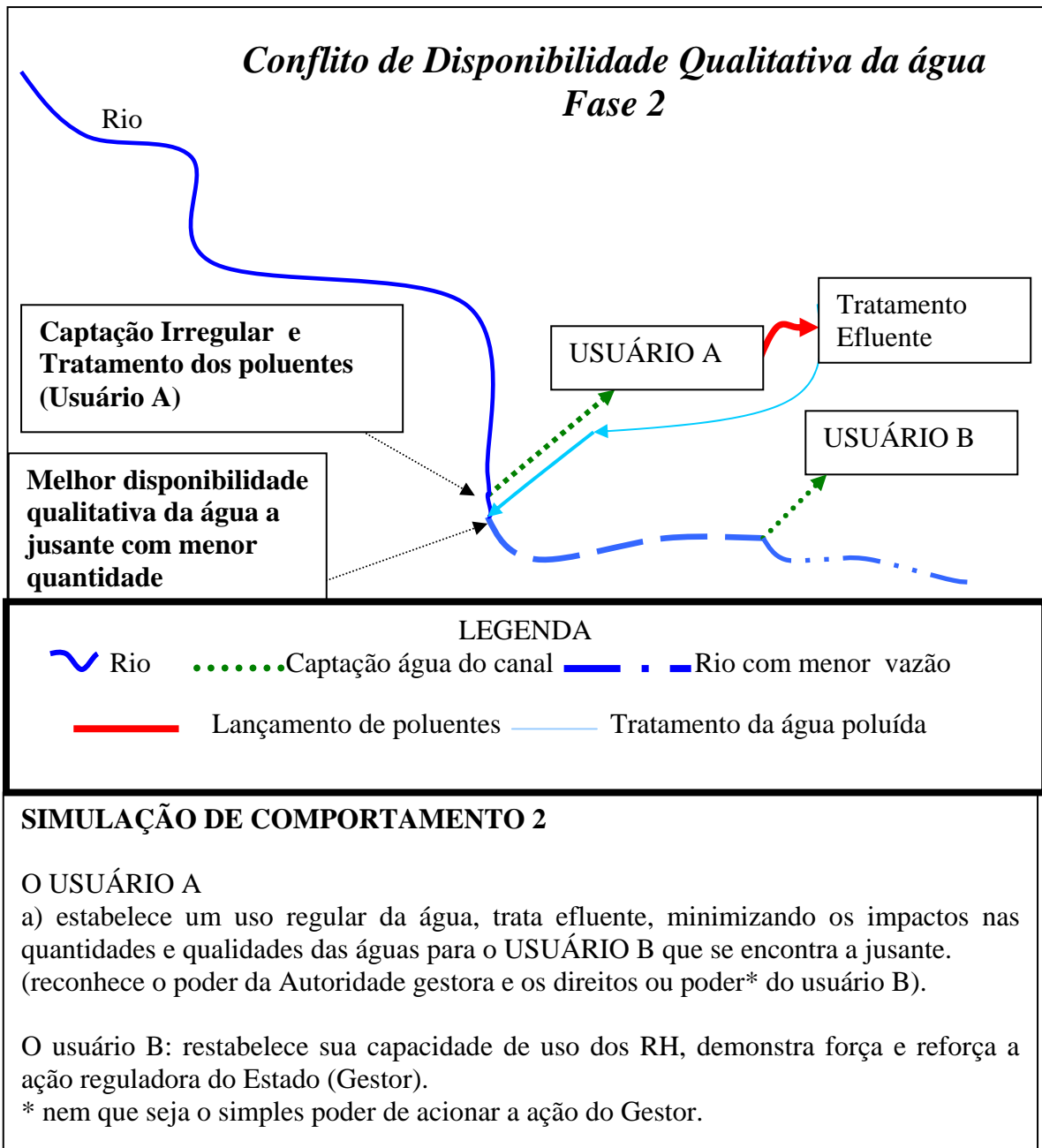


Figura 03: Esquema hipotético de conflito hídrico (Fase 2)

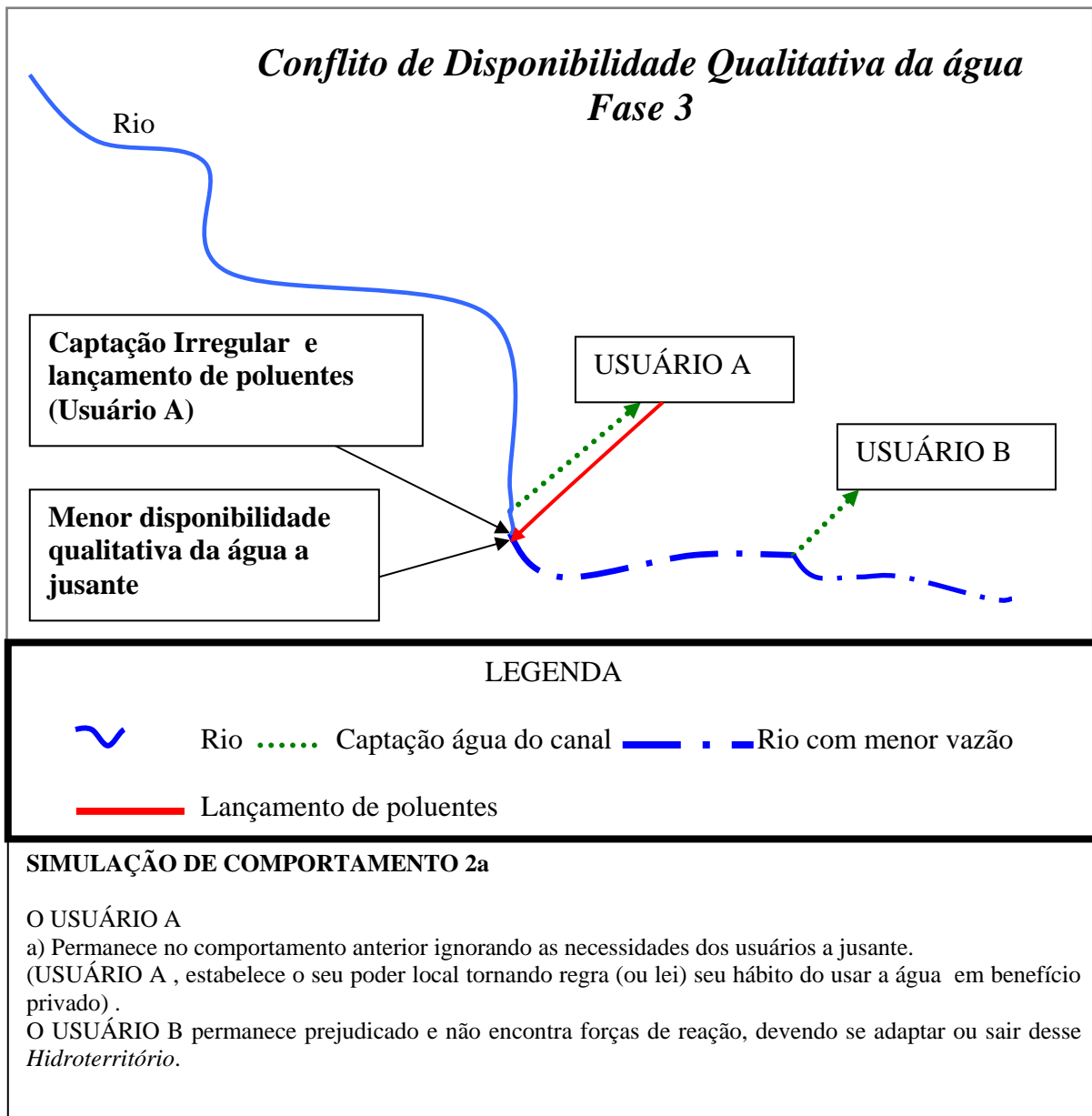


Figura 04: Esquema hipotético de conflito hídrico (Fase 2a)

Pesquisa bibliográfica

Com relação à pesquisa bibliográfica, foi necessário levantar o material existente no que diz respeito à gestão dos recursos hídricos no Brasil, principalmente no seu marco regulatório, em livros, artigos científicos. Primeiramente foram efetuados levantamentos da bibliografia pré-existente na biblioteca setorial do Curso de Geografia, biblioteca setorial do Curso de Economia, biblioteca central e na leitura de trabalhos publicados em eventos especializados que abordam o tema em questão como

o caso da Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH. Também foram feitos levantamentos em instituições internacionais em destaque, o Museu da Água em Portugal, a Biblioteca Nacional da Espanha e a Fundação da Nova Cultura da Água onde foi possível observar o posicionamento dos acadêmicos internacionais sobre a água em dois eventos . Na Internet foram pesquisados trabalhos sobre o tema.

Trabalhos de campo

Os trabalhos de campo ocorreram durante visitas técnicas realizadas entre os anos de 2005, 2006 e 2007, nas cidades de Aparecida, Souza e Marcação na Paraíba e Alagoinha em Pernambuco, nos territórios diferenciados, aqui denominados *hidroterritórios*. Esses territórios foram escolhidos para verificar, por intermédio de estudos de caso, os conflitos gerados pela gestão dos recursos hídricos, tornando-se assim o rebatimento empírico das reflexões teóricas, onde a particularidade da cultura hídrica de cada lugar também foi observada.

Nas entrevistas realizadas nos territórios estudados, foram escolhidos moradores que possuíam a memória e/ou a vivência dos conflitos pela água, representantes de governo e lideranças locais. Os depoimentos seguiram de maneira espontânea favorecendo uma narrativa descontraída. Vale salientar que algumas entrevistas, depoimentos e respostas foram organizadas para evitar repetitivos vícios de linguagem oral e expressões locais que dificultariam a compreensão do leitor.

Foram também entrevistadas autoridades ligadas ao organismo do Estado, vinculados aos recursos hídricos, assim como prefeito, ex-prefeito, vereador, técnicos de organismo municipais, estaduais e federais dos *hidroterritórios* estudados.

Apesar de existir um roteiro (Anexo 1) pré-estabelecido, esse não necessariamente foi seguido à risca. Nos relatos pôde-se observar que muitas pessoas possuíam toda um conhecimento de como gerir a água quer seja na esfera do lar, da produção ou na coletividade que estão relacionadas à cultura local.

Em dois dos três períodos acima citados, na viagem de campo foi percorrida grande parte das principais bacias hidrográficas do estado da Paraíba e parte das de Pernambuco. Não por acaso ocorreram em períodos distintos, um em período de abundância hídrica outro na estiagem, o que possibilitou a observação da influência dos

fatores climáticos nos territórios estudados. Em todas essas atividades foi realizada uma vários registros fotográficos, pois segundo JUSTINIANO (2005, p. 187):

“Em Geografia, a imagem ilustra e documenta eventos naturais e sociais que ocorrem num determinado tempo e lugar, esses registros são importantes para verificação de resultados e no acompanhamento dos fenômenos”.

A realização das entrevistas e aplicações de questionários proporcionou elementos fundamentais de análise. Os questionários aplicados apenas à população do núcleo urbano de Marcação, (Anexo 2) foram estruturados com questões abertas para apreender da memória do lugar, os interesses e o comportamento estratégico dos atores envolvidos no conflito. Foram aplicados vinte e quatro questionários no universo de 450 habitações.

1 A CULTURA DA ÁGUA: TEMPOS E PRÁTICAS DAS CIVILIZAÇÕES

1.1 TEMPOS E PRÁTICAS DAS CIVILIZAÇÕES ANTIGAS

A gestão hídrica sempre esteve associada com a cultura e crença das populações, se por um lado a cultura influencia a gestão hídrica, por outro ela também pode ser influenciada por fatores físicos ou naturais do lugar. Uma maior oferta hídrica pode ser responsável pela ocupação e concentração de população em um determinado lugar. O inverso, a escassez hídrica, pode significar conflitos territoriais pela disputa da água ou uma convivência pacífica se toda a população considerar os estoques como algo comunal.

Remontar a história das civilizações a partir de um enfoque hídrico é perfeitamente plausível, já que cada cultura atribui formas de conhecimento específicas de sua gestão hídrica, que estão expressas em escritos, reflexões filosóficas e no senso comum inerentes a um determinado território. Daí pode-se montar também, a *geografia técnica do relevo artificializado*, pois a sociedade ao executar técnica, inclusive através de sua cultura da água, gera alterações no espaço hídrico, formando assim uma geografia da água artificializada.

As práticas culturais hídricas podem ser identificadas no tempo e no espaço, já que auxiliam a delimitar os territórios ao longo dos séculos. Neste capítulo assume-se como meta, buscar exemplos de elementos de análise da gestão dos recursos hídricos, em locais que possuem particularidades na forma de gerir a água no território. Particularidades articuladas numa rede social e/ou cultural. Isso significa buscar no tempo e no espaço identidades culturais da água, e o entendimento da complexa rede de ações e gestões da água, para cada cultura ou particularidade física do lugar. No passado para as civilizações aborígenes Pilagás e Wichis, do Chaco Paraguaio, gerir a água significava entre outros, proibir mulheres que estivessem em seu ciclo menstrual de ter contato com qualquer fonte de água, pois se acreditava que esse contato poderia poluir a

fonte, não obedecer a tal regra, significava a morte da transgressora (VARGAS e PINEYRO, 2005, p.85). Os sacrifícios serviam como compensações e/ou agradecimentos na crença desses povos. Shama (1996, p.263) acredita que *“a relação entre sacrifício, propiciação e abundância fluvial parece ter ocorrido em todas as grandes culturas da Antiguidade que giravam em torno dos rios”*.

No que se refere à realidade social, Teves (1992, p.17) afirma que: *“cada realidade social é dotada de uma inteligibilidade própria, permeando normas, interesses coletivos, valores, princípios morais, enfim, a vida coletiva dos indivíduos”*.

Na rede de relações sociais a sociedade se apropria da natureza formando uma segunda natureza, um segundo relevo artificializado pela técnica. Tal visão, de uma segunda natureza é compartilhada por Santos (1990, p.122), quando afirma que:

A articulação entre subsistemas naturais e subsistemas histórico-sociais possibilita considerar, de um lado, que as condições do meio ambiente são utilizadas de formas diferenciadas pelas sociedades humanas em cada período histórico e, de outro, que a ação transformadora do homem gera uma segunda natureza humanizada.

A civilização dos Sumérios, datada aproximadamente de 4.000 A.C. considerada como um dos primeiros documentos escritos pela humanidade possuía instruções de técnicas de irrigação das lavouras. O fluxo do Nilo era controlado pelos egípcios por meio de um dispositivo administrativo que considerava questões espaciais e de gestão, pois analisava as relações entre as partes a montante e a jusante do rio, e planejavam as ofertas hídricas, projetando os níveis d'água durante os períodos anuais (SILVA, 1998, p.1).

Por volta de 3.750 a.C. diversas obras e técnicas relacionadas à água e ao saneamento, já faziam parte do hábito das civilizações tais como:

- a) As galerias de esgotos construídas em Nippur, na Índia;

- b) O abastecimento de água e a drenagem encontrada no Vale do Indo (atual Paquistão) em 3.200 a.C. onde muitas ruas e passagens possuíam canais de esgotos, cobertos por tijolos com aberturas para inspeção, e as casas eram dotadas de banheiras e privadas, lançando o efluente diretamente nesses canais;
- c) O uso de tubos de cobre como os do palácio do faraó Queóps;
- d) A clarificação da água de abastecimento pelos egípcios em 2.000 a.C., utilizando o Sulfato de Alumínio (AZEVEDO NETTO, 1959 *apud* SILVA, 1998).

Há cerca de 3.000 anos a.C. habitualmente já se obtinha água doce a partir de poços, e com isso foram aprimoradas as técnicas de captação (Ver Figura 4). O *sarilho*³ e dispositivos semelhantes foram inventados para aumentar a rapidez da retirada de água dos poços a cerca de 2.500 a.C. (Ver Figura 5).



Figura 5: Litografia demonstrando a captação de água em poços no Egito.
Fonte: www.emarp.pt



Figura 6: Litografia de um *Sarilho*.
Fonte: www.emarp.pt

Nesta breve abordagem histórica, destacam-se os fatos histórico-sociais que envolvem o tema *água* de forma marcante como os que aconteceram na Idade Média.

³ O sarilho, que continua a ser largamente utilizado no Médio Oriente, é constituído por um pau giratório que tem um balde numa ponta e um contrapeso na outra ponta

Para Leray (1982, p.43), por quase dez séculos, a água pode ser considerada “*um ponto de reencontro das principais atividades da Idade Média*”.

A cultura da água também estabeleceu técnicas e ferramentas de gerir a água que, por conseguinte originam novas práticas culturais da administração das águas. O hábito romano de transportar e distribuir a água eram regidos pela técnica dos seus construtores de aquedutos⁴ (Ver Figura 6), para assim melhor aproveitá-la e distribuí-la.

Platão (427-347 a.C.) já percebia os conflitos pelo uso da água. Ele argumentava a necessidade de uma normatização de uso e uma compensação ao prejuízo, caso algum usuário tenha gerado um passivo para outro usuário da água. Na atualidade, essa concepção pode ser vista como o princípio Poluidor-Pagador (PP), para correção das *externalidades negativas*⁵. Platão (*apud* NICOLAZO, 1989) argumentava que:

Qualquer um que tenha ‘corrompido’ a água de outrem, seja água de fonte, água de chuva estocada, jogando certas drogas [...] o proprietário deverá se queixar [...] e fará ele próprio, a estimativa do prejuízo: e aquele que será convencido de ter corrompido a água, além de reparar o prejuízo, será obrigado a limpar a fonte ou o reservatório, conforme as regras prescritas pelos intérpretes, seguindo a exigência dos casos e das pessoas (p.13).

Em Roma, os pontos de acesso ficavam situados geralmente fora da casa, e eram os mais modernos da época. Naquele tempo, o homem romano não tinha a cultura de permanecer na residência, permanecia grande parte do tempo, fora de seu domicílio. Assim, não ter água corrente e facilidades sanitárias em casa não tinha a prioridade que tem hoje em dia.

As civilizações nos séculos X e XI formavam cidades as margens dos rios, e próximo de fontes hídricas. Segundo Leray (1982), a partir da segunda metade do século XII, com a construção das primeiras obras portuárias pelos normandos, às

⁴ **Existiam nove aquedutos na época:** Appia, Anio Vetus, Marcia, Repula, Julia, Virgo, Alsentina, Claudia, Anio Novus. Fonte: [Lanciani](#), 1967, p. 58.

⁵ Este conceito será abordado mais adiante no capítulo dois.

margens dos rios, onde a água passa a ter ainda mais importância estratégica, tornando-se um meio de transporte e a técnica hidráulica passou a construir barragens, eclusas, canais artificiais e portos. Ainda na Europa, a cidade de Veneza, com base em sua rede hídrica, foi considerada no século XI como modelo de planejamento urbano.

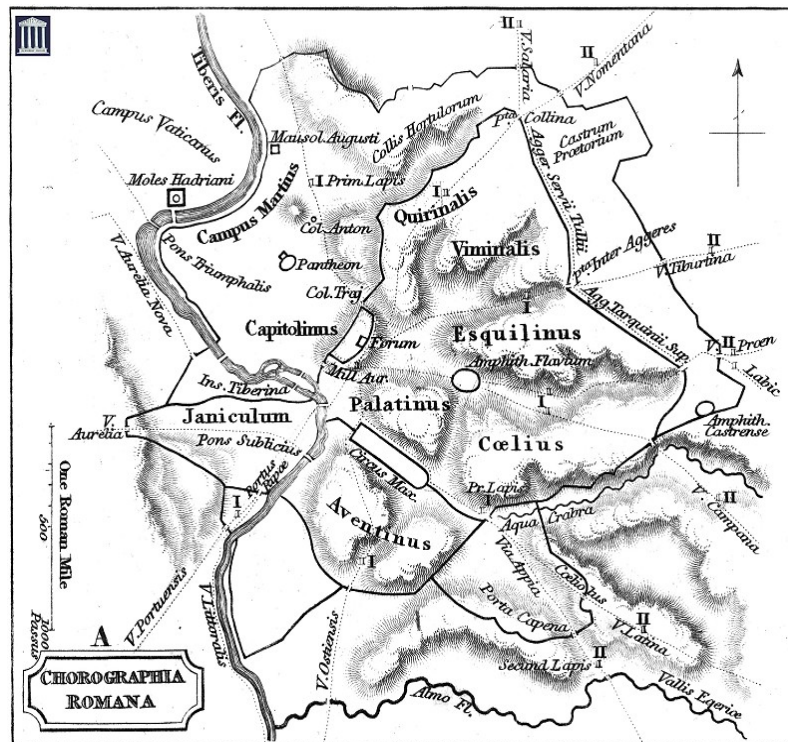


Figura 7: Mapa da rede de aquedutos romanos.
Fonte: The water history

Na história da civilização francesa mais precisamente no século XVII a técnica também foi usada para simbolizar o poder de um governante e suas ações de acordo com seus interesses, e em prol de determinadas classes sociais.

Ainda hoje, porém, existem locais onde não existe uma “cultura da água”, vivendo essas populações totalmente na dependência de fatores climáticos para promover o desenvolvimento local, no que diz respeito a promover acesso à água com qualidade.

Para Vargas e Piñeyro (2005), *cultura da água* significa:

El conjunto de creencias, conductas y estrategias comunitarias para el uso del agua que puede se leído en las normas que la comunidad se da o acepta

tener, en el tipo de relación con el aprovechamiento, uso y protección del agua.

Ainda segundo os autores acima citados, *cada sociedade e grupo social têm sua própria e única cultura da água*. Nesse sentido as normas e regras são estabelecidas pelos que pertencem ao lugar de forma comum ou por dominação de uma classe com poder sobre a água de um território.

A conceituação de *bacia hídrica* aqui adotada é a estabelecida por Christofidis (2002), que compreende a *bacia hidrográfica* como uma identidade territorial bem definida e particular, com problemas específicos de: vocação econômica; aspectos naturais de bioma; e tradição própria do uso da água.

Preocupado com o descaso da Geografia com a gestão e a cultura da água, Vianna (2005) levanta a questão: “*Seria a Geografia a rainha do Espaço e a viúva das águas?*”. Na verdade a gestão dos recursos hídricos é *viúva da Geografia*, que desconsidera os meandros que envolvem a *Cultura da Água*. Segundo o autor:

Se a Geografia falha por não incluir a água, os recursos hídricos e as intervenções nos espaços hídricos na análise espacial, por outro lado o conhecimento do espaço geográfico como um todo é incompleto sem uma visão espacial desse elemento.

Ribeiro (2003, p.8) também reflete a respeito do papel da Geografia na análise territorial de uma geopolítica da água, o autor comenta que:

A crise da água é, principalmente, gerada pela sua distribuição pelo planeta e pelo seu uso. Ela combina natureza a história, dando-lhe um caráter eminentemente geográfico. A crise circunscreve os países que mais consomem água no mundo e os que apresentam escassez dessa substância, assumindo caráter geográfico. Os processos naturais ocorrem dentro de uma organização territorial construída ao longo de séculos. Os rios são resultados de processos naturais que se realizam sobre territórios demarcados pela história. Assim, a geografia de um rio sintetiza história e natureza.

Na ótica de alguns autores, cabe, portanto, à Geografia, o desafio de analisar a tradição própria da água na sua espacialidade, aqui entendida como *cultura da água*, que é particular e inerente ao lugar, no seu aspecto físico, no aspecto humano e nas relações sociais. Porém é importante considerar que existem pressões globais para aproximar essas identidades territoriais da água formando assim alguns territórios demarcados que seriam geridos por uma cultura hídrica global. As influências locais de origem cultural, política, econômica ou social, aqui denominados *hidroterritórios* seriam abafados. No que se refere à relação entre água e sociedade, Galizoni (2005, p.3) relata:

Percebeu-se que a falta de água era algo muito mais complexo do que sua escassez absoluta. Existia escassez, mas havia algo mais profundo, mais complicado, na relação entre grupos sociais e água. Havia um apurado sistema de classificação dos tipos e fontes d'água, normas sofisticadas de usos, gestão e regulações comunitárias dos recursos hídricos. E isso se baseava em costumes locais fundamentados em saberes experimentados, vividos e refinados.

Por outro lado, a hidrologia tradicional já não atende às necessidades do mundo real com seus modelos e métodos quantitativos. O homem utilizando as técnicas muitas vezes milenares modifica e constrói uma nova rede hidrográfica, uma segunda natureza. Dessa forma, o homem gera uma estrutura artificializada e tecnogênica⁶ do relevo e conseqüentemente das relações humanas, gerando novas possibilidades de povoamento e de produção. Essas variáveis não costumam receber a atenção necessária nos modelos. Percebe-se então que, na atualidade, a natureza é modificada, é uma *segunda natureza* assim como afirma Milton Santos, reforçado por Mendras (1978, p.19): “*a natureza, tal como a observamos hoje, é sempre o produto de uma prolongada atividade humana, geração após geração, civilização após civilização*”.

Para SANTOS (2004, pág. 68) a Geografia por um tempo abusou do uso da sua porção quantitativa aplicando modelos num “esquema congelado”, agora a gestão dos recursos hídricos parece lançar-se num paralelo desse equívoco. De um modo geral as demandas, ofertas e demais variáveis incluídas em modelos embrionários de gerência dos estoques hídricos, não incorporam o elemento *visceral* da questão, o homem

⁶ Adaptado de termo *depósito tecnogênico* de Dirce Suertegaray (2002).

inserido nesse espaço com toda sua carga histórico-cultural de costumes, que por si só já normatizam e delimitam os territórios locais. Portanto o homem forma territórios, por sua expressão social e histórica ao longo do tempo.

A gestão necessita entender que os números estimados de vazão e estoque hídrico só terão validade se verificada *in loco* a importância dada à água e a escala de poder que possui o detentor desses estoques hídricos nos territórios. Por isso, os formuladores de modelos deveriam reconhecer a sua fragilidade diante dos processos de formação dos costumes de uma bacia hidrográfica. Para SANTOS (2004, pág. 89), os modelos deveriam ser usados como ferramentas verificadas e testadas no mundo real:

Um modelo é, sem dúvida, uma representação da realidade, cuja aplicação, ou uso, só se justifica para chegar a conhecê-la, isto é, como hipótese de trabalho sujeita a verificação.

Quando se generalizam as relações sociais nos modelos de gestão, aborda-se apenas uma teorização da gestão participativa, quando na verdade existem pouquíssimos representantes da sociedade, das classes populares e de trabalhadores na gestão das águas. Isso por si só torna injustos e superficiais certos modelos de gestão, pois apresentam distorções que por vezes geram conflitos.

1.2 OS SERVIDORES DAS ÁGUAS: UMA BREVE REDE HISTÓRICA DOS TRABALHADORES DA ÁGUA NO BRASIL E NO MUNDO.

Para a compreensão do sistema brasileiro de gestão dos recursos hídricos é importante perfilar caminhos percorridos na formação do modelo de gestão francesa, na qual o Brasil se inspirou para elaborar sua lei, e procura-se também, verificar e identificar como as divisões do trabalho sobre a água estabelecem um tipo de luta de classe.

Uma das ferramentas de análise para avaliar a mudança na cultura da água e conseqüentemente na gestão em um território pode ser feita quando se verificam as profissões que foram surgindo, desaparecendo e se perpetuando em torno da água. O trabalho de transportar e distribuir a água nos territórios existe desde as civilizações antigas até os tempos atuais. Estes estão presentes em tempos, lugares e culturas bem

distintos. Os relatos por vezes se sobrepõem no tempo, alterando-se apenas a técnica. Pode-se apontar desde o trabalho dos antigos servos egípcios que captavam a água e transportavam para os lares dos seus senhores, milhares de anos antes de Cristo, até a atualidade com os transportadores de água nos carros pipas do sertão nordestino.

Dos aguadeiros da França do séc. XV, aos aguadeiros do sertão nordestino do séc. XXI, pode-se afirmar que o trabalho é o mesmo, o que difere é a técnica e a cultura no tempo e espaço. Nas atividades de campo realizadas para a elaboração desta dissertação, pode-se perceber nos trabalhadores da água do semi-árido nordestino, que não existe qualquer constrangimento em se vender água, por um valor estipulado no atual mercado “*informal*” das águas do Nordeste. Mercado formalizado pela cultura de comprar a água seguindo as regras da sociedade local. Pagar caro por uma água não tratada é algo perfeitamente natural nos locais de escassez hídrica.

Na França no século XV, exista uma profissão de extremo valor, o *governador da bomba*, que na hierarquia do poder, estava abaixo apenas do rei. Outra profissão estrategicamente importante era a dos engenheiros hidráulicos, que executaram projetos de infra-estrutura hídrica (fontes, dutos), simbolizando o poder do rei, que tinha o dever, de saciar a sede dos seus súditos (SHAMA, 1996).

Quando um hábito está incorporado à cultura da água, as mudanças nesse hábito estabelecem resistências e conflitos. Shama (1996, p.349) comenta a respeito do protesto dos aguadeiros de Paris, que, no ano de 1600, enviaram uma petição ao rei e ao chefe da administração, comunicando os prejuízos promovidos pelo abastecimento mecânico e público da bomba *samaritana*⁷. Como hábito as pessoas compravam água dos aguadeiros, esse costume persistiu por séculos e pode ser encontrado na atualidade, por exemplo, no sertão nordestino do Brasil .

Em Portugal, existia uma regulamentação para a profissão de aguadeiro, que só poderia ser exercida com a autorização da Câmara Local. A autorização era identificada pelos compradores, pois os profissionais tinham de usar no peito um emblema da

⁷ A *Samaritaine* era uma criação do engenheiro Lintlaer que executou o projeto de abastecimento de água do Palácio de Louvre e das casas dos nobres dando de brinde uma fonte de atendimento público com este nome (SHAMA,1996).

cidade. Além disso, eles eram obrigados a dar auxílio à população em caso de incêndio. Naquela época ainda não havia bombeiros organizados como atualmente e, por isso, cada aguadeiro devia regressar a casa sempre com um barril bem cheio, para prevenir caso acontecesse um incêndio na cidade à noite (Figuras 7 e 8).



Figura 8: Painel de azulejos no Mercado de Forno do Tijolo, Lisboa com a figura do aguadeiro.

Fonte: www.Flickr.com



Figura 9: *Porteur d'eau*, Lisboa.

Fonte: www.Flickr.com

Os testemunhos da técnica de cada cultura podem ser observados através dos utensílios criados, entre eles: o parafuso de Arquimedes, a bomba de dois cilindros de Ctesibios, e a picota, estes instrumentos que foram e são usados para elevação da água que modifica a função do relevo, e que, portanto modifica de certa forma a geografia.

No Brasil também é possível encontrar relatos históricos informando a respeito da presença do serviço de abastecimento domiciliar feito por agentes privados, que recolhiam água nas fontes públicas, e ofereciam o serviço de entrega da mercadoria aos providos de renda para comprá-la. Em João Pessoa, na Paraíba no século XIX, essa profissão também era reconhecida culturalmente, segundo Sá (2006) existia:

Um serviço que contribuía para suprir a carência de água de boa qualidade, por qual passava à população da Cidade da Parahyba, era a venda de água potável pelos aguadeiros [...]. Estes eram homens que transportavam a água em barris, no lombo de burros. A água era captada nas fontes públicas que citamos anteriormente, sendo depois conduzida dentro dos barris sobre os burros. Os aguadeiros passavam pelas ruas vendendo àqueles moradores mais abastados.

Na atualidade, a venda da água no Nordeste brasileiro permanece como hábito das comunidades que convivem com a escassez da água tornando-se, inclusive, fonte de renda para a sobrevivência. Na falta de emprego e de condições para sobreviver, alguns indivíduos revendem a água que recebem dos programas sociais de abastecimento (um balde com vinte litros por pessoa), para os que não têm forças para carregar baldes cheios de água, em geral, os aposentados. Num paradoxo de desigualdade de acesso, pode-se comparar a quantidade de água oferecida às populações da seca, com a quantidade de água que desce pela descarga de qualquer habitação dos centros urbanos. Tanto os vendedores como os compradores de água, cidadãos pertencentes a comunidades pobres, sem estrutura de acesso à água, praticam uma estratégia de sobrevivência de “*vender o almoço para garantir o jantar*”.

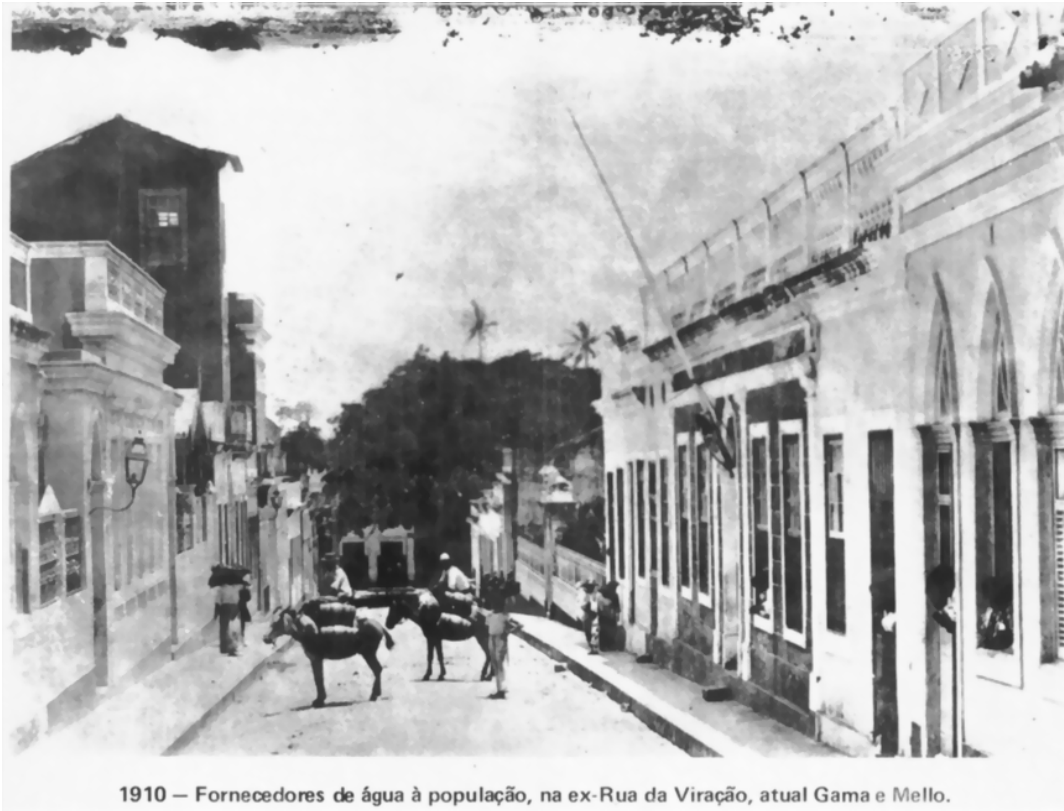
Uma notícia divulgada no Jornal Correio da Paraíba (apêndice 2) relata que parte da população de Duas Estradas- PB, encontrou como única fonte de renda, buscar água nos postos de abastecimento público para revender, como é o caso de Maria das Graças Mendes Silva, que numa rotina de trabalho, primeiro garante a água da família, que tem dez pessoas, para em seguida buscar a *água de vender*. Ela relata:

Se a água fosse só os 20 litros que o Governo dá por pessoa, não dava para fazer nada, eu pego mais que isso e depois ainda pego mais para vender. Não tenho dinheiro, nem emprego e sei que tem gente precisando de água e não pode pegar, então eu vendo a R\$ 1,00 o balde de 20 litros. Com esse dinheiro, compro comida para a minha casa.

Uma aposentada, compradora de água , reflete a respeito dessa necessidade :

Meu dinheiro que já é pouco, tenho que usar para comprar água de beber, porque a água distribuída não dá para cozinhar nem beber, é muito suja. Esse

dinheiro era para comprar comida agora e agora estou precisando ainda mais (...)



1910 – Fornecedores de água à população, na ex-Rua da Viração, atual Gama e Mello.

Figura 10: “Aguadeiros”, fornecedores de água à população.

Foto: Acervo Walfredo Rodriguez, 1910.

Nos trabalhos de campo, pode-se observar que a profissão de aguadeiro ainda persiste no Nordeste brasileiro, alguns transportam maiores volumes de água que outrora por serem proprietários de carros-pipa. Outros parecem ser uma imagem congelada do século passado. O registro fotográfico de um aguadeiro de 1910 é bastante similar ao encontrado no Nordeste brasileiro atualmente (figura 10).



Figura 11: “Aguadeiros”, vendedores de água à população. Alagoinha - PE Autoria: Avaní Torres, janeiro de 2007.

Na História da cultura das águas o antigo se sobrepõe ao novo e vice-versa, formando um movimento dinâmico imposto pelo poder de um ou mais atores de interferir nos costumes do lugar. Alguns elementos de gestão da água de um território são eminentemente locais, outros foram introduzidos pela cultura dos colonizadores e absorvidos sem resistência pelas comunidades, já que promoviam uma melhor possibilidade de consumo, como o caso da introdução de técnicas de captação e de tratamento da água.

2 DO GLOBAL AO LOCAL: CASOS PELO MUNDO DA LUTA PELA ÁGUA

As empresas transnacionais parecem antever na água uma importante mercadoria do século XXI. A dinâmica da economia magnifica a “mercadoria”, chegando a valorar economicamente até as mais vitais fontes de vida, como o ar e a água.

De forma efetiva, a água já é tratada como mercadoria, pois ao longo do tempo, a ela foi atribuída valor de troca, e dela fez-se instrumento de exercício de poder, nas barganhas impostas pelos “senhores das águas”⁸. Por exemplo, no caso da concessão dos mananciais de água de Cochabamba, na Bolívia, para a empresa “Aguas de Tunari”, controlada pela norte-americana Bachtel, em 1999, ficam claros dois subprodutos do processo de globalização, as empresas transnacionais entrando no mercado de abastecimento de águas, e a desterritorialização dos recursos naturais.

Hall, E.; Bayliss, D. K.; Lobina, E. (2002 *apud* MONBIOT, 2004) apontam que no ano de 2000, o Conselho da Cidade de Johannesburgo estabeleceu uma Parceria Público-Privada (PPP) com a empresa britânica Northumbriam Water subsidiária da francesa, Suez-Lyonnaise des Eaux, uma empresa transnacional que atua nos mercados mais estratégicos: energia, água, limpeza e comunicação. A Northumbriam Water instalou pela primeira vez em Madlebe - Kwazulu Natal, África do Sul, hidrômetros pré-pagos para minimizar os custos da logística de corte do serviço, “Aqueles que não tinham dinheiro foram forçados a captar sua água a partir dos rios”, isso teve como consequência uma epidemia de cólera que infectou mais de cem mil pessoas, com 260

⁸ Segundo Petrella (2002, p. 60): O senhor da água obtém seu poder através da propriedade e do controle da água, ou através dos mecanismos de acesso, apropriação e uso em vigor, já que esses lhe permitem beneficiar-se ao máximo dos bens e serviços que a água gera ou faz ser possível gerar. O senhor da água é, assim, capaz de ampliar sua capacidade de ação (em termos de conhecimento, informação, tecnologia, finanças, relações sociais e poder cultural) e de perpetuar seu controle.

vítimas fatais⁹. A cobrança via tarifa pré-paga foi então suspensa, não sem uma revolta popular.

Mesmo com conseqüências como as acima citadas, uma nova tentativa de implantação da tarifa pré-paga foi imposta em 2004 nas cidades de Phiri e Orange Farm. Segundo Monbiot (2005):

[...] o governo deixou que companhias estrangeiras avançassem sobre serviços públicos essenciais. Preparar terreno para eles significa garantir “recuperação de custos” e “marketização”, motivos pelos quais os hidrômetros pré-pagos estão sendo impostos ao povo de Phiri e Orange Farm [...]. Na última semana, seus moradores bloquearam a principal via que passa por Soweto, estouraram os canos e enfrentaram os trabalhadores. Os ativistas anti-apartheid voltam-se agora contra o Congresso Nacional Africano (partido sul-africano atualmente no poder).

Neste caso, ainda pode-se apontar mais duas conseqüências do capital globalizado, em primeiro lugar, o enfraquecimento do Estado-Nação, através do repasse de serviços públicos à iniciativa privada e, paralelamente o seu enfraquecimento como agente regulador, ou seja, a abdicação do seu papel social básico de corrigir as falhas e injustiças de mercado. Em um segundo momento, o surgimento das resistências locais a essas políticas, uma clara sinalização das conseqüências negativas de tais ações.

A criação de mercados artificiais, já foi institucionalizada no capital das empresas transnacionais. A poluição do ar tem seus títulos transacionáveis, por exemplo, os títulos de carbono que são compensações financeiras por não poluir o ar. Noutro sentido, a água através dos instrumentos econômicos de outorga e cobrança, tem em muitas situações, tem sido “gerenciada” num processo de mercantilização. Assim, bens vitais, como a água e o ar, que anteriormente não tinham valor econômico, surgem agora como “mercadorias” dos capitais trans-fronteiriços e conseqüentemente do processo de globalização.

⁹ Para maiores detalhes ver Hall,E.; Bayliss, D. K. e Lobina,E. 2002. Water privatisation in Africa. Presented at Municipal Services Project Conference, Witswatersrand University, Johannesburg May 2002. Public Services International Research Unit, University of Greenwich.

Nesta nova ordem, os interesses políticos são geridos pelos interesses econômicos. Os interesses econômicos são por sua vez, estrategicamente administrados pelos interesses das macros e megas empresas transnacionais. A estratégia é invadir literalmente ou geoeconomicamente, novos territórios, repetindo a premissa da “*Era do Descobrimento*”, para extrair deles as riquezas naturais.

De forma quase silenciosa ocorre no Brasil, o processo de “privatização do direito de uso da água”, fundamentada na lei 9.433/97. Agentes econômicos buscam estruturar o poder inerente à água, sob o véu da prudência ecológica e da eficiência de mercado.

A água já figurou como recurso natural, recurso hídrico, recurso energético e desponta agora como recurso econômico estratégico. Num contexto em que a água assume a forma de uma mercadoria global, cabe um questionamento: esta situação é desejável e socialmente sustentável? Sobre ela, a cada dia que passa, incidem cada vez mais, as estratégias de poder, transformando-a em fonte de conflitos, em curso ou potenciais. Por essa razão é possível observar, um importante aporte de recursos para a pesquisa e o desenvolvimento de “tecnologias da água”, em paralelo ao financiamento de consultorias e estudos na área de gestão dos recursos hídricos.

Por outro lado, surge um movimento estratégico para preservação da vida das gerações presentes e futuras, que expressam a necessidade de equacionar a problemática da equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. São os aqui denominados “movimentos de resistência hídrica”, como exemplo, no Brasil existe o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB e em nível mundial a Fundação da Nova Cultura da Água, entre outros.

Mas o que é resistência? Segundo Ferreira (2004), entre outras formas possíveis, **resistência** é: “*Força que defende um organismo do desgaste de doença, cansaço, fome, etc.*”. Este é justamente o motivo do levante contra estas “firmas” e contra o Estado, patrocinadores desta “invasão” institucionalizada, em favor das Empresas Transnacionais, mas em detrimento dos interesses das populações locais.

Para refletir sobre as resistências das populações locais aos processos aqui mencionados, faz-se necessário saber os conceitos e dinâmicas que envolvem essas resistências às empresas transnacionais, oligarquias políticas, empresas estatais e aos vendedores privados, exploradores da água e do poder que quem a possui detém.

2.1 ÁGUAS INTERNACIONAIS PARA POCOS

Em julho de 2005, vazaram documentos confidenciais da União Européia relativos às negociações do GATS (General Agreement on Trade in Services), que revelaram as pressões que seriam feitas sobre 29 países em desenvolvimento, membros da Organização Mundial do Comércio, incluindo o Brasil. Os documentos revelaram a intenção de remover ou adaptar as legislações locais de modo a diminuir restrições de acesso a capitais internacionais ao mercado de serviços públicos, especialmente no setor de captação, fornecimento e tratamento de água.

Um das maiores empresas transnacionais que atuam no setor das águas, segundo o jornalista econômico *Paul Cambon*, é a *Lyonnaise des Eaux* que com sua subsidiária *Dégremont*, em 1997, distribuíram no mundo água potável para 65 milhões de habitantes e prestaram serviços de saneamento para 40 milhões deles, com um faturamento consolidado de 27 bilhões de francos (4,9 bilhões de dólares) dos quais 44% fora da França¹⁰.

No ano de 2000, a Suez (do grupo Lyonnaise) ingressa no Brasil “comprando” em leilão entre outras, a empresa de abastecimento de água do Amazonas, dessa forma a transnacional adentra estrategicamente no mercado das águas na região com o maior estoque hídrico doce do mundo. Sua sucursal brasileira é a maior empresa privada do setor de saneamento básico do Brasil. A empresa *Águas do Amazonas* é uma Sociedade Anônima que se diz de capital fechado¹¹, com o propósito específico de prestar serviços de saneamento básico na cidade de Manaus, através de uma concessão de 30 anos. Hoje,

¹⁰ Ver: **Suez-Lyonnaise des Eaux: Nascimento de uma gigante dos serviços**. Disponível em <http://www.france.org.br/abr/label/Label29/Economie/suez.html>

¹¹ Termo técnico usado no Relatório Anual de 2004 da Administração (p. 2). Disponível em : <http://www.aguasdoamazonas.com.br/img/prestacao/relatorioadministracao2004.PDF>

ela atende mundialmente a 100 milhões de clientes em todo o mundo, ou seja, em sete anos incrementou em 53% o número de clientes. Sobre esta entrada de capitais no setor de águas e saneamento na América Latina, são pertinentes as preocupações de Machado (2001):

Desta forma, 500 anos após a chegada das naus portuguesas em nosso território, tem-se observado a chegada de outras “embarcações”: as “caravelas do futuro”, as megacorporações transnacionais. Tais organizações vêm fincando suas “bandeiras”, no ambiente econômico brasileiro, por intermédio dos processos de aquisição de empresas nacionais e através de ações governamentais, como o PND – Programa Nacional de Desestatização e o PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional.

A água já é tratada como uma mercadoria globalizada. As empresas transnacionais estrategicamente instalam “suas técnicas” nos espaços onde os sistemas de regulação ainda são incipientes, fracos ou mesmo inexistentes. O valor do espaço diferenciado entre as classes sociais que antes era uma manifestação da especulação urbana (decorrente de uma localização valorizada) ou rural (pela potencialidade do solo), fica também evidente nas ações que vêm ocorrendo no sentido de privatizar a água de forma global.

2.2 AS RESISTÊNCIAS À NOVA “FORMA DA ÁGUA”

Os impactados pela globalização lutam e resistem localmente pelo domínio de seus territórios. Este tópico, a título de exemplo, limita-se a dois casos de resistências locais, cujas causas estão diretamente relacionadas com o uso e domínio das águas por empresas transnacionais.

O primeiro deles encontra-se na Índia, onde ocorre um movimento de resistência no sentido de responsabilizar a Coca-Cola pelas ações de sua fábrica de engarrafamento ali instalada. Segundo a *India Resource Center*¹², os motivos envolvem desde escassez da água; distribuição do resíduo industrial tóxico para agricultores como

¹² Ver: <http://www.indiaresource.org/campaigns/coke/2005/cokefactportuguese.html>

“fertilizante”, contaminação da água, solo até a venda de refrigerantes contaminados com pesticida em níveis trinta vezes superiores aos aceitos na União Européia.

A Índia, antiga colônia inglesa, passou por vários momentos de resistência à invasão “estrangeira” do seu território. No início da dominação inglesa (1757-1858), houve a fase da Cia. Inglesa das Índias Orientais (*British East India Company*), que adotou uma estrutura complexa de domínio com governos indiretos (*indirect rule*), expressão inglesa com clara conotação de política rígida, que obteve como resposta da população local a “Revolta dos Cipayos” (*Sepoy Mutyni*). A Companhia teve como única saída, ceder a administração diretamente ao governo inglês.

A respeito desse período Marx (2005) aponta que:

No Egito e na Índia, como na Mesopotâmia e na Pérsia, as inundações servem para fertilizar o solo; tira-se proveito do alto nível da água para alimentar os canais de irrigação. Esta **necessidade primeira de utilizar a água com economia e em comum**, que, no Ocidente levou as **empresas privadas a se unirem em associações voluntárias**, como em Flandres e na Itália, impôs no Oriente, **onde o nível de civilização era muito baixo e os territórios muito vastos para que pudessem aparecer associações desse gênero, a intervenção centralizadora do governo**. [...] É verdade que a Inglaterra, ao provocar uma revolução social no Hindustão, **era guiada pelos interesses mais abjetos** e agia de uma maneira estúpida para atingir seus objetivos. Mas a questão não é essa. Trata-se de saber se a humanidade pode cumprir seu destino sem uma revolução fundamental na situação social da Ásia. **Senão, quaisquer que fossem os crimes da Inglaterra, ela foi um instrumento da História ao provocar esta revolução.** (grifo nossos).

No segundo momento (1858-1947), o Hindustão passa a ser Vice-Reino da Inglaterra, sob a administração do *Indian Civil Service*. Após um período “sonolento”, surgiu um novo movimento de resistência nacional, liderada por Gandhi, que durou décadas e culminou numa Índia independente em 15 de agosto de 1947.

Nos períodos acima citados, na Índia, assim como no resto do mundo, os interesses políticos mesmo que inspirados em interesses comerciais, ainda não eram regidos pela égide dos interesses econômicos das empresas transnacionais. Havia certo equilíbrio entre política e economia.

Na atualidade, mais precisamente em março de 2000, em Plachimada, no Estado de Kerala, a fábrica da Coca-Cola, uma mega empresa transnacional, se instala com a autorização do Estado, para produzir 1.224.000 garrafas dos seus produtos e uma licença condicional de captação de água, que não foi respeitada, gerando externalidades negativas à população local. A empresa passou a extrair ilegalmente, cerca de 1,5 milhões de litros de água por dia, estimativa baseada no rebaixamento do nível da água, que antes se encontrava a 150 pés (46,7 metros) de profundidade, e passou a 500 pés (152,4 metros), segundo relatos da comunidade. Afora a “hidropirataria” estabelecida pela empresa, ela também promoveu o despejo de seus resíduos tóxicos, primeiramente lançados no solo, fora dos terrenos da empresa e posteriormente introduzidos nos poços secos no interior da fábrica, que provocaram a contaminação das águas dos aquíferos que eram utilizados pela população de seu entorno.

A população solicitou, então, da empresa detalhes de suas ações, a Coca-Cola simplesmente não forneceu. Em 2003, ou seja, três anos após a instalação da fábrica, a água do distrito foi considerada não potável. Desta forma, a Coca-Cola transformou a abundância de água na região, em escassez quantitativa e qualitativa.

Em setembro do mesmo ano, uma grande manifestação foi organizada para dar um ultimato à empresa. Este movimento iniciado pelas mulheres, em âmbito local, desencadeou uma onda nacional, com articulações fora da Índia, em apoio à causa da “hidroresistência” popular. Em 17 de fevereiro de 2004, as autoridades de Kerala, sob pressão do movimento, ordenaram o fechamento da fábrica da Coca-Cola. Esta vitória parcial da resistência em Plachimada foi o resultado do uso de múltiplas estratégias. Estratégias estas, que foram baseadas no direito constitucional que determina ao Estado o dever de administrar e proteger os recursos naturais para o uso e bem estar público, conforme o artigo 21 da Constituição daquele país.

Entretanto, em abril de 2005, a Alta Corte de Kerala anulou a ordem de fechamento da fábrica, em favor dos direitos de propriedade privada sobre a água, e do direito irrestrito da Coca-Cola de extrair água. Na decisão anterior da corte promulgada pelo juiz *Nair Balakrishnana*, constava: “determinados recursos, como o ar, a água e as

florestas, têm uma importância tão grande para as pessoas, que seria completamente injustificado fazer deles um sujeito de propriedade privada".

A Índia é uma nação com história de resistência contra o controle colonial de seu território. Nesse país se trava uma contínua luta para submeter o poder econômico, em favor do patrimônio natural da nação Indu.

O segundo exemplo de resistência local aqui relatado decorre da ação direta de uma empresa transnacional sobre a tarifa dos serviços de água na América Latina. Em 1999, a empresa norte-americana Bachtel obteve a concessão dos serviços de água de Cochabamba na Bolívia, assumindo o “controle” da Companhia Municipal de Água. Feito isso, sem nenhuma justificativa ou investimentos, aumentou as tarifas entre 150% e 180%, além de iniciar a cobrança no meio rural. Com a concessão exclusiva garantida pelo Estado e, com a outorga de direito sobre as águas, as empresas transnacionais tornam-se também possuidoras do *poder monopólio* do serviço, e assim podem reajustar os preços maximizando os lucros em detrimento das comunidades locais.

Inconformados com o aumento das tarifas, os habitantes locais, principalmente os agricultores que utilizavam as águas na irrigação, herdeiros de uma cultura milenar mobilizaram-se promovendo um levante com caráter nacionalista pelo direito de acesso livre às águas. A resistência local, através de diversas manifestações conseguiu reaver, em janeiro de 2000, o direito do controle das fontes de águas comunitárias e a permissão de construir poços profundos de até 400 metros.

Numa nova estratégia da resistência cultural contra a transformação da água em mercadoria, a cidade de Cochabamba permaneceu durante uma semana em estado de “*guerra civil*”, a resistência local tomou as ruas, os camponeses marcharam e bloquearam a cidade, o urbano também se rebelou. Setores do poder municipal e da Igreja aderiram ao movimento. O governo respondeu com balas, gás lacrimogêneo e decretou “o estado de sítio”. A resistência coletiva, da população urbana e rural resultou

na promulgação de uma lei de águas, proposta pelos cidadãos. O capital natural nacional retorna às mãos dos verdadeiros detentores do direito de uso¹³.

As experiências de privatização da água a nível mundial, não se mostram satisfatórias para as populações, ademais, segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNDU (2005, p.10):

Alguns programas de privatização têm gerado resultados positivos. Mas os progressos, de uma maneira geral, não são encorajadores. Da Argentina à Bolívia, das Filipinas aos Estados Unidos, a convicção de que o sector privado constitui a panacéia para libertar a equidade e eficiência necessária para acelerar o progresso em direção à água para todos mostrou-se errada. Se estes fracassos passados relativos às concessões de água não oferecem provas de que o sector privado não tem qualquer papel a desempenhar, apontam efetivamente para a necessidade de uma maior cautela, regulação e compromisso com a equidade nas parcerias público-privadas.

As empresas para sobreviver ao *darwinismo econômico* buscam sempre minimizar os investimentos, os imprevistos das flutuações da demanda e maximizar as tarifas e a exploração dos recursos naturais nacionais na ânsia de obter menores custos e o máximo de rentabilidade possível, pois o poder de monopólio lhe permite isso. O valor de uso do espaço, incluso neles, os recursos hídricos, submeteu-se ao interesse puramente econômico, assim novas contradições vão aparecendo. É o caso das empresas transnacionais do setor de água e saneamento, que em seu processo de expansão mundial, encontram resistência local, muito mais intensa do que ocorreram, por exemplo, quando da privatização dos serviços de energia e telefonia.

Os espaços locais parecem estar desvinculados dos enfraquecidos Estados-Nações, e lutam entre si para atrair empreendimentos, posicionando-se abertamente a favor das empresas transnacionais, num processo que pode ser chamado de “prostituição dos territórios”.

Existem agentes políticos que propugnam a submissão do capital natural nacional ao capital desterritorializado. Contra eles, se insurgem aqueles que resistem em movimentos sociais, atuando na maioria dos casos, apenas em escala local. Porém

¹³ Baseado em informações de <http://www.aguabolivia.org>

algumas articulações em escala mundial dessa resistência se esboça, como por exemplo, as propostas sobre a água com função social que propõe a *Fundação da Nova Cultura da Água* com sede na Espanha e o *Contrato Mundial da Água* idealizada por Ricardo Petrella e Mário Soares entre outros.

As resistências pela água como direito humano estão inseridos na luta pelo espaço igualitário social, que *naturalmente* pertence ao lugar e não ao global privatizado. Se as resistências perderem o fôlego e a supremacia do capital for total, no futuro, a água-mercadoria será negociada nos mercados de ações, onde reina o capital especulativo, em detrimento de milhões de seres humanos sedentos, curvados aos novos “senhores das águas”. A água como mercadoria global, revela-se também nos sentimentos e nas expressões das lutas sociais locais que buscam denunciar seu caráter excludente, e reconstruir os valores humanos na gestão hídrica.

3 A GUIA DA ÁGUA COMO MERCADORIA: UMA BUSCA TEÓRICA

3.1 REFLEXÕES SOBRE A ÁGUA COMO MERCADORIA

Compreender as relações de poder econômico, inseridas na captação, tratamento e distribuição (venda) da água como mercadoria, implica necessariamente entender o espaço como algo socialmente produzido e explorado, que revela as contradições do modo de produção capitalista, produzindo espaço-mercadoria e as estratégias das resistências a esse tipo de prática. Nesse sentido, Santos (1979) afirma que:

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. O espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em decorrência do modo de produção e de seus movimentos sucessivos e contraditórios.

Na base de estruturação das sociedades estão as práticas e as disposições dos hábitos daqueles que residem num determinado território. De fato, para habitá-lo socialmente, faz-se necessário aceitar "as circunstâncias objetivas", que designam a existência social dos agentes, numa estrutura demarcada territorial e culturalmente pela escala de poder (BOURDIEU 2000, p.277-278). Esse autor afirma que toda modalidade de existência social de certo agente é estruturada pelo hábito, que é balizado por seu espaço de poder no jogo das relações sociais. O *habitus*¹⁴ incorpora as estruturas das relações sociais. Todo elemento que compõe esse *habitus*, e que tem sua situação no jogo estruturado das forças sabe reconhecer seu espaço nessa sociedade.

No capitalismo, as práticas de consumo passam a dinamizar a produção em escala, de forma a atender as necessidades de reprodução do capital. Nessa dinâmica, o

¹⁴ O conceito aristotélico de *hexis* foi convertido em *habitus* por Tomás de Aquino, que propõe um mundo criado pelo rigor moral das percepções educadas.

capital necessita cada vez mais que coisas se transformem em mercadorias, para atender às novas necessidades estabelecidas, pelo fetiche e status simbolicamente instituídos no consumo das mercadorias.

Bourdieu (2000) considera que as práticas de consumo são efeitos resultantes da dominação estreita, ou seja, das manipulações das necessidades objetivas e autônomas do jogo das práticas estruturadas, para manter a classe dominante. Ou seja, o consumo é uma prática que constitui também um fenômeno construído, para atender às relações dominadoras de produção simbólica e prática, no jogo das *forças* que constroem as classes sociais.

Com as práticas do *hábito capitalista*, a água agora surge como uma mercadoria privatizada e globalizada. As empresas em seu papel de dinamizar o consumo, estrategicamente instalam-se nos *espaços* que ainda não estão regulamentados, favorecendo-se assim de espaços desregulados, ou de espaços regulamentados a favor da privatização da água. O valor natural do espaço, diferenciado entre as classes sociais, fica evidente nas ações que vêm ocorrendo no sentido de privatizar a água. Nesse caso é possível traçar um paralelo com a preocupação em desmistificar a construção social do espaço como propôs Santos (2004):

A construção do espaço é obra da sociedade em sua marcha histórica ininterrupta. Mas não basta dizer que o espaço é o resultado da acumulação do trabalho da sociedade global. Pode-se dizer isso e ainda assim trabalhar com uma noção abstrata de sociedade, onde não se leva em consideração o fato de que os homens se dividem em classes. A sociedade se transforma em espaço através de sua distribuição sobre as formas geográficas, e isto ela faz em benefício de alguns e em detrimento da maioria: ela também o faz para separar os homens entre si, atribuindo-lhes um pedaço de espaço segundo um valor comercial: e o espaço-mercadoria vai aos consumidores como uma função de seu poder de compra.

A sociedade re-organizada pelo capitalismo e suas práticas desenvolve uma eterna busca em aumentar as ofertas de mercadorias, seja pelo aumento da capacidade de produzi-las, seja pela transformação de coisas, materiais ou simbólicas, em mercadoria. Daí surge a necessidade de ampliar o espaço geográfico, inserido nesse

circuito, de modo que mais riquezas sejam exploradas, no limite, esse espaço seria todo o planeta. Nesse sentido, Souza (2005) afirma que:

No mundo de hoje, face às características deste período histórico, há uma abertura fantástica das fronteiras para as mercadorias e um fechamento das mesmas para os homens. [...] No mundo da globalização, cujo paradigma é o mercado, abundância e escassez se constituem em moeda indispensável.

Novas propriedades aplicadas a uma antiga matéria, recriam “mais valor” no tempo e no espaço. A evolução de parte da ciência está em eterna busca de novas mercadorias, já que procura inovações de conhecimento técnico científico. Assim, novos elementos passam a exercer o fetiche de consumo, dada uma nova propriedade de certo elemento, transformada por prática ou conhecimento técnico. Esse movimento foi descrito por Raffestin (1993, p.224), quando ele afirma que:

A referência a uma matéria é sempre caracterizada por um ponto de vista que permite integrar tal ou tal substância numa prática [...] De fato por ocasião de outras práticas outras propriedades podem aparecer. Assim o homem não esgota nenhuma realidade material, a menos que suponha uma estagnação definitiva de suas práticas. Essa hipótese é admissível local e temporalmente, mas não definitiva e genericamente.

Raffestin (1993, p.224), dá o exemplo do carvão, que por muito tempo não possuía nenhum valor particular, e depois, com a progressiva evolução das práticas e tecnologias, tornou-se uma matéria prima, um combustível, com novas propriedades e valores econômicos ao longo do tempo, mas não deixando de ser o mesmo elemento extraído da natureza.

A água por séculos foi tratada como um elemento inesgotável, no que diz respeito a sua qualidade e quantidade. Nas últimas décadas é nítida uma maior preocupação com sua gestão, visto que o cenário de escassez, já prevista pela “técnica”, traz à tona a possibilidade de exclusão maciça de determinada classe social do acesso à água, se ela não possuir meios de comprar esta mercadoria. Ou seja, independentemente de haver ou não trabalho incorporado a esse elemento, haverá valor cobrado pelo seu uso, caso se utilizem quantidades acima da cotas mínimas regulamentadas, através de

uma nova prática governamental, imposta à sociedade. Deve-se salientar que nos casos onde a regulamentação seja perversa, ou inexistente, será possível que até aquilo entendido como cota mínima social, seja também passível de cobrança. Esta é a situação na maioria dos países no mundo sob a globalização.

As novas abordagens a respeito da água como elemento vital e direito humano básico ou mercadoria não são as mesmas observadas em tempos anteriores, quando seus estoques com qualidade não eram fontes de preocupação para as elites dirigentes e o setor técnico-científico. Corrobora para esta linha de pensamento sobre o movimento das propriedades de uma matéria e suas práticas observadas temporalmente, a afirmação de Aristóteles de: “se a alguma coisa desse tipo se chamasse atualmente *propriedade*”, ela não receberia tal nome em sentido absoluto, mas como uma propriedade “temporária” ou “relativa”.

O ciclo hidrológico que transfere a água dos rios, lagos, oceanos e continentes para a atmosfera, fazendo-as retornar posteriormente, criam um movimento que dá a impressão de eterna renovação. Na verdade o ciclo é eterno, e a qualidade das águas é uma das propriedades que indica sua maior ou menor atividade. Ou seja, a água que circula é sempre a mesma em termos quantitativos no sistema global, sua qualidade é que pode diferenciar-se em cada local, o que pode torná-la uma “mercadoria” territorialmente rara, impossibilitando os indivíduos desprovidos de renda de serem atendidos nas suas necessidades econômicas de consumo. Porém existem estratégias de “aprisionar” e conseqüentemente “privatizar” parte da água do ciclo hidrológico, e com isso pode-se gerar escassez para o restante da população, criando assim condições para que ela seja mercadoria. Os conflitos em torno da água passam a existir quando um ou mais atores sociais estão em disputa por esse recurso que passou a ser escasso (por uma condição natural ou artificializada), para suprimento da necessidade de todos.

Por necessidade econômica de consumo entende-se o desejo de obter bens e serviços úteis. Entretanto, pode-se notar que algumas necessidades elencadas pelos indivíduos são também de ordem subjetiva ou imaginária, que do ponto de vista econômico são bem reais, ou seja, para se avaliarem as necessidades econômicas individuais, é necessário fazer a abstração do juízo moral e/ou jurídico. Isso não

significa dizer que a moral e a lei não estabelecem opiniões e imposições que possam reprimir, determinar e disciplinar as necessidades nocivas nas sociedades.

A ciência econômica classifica as necessidades de diversas formas e categorias. Uma das formas de classificar é pela prioridade primária e conseqüentemente vital. Para Galvez (2004, p.48) “necessidades primárias são as que dizem respeito à satisfação do mínimo vital que assegura a manutenção da vida humana”. A água é necessidade primária, vital, coletiva e até então, insubstituível para a manutenção da vida. Porém esta afirmação só é válida para um consumo que seja restrito às necessidades básicas, quer dizer: água para beber, cozinhar, asseio e atividades deste gênero. Por outro lado, pode também existir a necessidade subjetiva ou “criada artificialmente” pelo sistema econômico, em que o consumo atinge níveis elevados de desperdício e aplicações não prioritárias à manutenção da vida.

Percebe-se então que esse elemento da natureza pode ser enquadrado em diversas categorias de necessidades econômicas, entre elas, a necessidade de demanda da água com qualidade, que precisa ser captada na natureza, pois a água não possui a possibilidade de ser substituída, a técnica ainda não criou esta possibilidade. Esta é uma das razões que faz surgir a convicção de que a gestão do acesso à água deve ser equitativa e socialmente justa, para as gerações presentes e futuras.

Entretanto novas possibilidades desenvolvidas por pesquisas tecnológicas já estão sendo introduzidas nas práticas de consumos dos agentes, produzidas pelo capitalismo. Já existem tratamentos como é o caso da adição de sais a uma água, historicamente sem alto valor econômico, e que agora já é comercializada por algumas empresas transnacionais, ao mesmo preço da água mineral natural. As características minerais e químicas da água fabricada por uma determinada empresa, oriunda de sua tecnologia, podem apontar uma outra estratégia para a mercantilização da água. Ou seja, agora as quantidades dos estoques hídricos se tornaram independentes da qualidade

natural, já que existem técnicas de mineralização para quase todas as águas¹⁵. Esta é uma outra estratégia na qual o capitalismo se apóia.

Adam Smith elaborou o *paradoxo do valor*, que mostrava as formas econômicas de catalogar as coisas, podendo essas serem bastante abstratas. Ele demonstrou que a água apesar de sua intensa utilidade para a vida, não tinha nenhum valor econômico naquele dado momento, enquanto o diamante, elemento de nenhuma utilidade, já possuía um alto valor econômico. Como se pode verificar, o valor econômico de um elemento da natureza pode ser classificado apenas temporalmente, pois, de acordo com as novas técnicas e espaços temporais, vai sendo mudado e diversificado ao longo da existência humana.

As necessidades também podem ser sistematizadas como individuais e coletivas, públicas e privadas, solvável e insolvável. Dizem-se insolváveis as necessidades sentidas por certos agentes, que não possuem recurso para satisfazê-la. Como é o caso das populações de baixa renda ou de pouca apreensão tecnológica, que não têm a possibilidade de comprar água mineral natural, “mineralizada” artificialmente ou tratada, tendo como única opção de acesso, águas impróprias ao consumo humano.

Na prática, muitos governantes desconhecem a necessidade de gerir a água nos territórios sob o seu domínio. Por outro lado, os indivíduos que habitam esses territórios não possuem a informação necessária para fazer o melhor uso dessa água, ou até mesmo, de exercer seus direitos como cidadãos, exigindo um tratamento sanitário básico. Para Vargas (2005, p.20):

[...] o abastecimento permanente de água potável e o esgotamento sanitário devem ser vistos como direito e necessidade fundamental das pessoas, pois estima-se que a falta do chamado *saneamento básico*, que congrega ambos os serviços seja responsável por cerca de metade da mortalidade infantil e também da ocupação dos leitos hospitalares no mundo todo [...]

¹⁵ Um exemplo é a água mineralizada DASANI produzida pela Coca-cola nas fábricas de Recife, Brasília e Ribeirão Preto, distribuídas nacionalmente, onde a matéria prima, ou seja, a “água base” é oriunda do sistema público de abastecimento.

Com a condição de elemento essencial, escassa qualitativamente a água passa a adquirir o status de mercadoria rara nas sociedades. Entretanto com as novas técnicas instaladas, de tratamento e da mineralização artificial, surge a possibilidade de exploração de novos “*territórios*” com grandes depósitos hídricos.

A incorporação comercial de inovações tecnológicas também possibilita o surgimento de novas práticas de consumo. Portanto pode-se afirmar que hoje, não se conhece a necessidade social futura do elemento água, isso porque novas práticas poderão ser instituídas pelos *hábitos* das sociedades capitalistas. Essa situação encontra paralelo com as idéias sobre a fragmentação da natureza, em Santos (2004, p.19), quando afirma que:

Sem o homem, isto é, antes da história, a natureza era uma. Continua a sê-lo, em si mesma, apesar das partições que o uso do planeta pelos homens lhe infligiu. Agora, porém, há uma enorme mudança. *Una*, mas socialmente fragmentada, durante tantos séculos, a natureza é agora *unificada* pela História, em benefício de firmas, Estados e classes hegemônicas.

Anteriormente Marx & Hegel (1986, p.29) já se referiam às práticas humanas, ao descrever um exemplo de algumas ações decorrentes de novos conhecimentos técnicos:

Mas cada invenção nova, cada progresso da indústria faz tombar um pouco esta argumentação e o campo onde nascem os exemplos que permitem verificar as afirmações daquele gênero, diminui cada vez mais. A «essência» do peixe, para retomar um dos exemplos de Feuerbach, corresponde exatamente ao seu «ser», à água, e a «essência» do peixe de rio será a água desse rio. Mas essa água deixa de ser a sua «essência» e transforma-se num meio de existência que não lhe convém, **a partir do momento em que passa a ser utilizada pela indústria e fica poluída por corantes e outros desperdícios**, a partir do momento em que o rio é percorrido por barcos a vapor ou em que o seu curso é desviado para canais **onde é possível privar o peixe do seu meio de existência pelo simples ato de cortar a água.** (grifos nosso).

Para Marx & Hegel (1986, p.12) a Natureza e a História são um par dialético indissociável, eles afirmam:

Tomemos como exemplo a importante questão das relações entre o homem e a natureza [...], como se aí houvesse duas «coisas» disjuntas, como se o homem não se encontrasse sempre perante uma natureza que é histórica e uma história que é natural.

Os autores acima afirmam também, que as condições em que se podem utilizar forças produtivas, “são as condições de dominação de uma determinada classe da sociedade” (MARX; HEGEL, 1986, p.23). Porém, não esquece do pressuposto básico, ou seja, a sobrevivência humana, um conjunto de necessidades básicas, entre elas, a necessidade de viver em sociedade (MARX; HEGEL, 1986, p.14).

[...] devemos lembrar a existência de um primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, a saber, que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de fazer história. **Mas, para viver, é necessário antes de mais beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, etc.**, O primeiro fato histórico é pois a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos. (grifos nossos)

Historicamente enquanto não existia certa técnica, o grande problema de acesso à água, tinha como fator principal, a natureza física da região. Com a evolução da ciência e conseqüentemente das técnicas, passaram a existir possibilidades de extrair ou represar a água, e o problema passou a ser de poder político. Como o que acontece no semi-árido do Nordeste brasileiro, onde se pode apontar a construção de açudes públicos em terras privadas viabilizados pela lógica do favorecimento político.

Já no centro sul brasileiro, palcos da construção de inúmeras hidroelétricas de grande porte surgiram movimentos de base social, que defendem as classes menos favorecidas atingidas por obras hídricas, em confronto com os *Senhores da Tecnologia*¹⁶. Essa resistência é definida como movimento de classe por Baron (1999), a exemplo, o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens – MAB, criado em 1989, que relata os inúmeros fatos ocorridos de resistência e luta, por parte das populações atingidas nos territórios *agraciados* com projetos de barragens.

¹⁶ Termo usado por Ricardo Petrella.

O espaço e o território são mutáveis de acordo com as gestões e as técnicas a eles aplicadas. Se os instrumentos de gestão consideram a questão social e cultural favorecem a promoção de um cenário de equidade social e a valorização da população local. O valor manifestado pelo potencial hídrico de um território deveria beneficiar principalmente a comunidade. O avanço tecnológico deveria servir para o social e não favorecer apenas o poder econômico, como objeto de barganha política e favorecimento eleitoral, subjugado a uma oligarquia dos senhores de terras, como o exemplo citado do semi-árido do Nordeste brasileiro.

Com as novas técnicas surgem também os *Senhores da Tecnologia*, beneficiários das grandes obras hídricas como: canais de transposição, açudes, adutoras, barragens, poços profundos, estações de tratamento, depuradoras e até dessalinizadoras. Estes *senhores* são os que obtêm um elevado retorno econômico dessas obras e ações financiadas pelo erário público, na grande maioria dos casos, as populações locais recebem escalas mínimas de benefícios, e ainda arcam com os passivos ambientais. O gasto público gerado por essas obras, no entanto, é socializada via tributo para toda a Nação. Segundo Gomes (2002):

Percebe-se que, no caso brasileiro, as transformações que ocorreram na base técnica e todo o processo de modernização serviu muito mais para fortalecer a propriedade latifundiária e os setores a ela ligados, não implicando em nenhuma mudança nas relações de trabalho, nas desigualdades regionais, tampouco mitigou os efeitos do êxodo rural, nem propiciou a inserção dos camponeses e pequenos produtores no mercado moderno e/ou globalizado.

O viés da luta de classe pelo acesso à água com qualidade no Brasil, é provocada pela oligarquia política e tecnológica que exclui socialmente as comunidades menos favorecidas, ou seja, um novo tipo de população está sendo proletarizada pelo controle da classe dominante sobre a água, entendido aqui como meio de produção.

A água, no *hábito capitalista* atual, passa a ter valor tanto político como financeiro, e nasce aí este novo viés da luta de classe, a luta dos que têm água e dos que precisam ter, para produzir. Este processo é diferente da luta tradicional pelo acesso à água numa área de escassez hídrica.

A água como mercadoria, expressa imposições normativas dos instrumentos de gestão que modificam as antigas relações existentes no território. Portanto, faz-se necessário, promover a interação e a articulação das realidades local e global combinadas na atualidade, com outras escalas de tempo e espaço em um movimento dinâmico e dialético.

Para Randolph (1992, p.379):

Esta dialética vai além de uma simples articulação de escalas; tem sua origem na própria concretude do processo histórico. Pois mesmo em períodos de ordenamentos, integração, generalização e articulação, mormente através do Estado na história mais recente, identifica-se momentos de desintegração, fragmentação e desordem que fazem parte do mesmo processo histórico.

O processo de mudança institucional nos ambientes reguladores dos Recursos Hídricos no Brasil avaliza a água como uma mercadoria, via instrumentos de outorga e cobrança, o que dá a água, tratada na lei como um bem público, uma relação intrínseca de valor econômico, passível de se tornar injusto eqüitativamente e socialmente.

A Política Nacional de Recursos Hídricos, imbuída de novos conceitos econômico-jurídicos, com aspectos territoriais, por comitês de bacias, cria os instrumentos de outorga do direito de uso e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, que está definida na Lei Federal 9.344/1997.

O território é a base espacial de gestão de qualquer natureza e tem importância de proeminência ímpar, um não existe sem o outro, como afirma Raffestin (1993, p.144), o espaço, antecede o **território**, e o **território** é uma produção, uma construção feita a partir desse espaço. Segundo ele: “O **território** é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas com o poder”. Compartilhando desse ponto de vista Souza (1995, p.77) afirma que: “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. O que é assinalado por este autor é o caráter flexível do que possa ser o território. Os territórios são construídos e desconstruídos socialmente. Nos termos do

autor, “[...] territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica”.

Em uma concepção mais abrangente, Haesbaert (2000, p.121) define:

O **território** envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

A água como mercadoria, com direito privatizado de uso, toma expressão legal no corpo das leis, decretos, regulamentos e normas. Os regimentos de gerir a água sempre estiveram presentes em todos os tempos e em todas as sociedades, o que pode ser verificado no tópico seguinte, verificando o pensamento econômico e sua relação com os recursos naturais.

3.1 O PENSAMENTO ECONÔMICO E A NATUREZA

Historicamente, o pensamento econômico dedicou sua atenção à economia dos recursos naturais. Porém, estas referências são poucas e isoladas, pelo menos diante dos avanços alcançados nos outros campos do conhecimento econômico; não obstante, deve-se reconhecer que este panorama tem melhorado nos últimos 30 anos, possivelmente como consequência das preocupações com o meio ambiente. Visto essa consideração, não é possível analisar a importância e as formas de utilização dos elementos componentes da natureza de forma sustentável, sem considerar as interações existentes entre o homem e o meio físico.

Já nos primórdios da ciência econômica, é possível encontrar referências implícitas da influência da Geografia e da participação natureza da economia, Petty (1662, p. 54) cita que:

“... o trabalho é o pai... da riqueza, como a terra é a mãe...”.

Quesnay (1758, p.257) afirma que:

“... A nação se reduz a três classes de cidadãos; a classe produtiva, a classe dos proprietários e a classe estéril. A classe produtiva e que faz nascer pelo cultivo do território à riqueza da nação”.

Somente com Say (1803, p.79) é que a natureza passa a ser claramente um “agente natural” quando ele afirma que :

...quando um campo é lavrado e semeado, além dos conhecimentos e do trabalho postos nessa operação, além dos valores já formados que são utilizados,... existe um trabalho executado pelo solo, pelo ar, pela água e pelo sol, do qual o homem em nada participa e que contribui, no entanto, para a criação de um novo produto que será colhido no momento da colheita. É a esse trabalho que chamo de serviço produtivo dos agentes naturais.

A tese de que os recursos naturais são necessários para a sobrevivência humana, e que os recursos são limitados, só fica claro em Malthus (1789, p. 282) quando afirma, que a terra é fixa, a população cresce a níveis exponenciais e a produção agrícola a níveis aritméticos.

Da mesma forma, no que diz respeito às limitações físicas da natureza, Ricardo (1817, p. 66-7) sustenta que a terra tem diferentes qualidades e que estas são limitadas. Marshall concorda com Malthus avaliando que a terra é fixa e que o homem de nada pode fazer diante destas limitações.

As afirmações de Malthus foram rebatidas, por exemplo, por Smith e Mill, justificando que os avanços tecnológicos criam demanda e imprimem a produtividade aos recursos naturais de forma a neutralizar as limitações físicas dos seus estoques.

Os conceitos e categorias econômicas foram sistematizados por Menger (1871, p. 244-80), fundador da chamada Escola Austríaca de Economia, que afirma que é possível catalogar as coisas como bens, caso estas sejam necessárias e disponíveis para o homem. Classificando estes bens de acordo com seus diferentes graus de transformação, ficando os recursos naturais na base da classificação.

Ou seja, os bens são tudo aquilo que tem utilidade com ou sem valor econômico. O ar, por exemplo, é um bem livre, mas o minério de ferro é um bem econômico, porque é escasso e depende do trabalho humano para ser obtido.

Atualmente, os bens podem ser classificados também quanto a sua divisibilidade ou não de consumo, o ar, por exemplo, é indivisível para consumo, portanto, os agentes usufruem o “princípio da não exclusão”, que implica na impossibilidade de excluir determinados indivíduos ou segmentos da população.

No caso de bens privados, o consumo por parte de um indivíduo é viabilizado pelo “título de propriedade” que permite a troca de titularidade mediante pagamento do “valor” a ele atribuído, fazendo com que sua apropriação privada, seja reduzida a quantidades disponíveis para consumo dos demais, portanto passíveis de exclusão.

Gramaticalmente, a palavra “valor” significa apreço e estimação por algo ou alguém, em geral. Em economia, também tem o mesmo significado, só que no momento de definir como surge ou em que se sustenta este conceito, aparecem as diferentes escolas do pensamento econômico. Assim, existem a Teoria Objetiva do Valor, sustentada pelos clássicos da Economia, e a Teoria Subjetiva do Valor, pelos neoclássicos.

Entre os clássicos mais destacados, por suas obras referentes ao termo “valor”: Smith, Say, Ricardo, Mill e Marx, para todos eles o conceito de valor se desdobra em “valor de uso” e “valor de troca”. Por valor de troca entende-se o reconhecimento, por parte da coletividade, deste valor. O valor de troca, assim definido, sustenta-se, por sua vez, na quantidade de trabalho incorporado na mercadoria, com algumas diferenças e os seguintes matizes.

Smith (1776, vol. I, p. 63) afirma que, o valor de troca se baseia na quantidade de trabalho que o bem pode comprar ou comandar. Say (1803, p. 67-8) também concorda com esta afirmação, porém enfatiza que sua raiz reside na utilidade que têm as coisas.

Marx acredita que a grandeza do valor é medida pelo quantum de trabalho socialmente necessário para sua produção (1867, vol. I, T 1, p. 48) ou reprodução (1894, vol. III, T 1, p. 107). Mill diz que o valor depende, simultaneamente, tanto da utilidade do bem como da dificuldade para consegui-lo (1848, vol. II, p. 9-11); por dificuldade entende as limitações físicas da oferta, a quantidade de trabalho necessária para a produção e os custos crescentes em alguns itens, como nos “produtos da terra”.

“Os produtos da terra” são selecionados de acordo com as “cestas de preferências” dos consumidores conforme foi possível ver, dependendo da racionalidade dos agentes em classificar sua utilidade e da racionalidade destes agentes.

Nota-se então, que as preocupações dos economistas sobre o valor e preço do recurso água são antigas, como se pode constatar nas várias referências apresentadas na nesse capítulo. Contudo, com a aparente abundância deste recurso, explica-se a crença comum de que a água é um bem livre, de preço zero e cujo uso deveria se sujeitar ao interesse de seus usuários tradicionais e, ao se exigir algum preço por seu uso, este deve cobrir somente os custos de capital e de operação e manutenção para seu fornecimento.

As reflexões teóricas do “*Mundo das Idéias*” necessitam ser verificados no mundo real, concreto, pois é nele que o embate de classes acontece, e estes se revelam através da identidade cultural dos indivíduos e seus territórios, ao manifestarem o desejo da “*água social*” o que recentemente tornou-se uma *hidroresistência* a mercantilização da água. As *hidroresistências* são movimentos sociais que lutam pela água de seu *hidroterritório* e estas podem ser verificadas nos estudos de casos escolhidos por esta pesquisa como rebatimento empírico.

4 A LUTA DE CLASSE PELA ÁGUA

4.1 OS TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS

No Semi-árido nordestino brasileiro, a luta de classe tem uma particularidade que é a ação política da oligarquia agrária, possuidora da terra, que exclui do acesso à água as comunidades desprovidas desse elemento, ou seja, os pequenos proprietários que exploram a terra com suas famílias. Por outro lado, os *senhores de terras* visando o incremento de seu patrimônio, através do favorecimento pela gestão pública da água, obtém financiamento do Estado para a melhoria do território (leia-se estoque de água) em benefício privado, acarretando um crescimento desigual com extremos de riquezas e miséria por meio da exploração dos trabalhadores rurais desprovidos da terra/água. Os detentores do poder econômico elegiam seus representantes que aprovavam projetos em benefício das oligarquias locais, os coronéis, os senhores de terras. Para Garjulli (2003, pág 1):

O Estado brasileiro, em especial na região semi-árida, tem longa tradição de intervenção de caráter centralizador e fragmentado no setor hídrico, pois as iniciativas sempre partiram de decisões governamentais de caráter unilateral e, não raro, para atender interesses pontuais, particulares ou setoriais, quer seja na construção de barragens, em projetos de irrigação, perfuração de poços ou construção de adutoras.

Os instrumentos usados pela oligarquia agrária no semi-árido nordestino para promover seus interesses têm origem na dominação das terras e conseqüentemente do elemento escasso para a reprodução das riquezas nesse território, que é a água. Durante o processo de ocupação dessa região, sempre existiu alguma forma de dominação baseada na posse da terra desde as sesmarias. Do descobrimento até a atualidade, a distinção de classes e de dominação territorial sempre foi muito clara no Nordeste. Os senhores de terras obtinham riqueza, via exploração da classe desprovida da terra, e através do favorecimento das políticas públicas de desenvolvimento do território em benefício privado.

O valor manifestado pelo potencial hídrico de um território, potencializado pelo avanço tecnológico, em tese deveria beneficiar a comunidade local, e não apenas em favor da trajetória de concentração de poder econômico, praticado sob a barganha de políticas eleitoreiras, onde o voto é subjugado à oligarquia dos senhores de terras e águas do Nordeste brasileiro. Neste sentido Gomes (2002) afirma que:

A política hídrica para a região, em sua fase hidráulica, priorizou a construção de obras, sem garantir o uso público da água acumulada em milhares de açudes, de pequeno e médio porte, que se tornaram "privados", por estarem localizados dentro de propriedades privadas. Quanto aos grandes reservatórios, administrados por órgãos estatais, garantiu-se sua utilização pública sem, contudo, articular esta disponibilidade de água com outras políticas públicas, tais como as políticas agrícolas e agrárias, o que serviu para potencializar a capacidade produtiva de quem já era proprietário de terra, quer seja nas proximidades dos açudes ou mesmo ao longo dos vales que se tornaram perenes devido à liberação de águas desses reservatórios nos períodos de escassez.

A reprodução social que persiste por séculos no Nordeste do Brasil possui algumas características bem particulares, entre elas, ter o semi-árido mais habitado do planeta, estrutura fundiária concentradora e um baixo índice de desenvolvimento humano. Por outro lado, a produção agrícola tradicional dessa região foi perdendo lugar para as novas técnicas impostas pelo modelo de capitalismo globalizado. A necessidade de maior produtividade assumiu como pressuposto, o cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação em larga escala, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas. Os municípios de Aparecida e Sousa são exemplos de áreas onde ocorre uma gestão direcionada ao fomento de políticas públicas que favorecem a produção agrícola em escala industrial¹⁷. Nessa perspectiva surgiram conflitos de cunho social dada à possibilidade de obter água com a implantação de adutoras e canais de transposição, que de fato são de certo modo, um tipo de *rio artificial implementado pela técnica*.

Do global ao local é possível apontar conflitos pelo uso da água, desde civilizações milenares, como o caso da *hidroresistência* ao pagamento da água que ocorreu em Cochabamba¹⁸ e a *hidropirataria* da água que aconteceu na Índia¹⁸, onde a Coca-Cola consumiu todo o potencial hídrico de uma região, pela captação indevida e poluição dos mananciais.

¹⁷Entendida aqui como *Agronegócio* tendo como características a concentração de terras, tecnologias e renda, investindo estes fatores na monocultura irrigada formando assim, em alguns casos, um hidronegócio, tendo a água como insumo básico para promover a produtividade e competitividade do setor agrícola.

¹⁸ Ver tópico "Água internacionais para poucos"

Para uma análise dos conflitos se faz necessário compreender como as dinâmicas das resistências locais às mudanças se estabelecem e se manifestam através da luta de classe pelo direito de acesso à água, como uma face da luta pela democracia, assim como, compreender as relações sociais aparentemente “resolvidas” com a privatização da água. Deve-se também verificar o processo histórico, já que se trata da contínua necessidade real ou artificializada do homem utilizar a água e dela obter poder sobre um território. Esse poder, seja simbólico (proclamado pela cultura) ou econômico, é eminentemente geográfico, já que atinge territórios locais com abundância ou escassez hídrica. Na abundância são cobiçados pelo poderio econômico como insumo produtivo e na escassez são disputados pelas lideranças políticas e/ou econômicas para o domínio do território. Corroborar para esta interpretação Garjulli (2003, pág 4) quando afirma que:

Entre os desafios que se colocam para implementação da política de gestão participativa dos recursos hídricos na região semi-árida, está a herança cultural e política de práticas clientelistas e conservadoras consolidadas na relação entre o Estado e a sociedade. Historicamente, as oligarquias rurais detiveram o controle dos órgãos de implementação das políticas de combate à seca e reforçaram, em suas intervenções, a vinculação da propriedade privada da terra e da água.

Essa reflexão teórica, também deve ser empírica, como reflexo de uma “práxis transformadora” para que se possa balizar o quadro natural, a técnica da gestão e a complexa rede de culturas da água que existe pelo mundo, e que são reproduzidas a nível local com a aceitação de uns e resistência de outros, como os casos estudados e descritos a seguir.

4.2 UM TERRITÓRIO DE LUTA: O CASO DO ASSENTAMENTO ACAUÃ E DAS VÁRZEAS IRRIGÁVEIS DE SOUSA

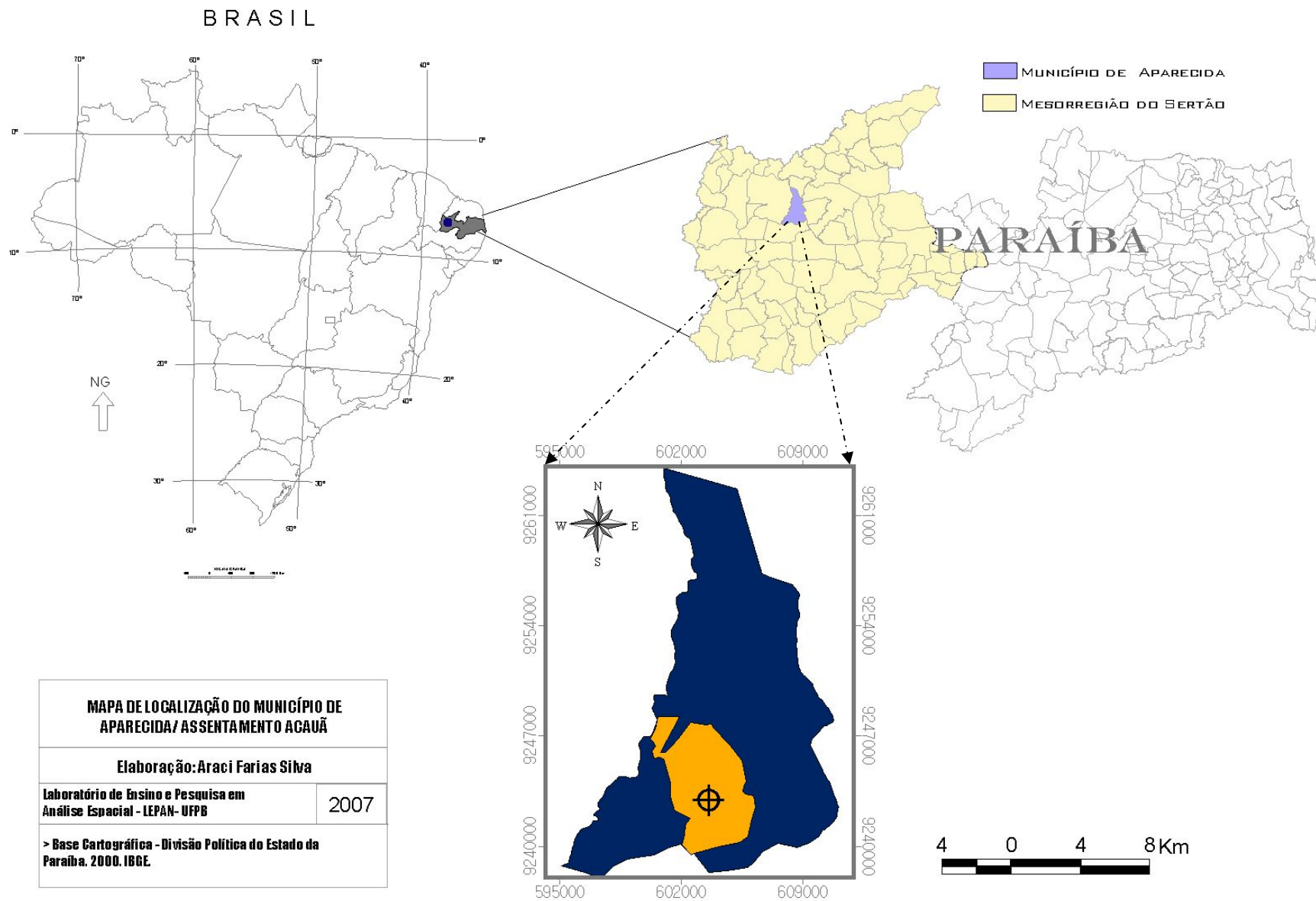
*“Quando é preciso brigar, todo mundo se junta pra isso!”
Líder comunitária do Assentamento Acauã - PB*

Este estudo de caso procurará recuperar, a partir de uma análise crítica, a natureza excludente e conservadora da gestão dos recursos hídricos, em especial do processo de implementação do *Perímetro irrigado das várzeas de Sousa* e dos conflitos de acesso à água do *Canal da Redenção* no Assentamento Acauã, localizado no município de Aparecida – PB (Mapa 1), às margens do referido canal.

O território escolhido, como uma das áreas de estudo, é eminentemente demarcado por questões políticas, econômicas e sociais relacionadas com a posse da terra e o uso da água. A luta pelo direito de uso da água do referido canal, ou seja, essa modificação da rede hídrica, que transpõe águas do açude Coremas-Mãe D'água, pode ser considerada como um importante “*laboratório de observação*” para o estudo dos conflitos que poderiam acontecer com as águas que viriam com a implementação do Projeto de transposição das águas do rio São Francisco para o Nordeste setentrional.

O assentamento Acauã está situado a 400 km da capital do Estado da Paraíba, localizado no Alto Sertão Paraibano mais precisamente no município de Aparecida, na microrregião de Sousa. As 114 famílias que compõem a comunidade do assentamento Acauã tomaram posse da terra em 14.09.96¹⁹, tendo como área total desapropriada, 2.825 ha

¹⁹ Portaria de criação 030/96 de 30.10.96, publicada no D.ºU 212 em 31.10.96 (22.326/I) e B S 45 (04. 11.96)



Mapa 1: Mapa de localização do Assentamento Acauã

Nos estudos preliminares realizados pelo Banco do Nordeste para implementação do perímetro irrigado das Várzeas de Sousa, tinha-se como meta uma total hierarquia de classe onde o setor empresarial juntamente com o setor técnico (agrônomos e técnicos) seriam contemplados com 3.260 ha de um total de 5.030 ha. Os demais setores, o dos colonos e dos reassentados, ou seja, antigos moradores teriam uma área total de 1.770 ha, com lotes de 10 ha e 5 ha respectivamente, enquanto os lotes destinados possuem: empresarial (330 ha), agrônomos (30 ha) técnicos (15 ha). Um mapa com a distribuição por classe dos lotes do Projeto (Tabela 1), apresentava uma legenda informando, os lotes que seriam distribuídos, os beneficiários de cada segmento e a área pertinente na hierarquia. Os dois segmentos de classes, dotadas com maior poder econômico e conhecimento técnico receberiam cerca de 45 % do total da área irrigada, entretanto representavam um percentual de representatividade de apenas 14 % do total de beneficiários. Estes números remetem aos valores distorcidos de distribuição de renda nacional.

PARTICIPAÇÃO POR ÁREA E CLASSE NO PROJETO				
SEGMENTO DE CLASSE	HECTARES	% DA ÁREA	AGENTES P/CLASSE	% PROPIETÁRIOS P/CLASSE
Empresários	990	19,7	3	0,93
Agrônomos	1260	25,0	42	13,00
Técnicos	1020	20,3	68	21,05
Colonos	1420	28,2	142	43,96
Reassentados	340	6,8	68	21,05
TOTAL	5030	100,00	323	100,00

Tabela 1: Representação percentual por classe no Projeto de Irrigação nas Várzeas de Souza-PB
 Fonte: Documento referencial do Pólo de Desenvolvimento Integrado Alto Piranhas na Paraíba ²⁰
 Elaboração: Avani T. G. Torres.

Nesse exemplo de demarcação territorial citado, a água passa a ter valor tanto político como econômico, e nasce aí a luta de classes por esse elemento, ou seja, a luta dos que precisam de água para produzir contra os que lhes negam o acesso.

²⁰ Disponível em: http://www.banconordeste.gov.br/content/aplicacao/etene/rede_irrigacao/Docs/Documento%20Referencial%20do%20Polo%20Alto%20Piranhas.PDF.

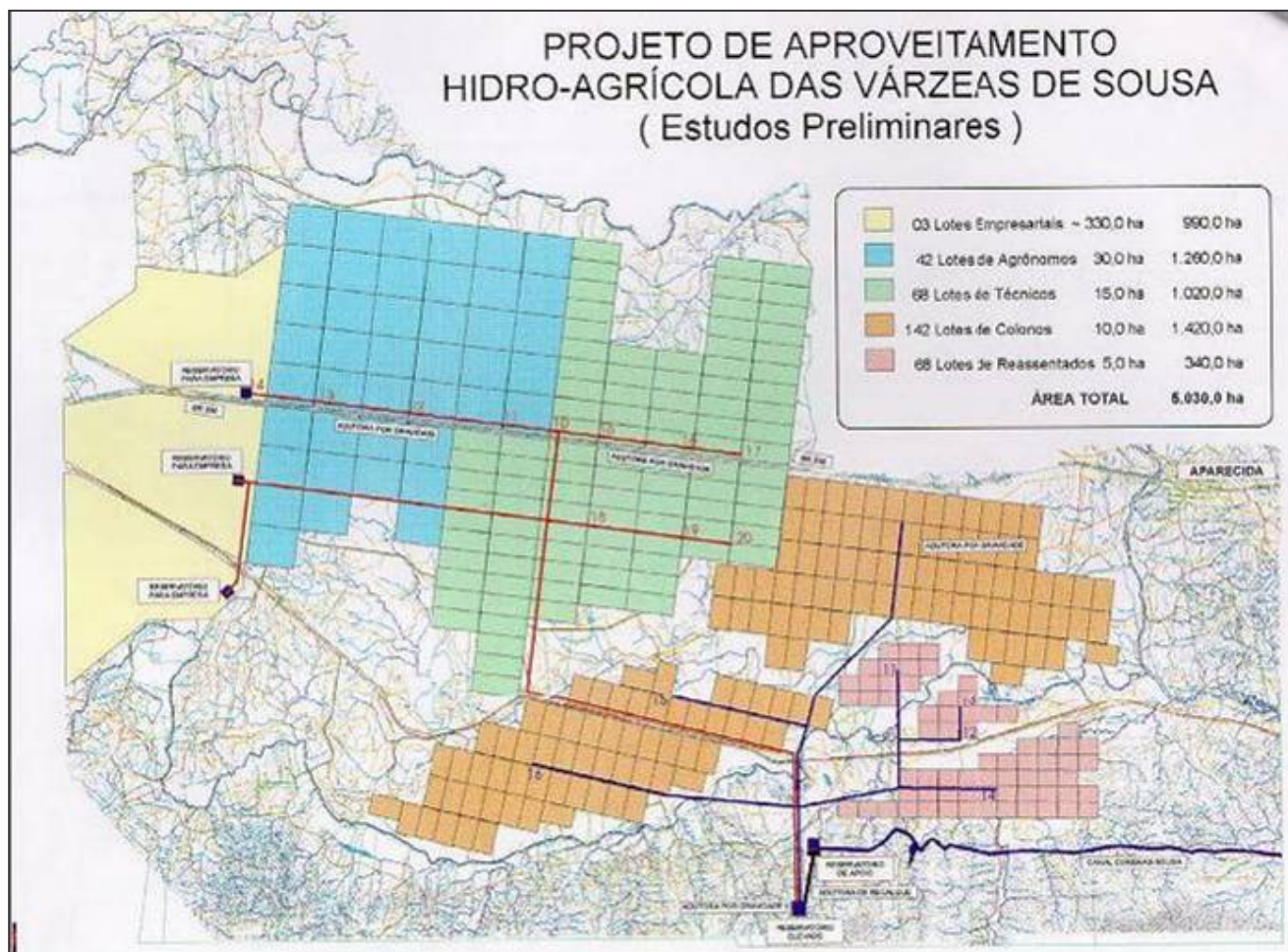


Figura 12: Divisão dos lotes do projeto de aproveitamento hidro-agrícola das várzeas de Sousa-PB

Fonte: Documento referencial do Pólo de Desenvolvimento Integrado Alto Piranhas na Paraíba ²¹

²¹ Disponível em: [http://www.banconordeste.gov.br/content/aplicacao/etene/rede_irrigacao/Docs/ Documento%20Referencial%20do%20Polo%20Alto%20Piranhas.PDF](http://www.banconordeste.gov.br/content/aplicacao/etene/rede_irrigacao/Docs/Documento%20Referencial%20do%20Polo%20Alto%20Piranhas.PDF).

4.2.1 ESPAÇO, TEMPOS E INTENÇÕES DAS CLASSES DO CONFLITO.

O assentamento em questão foi um dos pioneiros na aplicação de “técnicas territoriais”, hidráulicas e de armazenamento, de caráter alternativo e direcionado para o quadro climático do semi-árido. Acauã foi um dos primeiros assentamentos beneficiados com a implantação de um modelo de produção denominado de *mandalla*²², cada uma com uma área de 2.500 m² ou 50 m x 50 m, que pode ser ampliada. Ela é formada por um tanque central com 06 m de diâmetro, profundidade de 1,85m e cerca a de 27 a 30m³ de armazenamento, onde são criados peixes, patos e marrecos, na melhor utilização das técnicas da permacultura em sua integração produtiva. Possibilita ainda, a criação de coelhos, cabras, codornas, guinés, minhocas e um mínimo de 250 fruteiras variadas, trazendo para a mesa da família rural, leite, ovos, peixes, carnes, frutas e derivados (Ver figuras 9a, 9b, 9c e 9d).



Figura 13: Módulo Mandalla



Figura 14: Cisterna de Placas

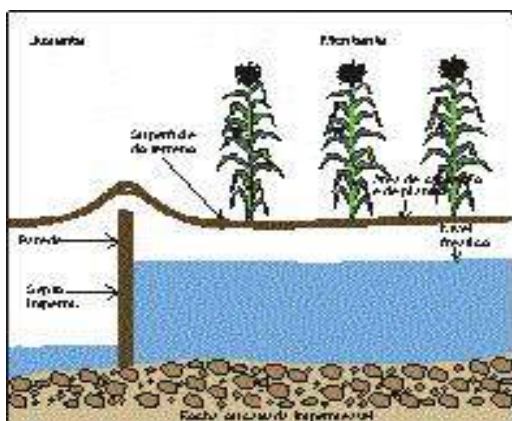


Figura 15: croqui de uma Barragem subterrânea



Figura 16: Fogão Solar

²² Ver <http://www.agenciamandalla.org.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=22>

Durante entrevista feita em março de 2004, um reassentado afirmou que a *Mandalla* fornece todas as frutas e verduras necessárias para a alimentação da sua família e o excedente de sua produção é comercializada na feira do município de Cajazeiras - PB.

A distribuição de água na *Mandalla* é composta por um sistema de mangueiras de 16 mm, sendo a irrigação feita por micro aspersores (de cotonetes adaptados²³), distribuídos por grupos individuais de até 28 micro aspersores, confeccionados a partir das hastes plásticas e controlados por pequenos registros de 16 mm, responsáveis pela aspersão total de uma área produtiva de aproximadamente 1456m². Com a introdução dessa nova técnica de produção de abastecimento alimentar para a família e com a comercialização do excedente, pode-se afirmar que os assentados contribuem para uma efetiva conservação dos mananciais, já que esse sistema racionaliza e otimiza o uso, evitando o desperdício de água.

O Assentamento Acauã, por meio de um processo associativo e cooperativo de sua produção, comercializam produtos de origem orgânica, como: milho, feijão, mandioca, arroz, coco, algodão, gergelim, fava, frutas diversas, produzidos em convivência equilibrada com o meio local. Numa entrevista realizada com uma liderança local, ela afirma que a produção é comercializada diretamente ao consumidor urbano, moradores da “sede” dos municípios de Aparecida e Sousa, e para os quais são disponibilizados produtos sem a presença de agrotóxicos, com preços reduzidos e competitivos. Por outro lado, com a auto-sustentação alimentar, os moradores evitam a saída de dinheiro para fora da comunidade, propiciando, ainda, alimentos saudáveis para a população, o que contribuirá em muito, para a reabilitação da economia local, criando novas oportunidades de empreendimentos urbanos, com um possível fortalecimento ascendente no comércio local e regional.

Todo esse processo implantado no assentamento contribuiu para a segurança alimentar exercida por uma comunidade de agricultores familiares, com práticas agrícolas adquiridas empiricamente através da cultura dos antepassados que aprenderam a conviver e respeitar a natureza. Tal prática é consideravelmente distinta da prática globalizada de exploração dos recursos amplamente difundida pela grande propriedade patronal, pelo

²³ Muitos agricultores optaram por utilizar hastes de pirulitos. Com o dia a dia da lida foi observado que a prática de uso do cotonete exigia trocas contínuas, já que o material resseca com maior rapidez, sendo substituído pela haste plástica do pirulito, e “*ainda dava um doce pras crianças e pra gente*”.

agribusiness, caracterizada pela produção em sistema de monoculturas, uso intensivo e depredação dos recursos naturais.

A produção agrícola de uma policultura tradicional em pequenas propriedades, de uma forma geral, não acarreta impactos ambientais como os gerados pela monocultura mecanizada que é altamente dependente de insumos químicos. Essas técnicas e práticas culturais dos agricultores familiares são de inestimável valor para as gerações presentes e futuras, um laboratório vivo e prático de hábitos por vezes milenares. Como se pode verificar, vários benefícios ambientais foram promovidos pelos agricultores de Acauã, enquanto não foram proibidos de utilizar a água do canal. A água disponibilizada pelo Canal da Redenção modificou as relações sociais locais que de acordo com seu maior ou menor poder sobre o território, demarca o desenvolvimento de interesses produtivos através do controle da água, numa região marcada por períodos de longas estiagens.

Na estiagem ocorrida em 2001, o órgão de gestão estatal das águas na Paraíba, responsável pela administração do canal decretou a intervenção e proibição de qualquer uso de suas água. A fiscalização e a repressão foram efetivas sobre os assentados, mas não foi possível saber se ela atingiu os outros usuários das águas do canal, como por exemplo, fazendeiros irrigantes localizados às suas margens.

Em Julho de 2006, último trabalho de campo realizado nesse “*território de luta*”, pôde-se observar que grande parte das Mandallas de quintal, encontravam-se desativadas, a escassez de água, provocada pela interrupção do fornecimento das águas do Canal da Redenção, segundo relato dos agricultores. O Estado de um lado incentiva a segurança alimentar com a implementação de *mandallas*, que têm como princípio a utilização eficiente de água na irrigação, e que foram financiadas por verbas públicas na sua implementação. Por outro lado, o mesmo Estado inviabiliza o projeto, ao não garantir o fornecimento de vazões mínimas ao projeto, ao longo dos períodos de estiagem. A sobreposição de políticas de desenvolvimento local provoca a ineficiência dos gastos públicos. Com a sobreposição de projetos que injetam investimentos no setor produtivo, sem verificar se estes se contrapõem, o governo, em qualquer esfera, aniquila o benefício que um projeto poderia ter quando implementa outro.

Vale salientar que estes módulos de mandallas anteriormente patrocinados por órgãos governamentais, hoje sendo implementados por toda a Paraíba, são agora financiados com recursos oriundos da Bayer do Brasil, empresa transnacional, que entre outros produz *agrotóxicos*, e que mantém uma placa na estrada de acesso ao assentamento, informando que apóia e patrocina estes módulos de produção. O que dá espaço para a interpretação de que o real motivo pela desativação dos módulos de *mandalla* nesse assentamento seja uma estratégia de enfraquecimento de módulos orgânicos de produção de alimentos (já que atualmente não existe um acompanhamento técnico), anulando o incentivo da produção ecologicamente correta.

Segundo uma liderança do assentamento Acauã, em entrevista a um jornal²⁴ em janeiro de 2006:

Como a irrigação na comunidade está sendo feita sem a autorização do Governo, os moradores sentem-se inseguros e acham que podem perder o direito de uso da água a qualquer momento. Ninguém do assentamento tem a outorga da água que usa. É como se tudo fosse provisório. Gostaríamos muito de ter mais segurança.

Nas afirmações nota-se o ceticismo dos assentados com relação a projetos deste crivo, que são criados em prol dos detentores do poder político e financeiro. Por outro lado os que lutam para ter acesso à água são disciplinados e percebem que só lutando terão seus direitos reconhecidos. Esse ceticismo aparece de forma clara quando uma liderança do assentamento descreve a luta para ter acesso à água do Canal da Redenção.

Já tentamos tanto. Falamos com a Secretaria de Recursos Hídricos tantas vezes, mais nada é feito. Quando a gente se pronuncia contra a transposição do São Francisco é com base na nossa experiência com o Canal da Redenção. Ele está pronto mais não funciona.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT tem como slogan “Terra, Água e Direitos”, numa concepção ideológica da intrínseca ligação da água com a terra. Ou seja, a referida comissão ligada à Igreja Católica entende que para haver uma reestruturação fundiária se faz

²⁴ Ver Jornal Correio da Paraíba. (Anexo 2)

necessário promover também uma socialização da água. Numa entrevista realizada com uma liderança da CPT, ela assume que:

A luta pela água é um princípio da CPT desde a sua fundação: “Terra, água e direitos”. Ela é uma linha de ação e atuação, nunca vai deixar de existir por que a água e a terra são indissociáveis, então, a gente não pode desassociar a luta da terra e da água, principalmente no semi-árido pra nós ela é um ponto fundamental e estratégico da nossa luta pela conquista dos direitos. (entrevista concedida, março de 2006).

Ao vincular a luta da terra com a água, e privilegiar este elemento natural, na luta dos trabalhadores, de certa forma, a CPT fortalece a concepção de *hidroterritórios* desenvolvido nesse trabalho. Nos relatos, a liderança revela uma estratégia do processo de ocupação e de organização de luta no sertão paraibano, de ocupar porções de terra com acesso à água. Na maioria dos açudes nordestinos, o governo desapropriou e indenizou os proprietários das áreas submersas e uma faixa de segurança em torno do espelho máximo de água. Porém, em alguns casos, antigos proprietários buscaram de forma ilegal manter, a posse da terra, agora pública, de forma ilegal, cobrando arrendamento pelo uso da faixa de terra desapropriada. No relato a seguir pode-se notar a *herança cultural* do temor de enfrentar os “poderosos”, quando a líder do assentamento afirma que:

[...] Nós **começamos às margens dos açudes públicos**, com a questão da ocupação das terras pública, pois a gente se deparou com a questão que não tinha terra pra plantar, e a gente **descobriu também... Ir aos açudes públicos!** O governo tinha desapropriando uma grande extensão de terra, e que nessa extensão de terras a água não ocupou todo o espaço e sobrou um espaço. Em Riacho dos Cavalos foram mais de mil hectares, e ainda está em luta. [...] **lá a gente começou essa discussão, a área é do governo, ela é pública e os antigos proprietários continuavam com o domínio cobrando a renda dos trabalhadores..** [...] E o pessoal tem muito medo por que sertanejo se ele não for trabalhado ele tem muito medo! Então nós começamos, fomos de pouquinho, e aí agente conseguimos que alguns deixassem de pagar a renda. Quando aqueles que continuavam a pagar perceberam que não aconteceu nada com os que não pagam mais, eles também deixaram de pagar, e o conflito começou! (grifo nosso) (entrevista concedida, março de 2006)

A estratégia de priorizar a ocupação de áreas com potenciais hídricos, adotados pela CPT, tem a mesma intenção da escolhida pelas oligarquias, a diferença é que esses também podem alocar obras públicas para favorecer suas propriedades, via acordos políticos. Os grandes proprietários de terras da região escolhem seus parceiros políticos (quando não são

eles próprios os candidatos), financiam suas campanhas e como troca eles se tornam seus representantes no legislativo. Um líder do Assentamento afirma que o antigo proprietário já sabia que uma grande obra hídrica “cortaria” a Fazenda Acauã, por outro lado, ao vazar essa informação, parece ter sido o “mote” para os assentados ocuparem a área. O líder afirma que:

A reintegração de posse, os antigos proprietários sempre tentaram, porque essas terras aqui de Acauã, eram de um pessoal muito conhecido, é dos primos de Marcondes Gadelha (Deputado Federal) que na época era secretário de agricultura do Estado e tem essa influência toda. Eles já sabiam que o canal da redenção ia passar aqui, através de Marcondes Gadelha, daí essa persistência de não ceder as terras pra nós agricultores, então houve todo esse processo nessa luta, foram sete despejos, sete prisões. (entrevista concedida, março 2006).

O conflito culminou numa sessão extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba que realizou uma audiência especial no município de Sousa, em junho de 2004. Estavam presentes nessa audiência deputados e representantes de entidades governamentais e não governamentais, entre eles o representante da classe dos trabalhadores rurais da região, Frei Anastácio, então deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores, que no seu depoimento informou:

Denunciamos o abandono de toda a infra-estrutura física do canal e do complexo das várzeas de Sousa. O primeiro foi concluído no ano de 1998 e deveria ter sido utilizado de forma a garantir a irrigação de uma área de 5.000 ha. Entre outras atribuições o canal deveria servir ainda para o abastecimento humano como, por exemplo, das áreas do assentamento Acauã e da cidade de Aparecida [...]. Não sabemos quais as razões que levaram o governo do estado a não inserir qualquer recurso na implantação do projeto, no restante que falta, ou seja 3.680 ha, como ficou pactuado em seu projeto original [...]. Outro aspecto importante refere-se à suspensão do processo de licitação dos lotes para os 1.320 ha aptos a produção. No governo anterior tinha ficado definido que cada lote teria a dimensão de 10 ha, infelizmente a indefinição do atual governo, quanto ao modelo para ser adotado da distribuição dos lotes, vem causando preocupação nas comunidades da região [...] para piorar a situação, temos aqui dezenas de famílias que encontravam-se acampadas nas áreas do complexo das várzeas de Sousa e foram despejadas pelo próprio estado, quanto ao governo do estado, diante do abandono das várzeas de Sousa, não teria moral para despejar vocês, homens e mulheres, que querem trabalhar. (entrevista concedida, junho de 2004).

O confronto e suas estratégias ficam claros com a leitura do relato acima. O projeto não foi implementado por que o governo estadual retirou-se da negociação, modificando sua

estratégia. Agora o descaso com a obra parece ser sua melhor escolha, pois com o canal deteriorado os assentados não teriam acesso à água.

No outro campo de força, os assentados se organizam para exigir a manutenção da obra conseguindo viabilizar a água para o assentamento. Os agricultores como organização de classe se posicionam no tabuleiro de estratégias para conquista do “hidroterritório”.

Como agravante existe inclusive um falso embate técnico. Uma consultoria do Ministério da Integração Nacional realizada em 2005 emitiu relatório técnico que revela a necessidade de vultosos investimentos para quem vai adquirir os lotes no perímetro irrigado de Sousa. A consultoria atesta que:

[...] a qualidade dos solos nos 5.000 hectares do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa, pode considerar que cerca de 80% da área deve ser explorada por grandes empresários, devido à presença de um tipo de solo denominado vertissolo, caracterizado por restrições do ponto de vista físico, devido ao alto teor de argila, necessitando para isso de uma tecnologia sofisticada direcionada ao manejo que demanda altos investimentos.

Outros dados questionam a afirmação acima, já que trabalhos acadêmicos e técnicos se contrapõem no que diz respeito às deficiências e necessidade de correção do solo tipo Vertissolo. Um questionamento surge, como os planejadores da obra hídrica não “perceberam” uma possível deficiência do solo que acarretaria custos maiores de produção? A fragilidade do parecer técnico comprometeu assim a incorporação dos antigos moradores desapropriados de suas terras num primeiro momento e num segundo, a possibilidade de utilizar esse novo modelo produtivo local, já que eles não possuem capital e técnica para viabilizar sua produção.

A metodologia adotada pôde verificar quais as estratégias de lutas de cada um dos atores envolvidos no conflito pela água do Canal da Redenção. Com a construção do canal novas possibilidades de produção se instalam e, por conseguinte, os atores entendem que o *rio artificializado* servirá para incrementar o consumo de água quer seja na esfera do lar como da produção, como aconteceu com as mandallas. Assim os atores intencionalmente começam a captar a água, servindo-se dela por estarem estrategicamente localizados às suas margens e

por considerar possuírem direitos sobre ela. Com todos captando água²⁵, o conflito de disponibilidade se estabelece já que os atores localizados a jusante percebem que os volumes estão sendo distribuídos e que os mesmos poderiam dinamizar sua produção, o que não acontece por que a montante, os estoques são desviados por outros atores, como por exemplo, pelo assentamento Acauã.

Num segundo momento os assentados de Acauã foram proibidos de utilizar a água do Canal da Redenção, e mobilizam sua entidade de classe – Associação dos Assentados de Acauã – com apoio da CPT, para reagir à tentativa de exclusão promovida pelo órgão gestor, que favorecia as oligarquias locais, digam-se “latifundiários irrigantes” localizados ao longo do canal.

Mais adiante foi possível notar que o conflito se acomodou, aguardando novas investidas dos atores que em geral provocam o rebatimento da outra parte. As inquietações surgem quando se imagina a próxima fase do conflito, como cada usuário vai se comportar, já que mais atores manifestam interesses de uso com a ativação do perímetro irrigado de Sousa, o que aumentará a demanda e uso da água, e conseqüentemente tornando mais complexo e conflituoso o mosaico de interesses dos agentes de possuir a água desse hidroterritório.

²⁵ Naquele momento nenhum usuário tinha requerido o uso da água através do instrumento de outorga.

Análise do Conflito

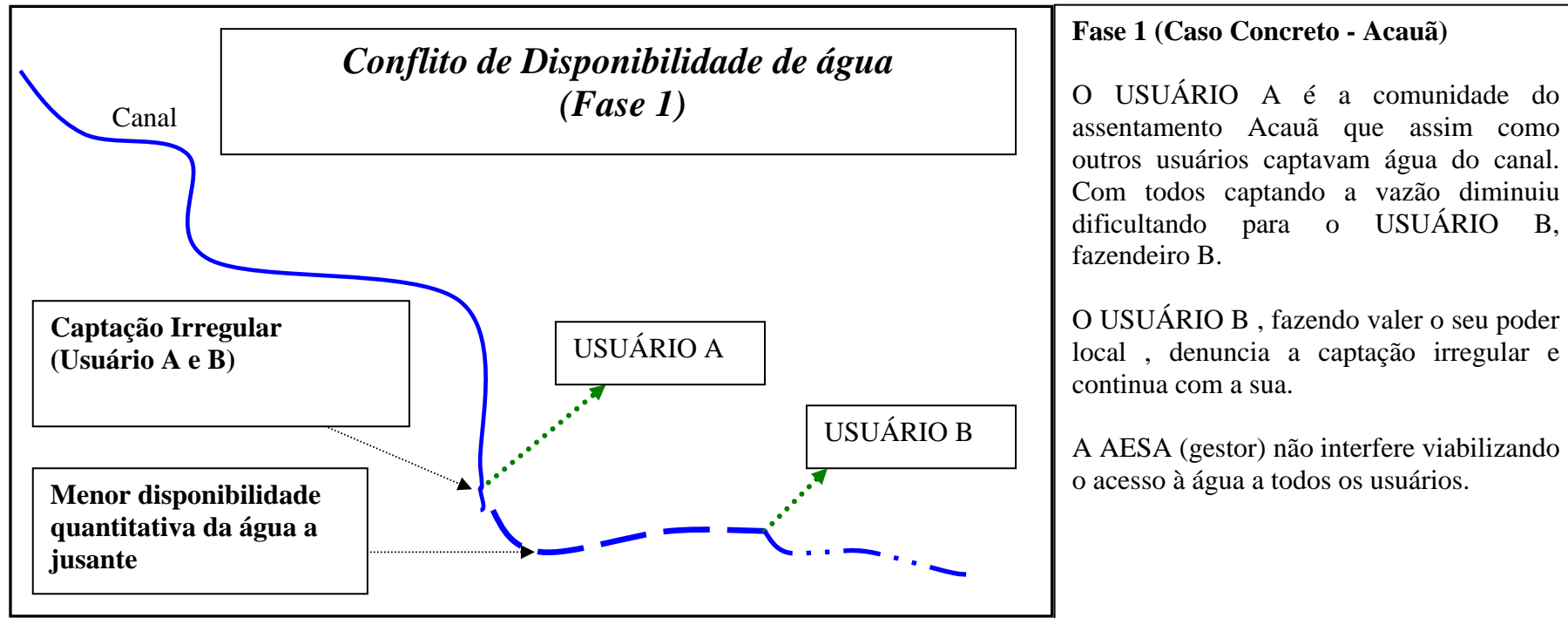


Figura 17: Esquema do conflito de disponibilidade de água – Comportamento 1 (Fase 1) Canal da Redenção

ESPAÇO ESTRATÉGICO DE LUTA

USUÁRIO A – Acesso aos meios de comunicação a nível local e nacional (como grupo organizado de assentados).

USUÁRIO B – Acesso à força política e de repressão e aos serviços jurídicos para prevalecer o seu direito de uso .

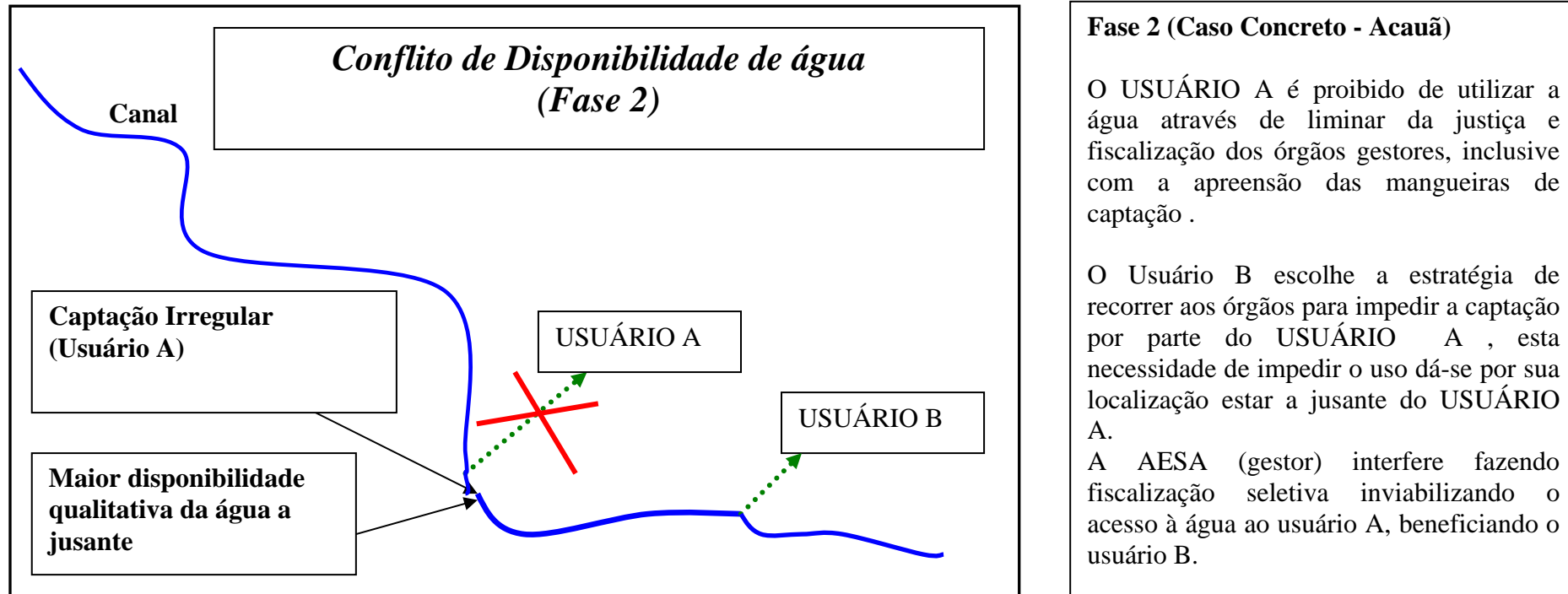


Figura 18: Esquema do conflito de disponibilidade de água – Comportamento 1 (Fase 2) Canal da Redenção

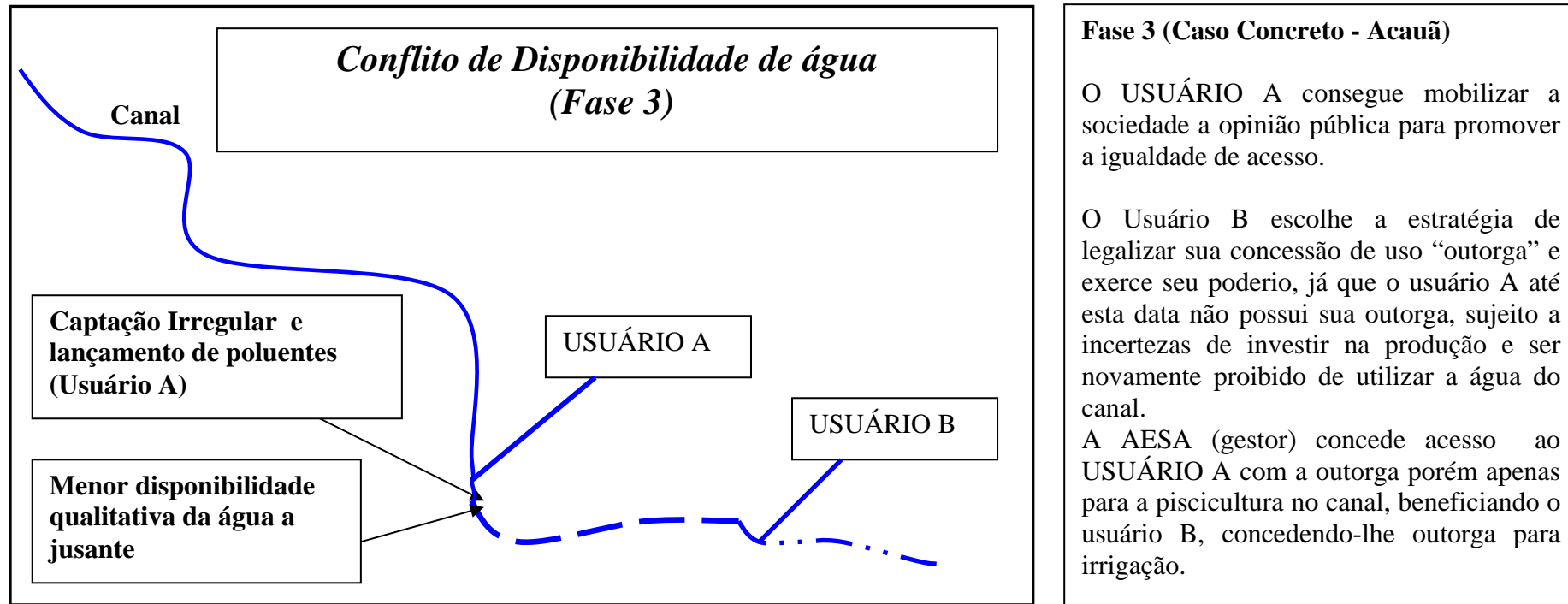


Figura 19: Esquema do conflito de disponibilidade de água – Comportamento 1 (Fase 3) Canal da Redenção

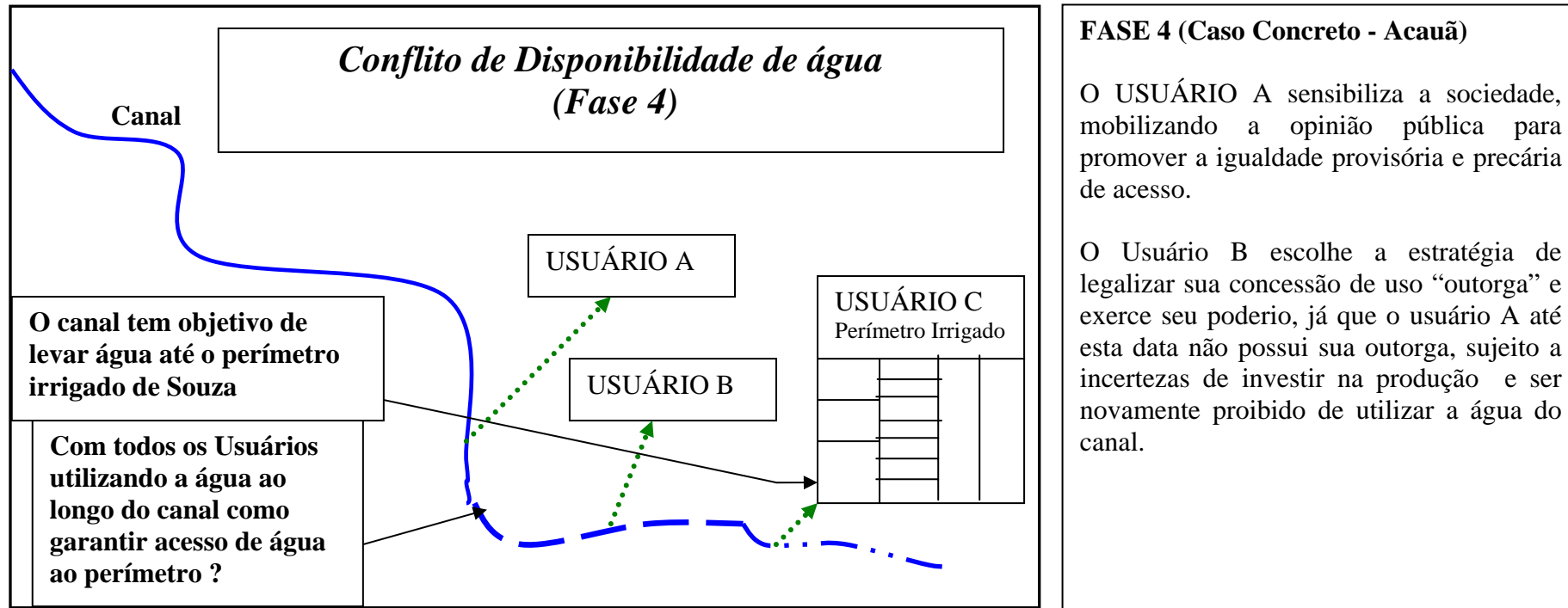


Figura 20: Esquema do conflito de disponibilidade de água – Comportamento 1 (Tempo 3) Canal da Redenção

ESPAÇO ESTRATÉGICO DE LUTA (em andamento)

O USUÁRIO A e o USUÁRIO B reorganizam suas estratégias para um novo momento de luta - a implantação do perímetro irrigado. Haverá confronto no campo de forças, o conflito está em andamento, portanto ainda indefinido o controle do território. Existe um campo de forças baseado no poderio tradicional (oligarquia) que luta para perpetuar o seu domínio, e um novo poder eminentemente coletivo que tenta estabelecer seus direitos através do poder de luta de classe, neste caso foi acrescentado um terceiro ator (Usuário C) representando o Agronegócio, expresso pelo Projeto do Perímetro Irrigado de Sousa.

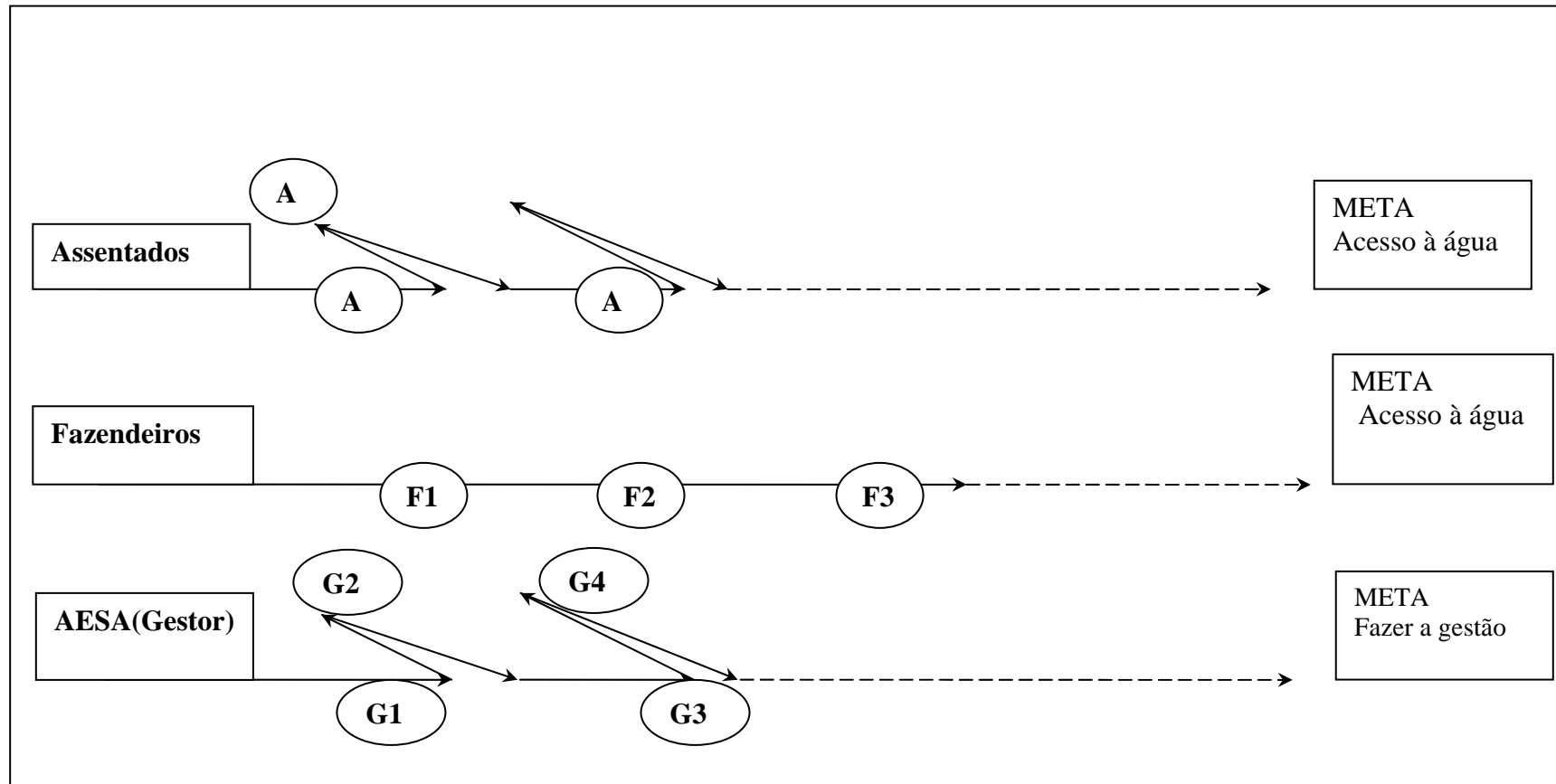


Figura 21: Esquema do Espaço estratégico de luta

ESPAÇO ESTRATÉGICO DE LUTA

Assentados: A1. Capta água como os demais usuários A2. Proibido de usar denuncia publicamente a coação A3. Proibido o uso negocia a utilização;

Fazendeiros: F1. Capta água como os demais usuários F2. Prevalece sua força política, utilizando água sem outorga F3. Consegue outorga de uso.

AESA: Coíbe em G1 e G3 e não fiscaliza nos períodos G2 e G4 (campanha eleitoral).

Nota: As proibições e fiscalizações seletivas ao longo do canal, que afetam principalmente os assentados de Acauã, são aspectos da luta de classes no sertão nordestino, onde o Estado (AESAs) é usado como instrumento para manter o controle sobre a terra e sobre a água em favor das oligarquias agrárias e em detrimento dos excluídos (pequenos proprietários de terra e trabalhadores rurais).

No último esquema (Figura 21), é possível notar a evolução das estratégias e o efetivo avanço dos atores para alcançar suas metas. A classe dos assentados reage às proibições de uso, avançando na meta com menores êxitos, por que a sociedade como um todo não reconhece suas reivindicações, para promover acesso equitativo à água. A cultura do lugar reconhece que a água (como tudo) tem “dono” que são as oligarquias políticas locais.

Em Acauã, o processo de territorialização das classes com ou sem acesso à água produtiva ainda não findou, o *território de luta* pelo acesso à água, amplia a batalha e se torna também a expressão do desejo de promover uma transformação social e múltipla da comunidade local. Atualmente novos acampamentos de sem terra, forma estrategicamente formados as margens do canal, como forma de garantir a resistência. Sinalizando assim, que a água deste hidroterritório, vai ser cada vez mais disputado pelas populações excluídas do acesso a água do seu território, em sincronia com os movimentos organizados de luta pela terra, já que estes perceberam que a sustentabilidade dos assentados só pode ser garantida com o acesso a água para a produção agrícola.

No início de 2007 organizações não governamentais que atuam no sertão paraibano, estão fomentando a idéia e execução de um novo projeto intitulado, “Uma terra e duas águas”, síntese do anseio de lutar por terras com água para beber e água para produzir. Os que identificam com este novo momento de luta social também pela água, anseiam transformar sua condição de vida através do trabalho, para sair de uma condição social que ocorria na Idade Média com suas classes de servos e senhores feudal, assemelhando-se assim, com os atuais e atuantes *feudos modernos* do Nordeste brasileiro.

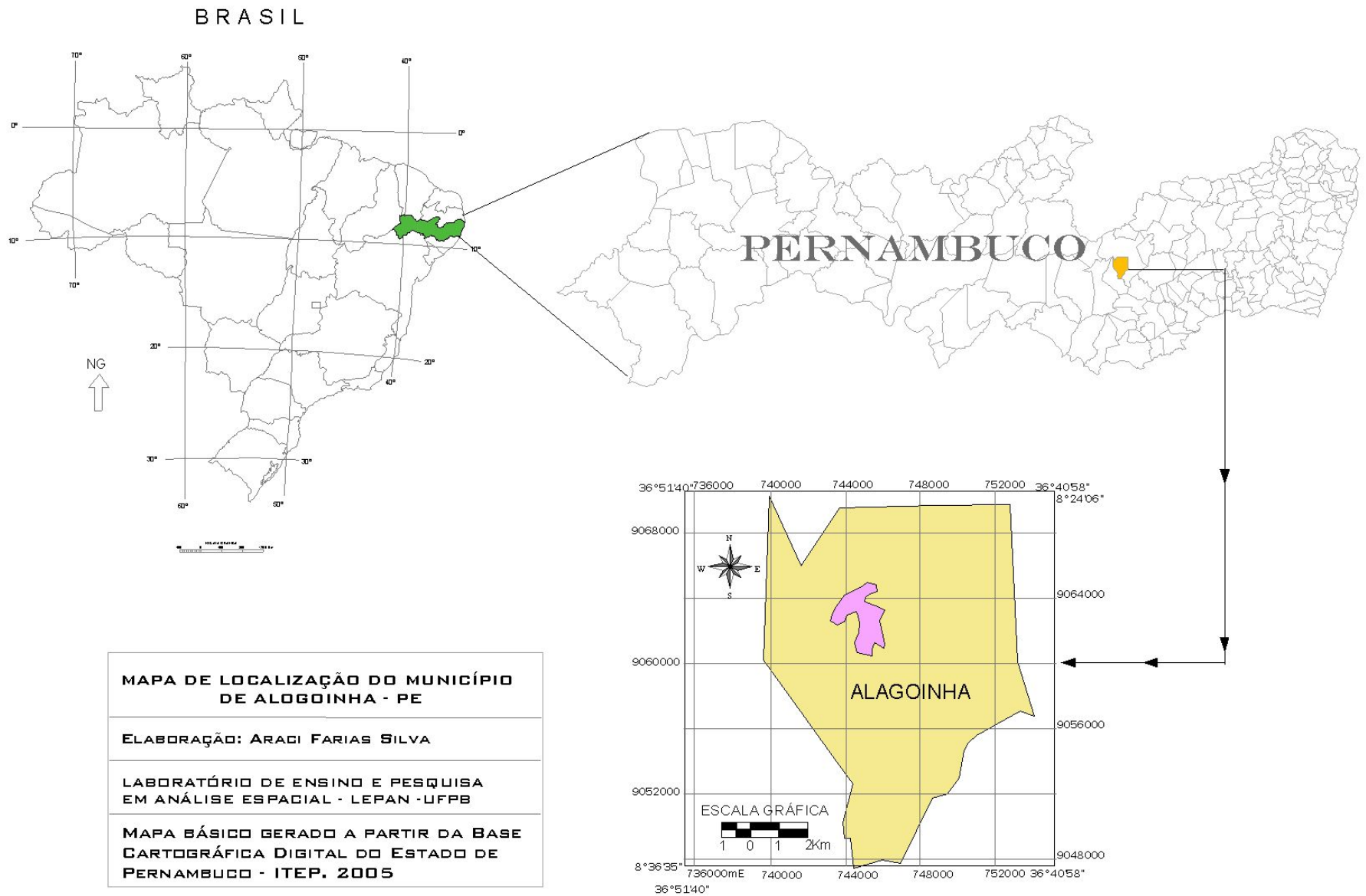
4.3 UM HIDROTERRITÓRIO PRIVADO: O CASO DA COMUNIDADE DE PERPÉTUO SOCORRO, ALAGOINHA-PE.

Durante os levantamentos de casos diferenciados de gestão de água no semi-árido nordestino, uma informação despertou especial interesse. Em um de seus relatórios de atividades¹⁰, o Banco Mundial (BM) divulgava a respeito de uma experiência bem sucedida de gestão da água ocorrida no município de Alagoinha – PE (Mapa 2), contemplado com um dessalinizador¹¹, “fabricando” *novas águas* para o consumo, que em tese se viabilizaria através de um sistema pré-pago de acesso à água para a “*dessedentação humana*”. A notícia divulgava que na cidade existia uma gestão comunitária que teve início em setembro de 1996, através do “Projeto Água para Todos” do Governo Federal. No documento, o BM afirmava que a *Associação das Mulheres de Socorro* (distrito de Alagoinha - PE) administrava de forma eficiente o sistema dispensando até a ajuda do governo municipal para custear a manutenção, o relatório do Banco Mundial (2006,Online) informa que:

No município de Alagoinha, em Pernambuco, a Associação de Mulheres da comunidade de Socorro liderou a iniciativa de 3.500 habitantes locais para resolver o problema do abastecimento de água. Apoiadas na utilização de um poço já existente, elas obtiveram recursos do programa de combate da pobreza rural, financiado pelo Banco Mundial, para um subprojeto no valor de R\$ 41.500,00 que consistia em um tanque de água com capacidade para armazenar 20.000 litros, um poço público e um equipamento de dessalinização com capacidade para 4.000 litros, para abastecer toda a comunidade. A água dessalinizada não necessita de tratamento e tem boa qualidade, como revelaram os testes solicitados pela Associação.(...) O sistema existente é totalmente administrado pela associação, que mantém um empregado permanente, recebendo um salário mínimo, além de um ajudante, cuja remuneração corresponde a 20% da arrecadação mensal do sistema. A associação utiliza um método bastante inovador e seguro de cobrança da água usada pelas famílias beneficiadas: adotou um tipo específico de cartão para ativar um mecanismo eletrônico que abre a bica do poço e libera 20 litros de água por vez. Cada cartão custa R\$ 0,10. Essa iniciativa garante à associação uma renda mensal em torno de R\$ 600,00, suficiente para manter o sistema (...) O processo funciona tão bem que a comunidade pôde recusar as contribuições do governo municipal para ajudar na manutenção do sistema”.

¹⁰ Em http://www.obancomundial.org/index.php/content/view_document/1646.html

¹¹ O dessalinizador através de um sistema de filtragem em tubos, utilizando membranas e submetendo a água “salobra” a passagem forçada por pressão nestas membranas, produz água “doce”, ou seja, com níveis de sais toleráveis.



Mapa 2: Mapa de localização do Município de Alagoinha - PE

Como esta pesquisa visa reconhecer territórios diferenciados de gestão da água, esse seria um *território* onde se poderia verificar a *intenção* de promover o acesso à água para população, através do pagamento, tornando o um episódio singular de gestão comunitária de água com tarifa pré-paga. Ou seja, com a introdução de um equipamento decorrente do avanço técnico, todo o sistema de gestão existente anteriormente nesse lugar seria mudado. O novo *tempo* técnico promoveria *novas águas* para consumo e conseqüentemente uma nova gestão. Como a cultura local já possuía o *hábito* de comprar a água (segundo entrevistas e relatos dos moradores) devido à escassez, a nova modalidade de cobrança foi bem aceita pela população que não ofereceu a menor resistência às novas regras, que geraram um novo território que “*oficializava*” a água com valor econômico. Pode-se pensar que o valor atribuído à água era simbólico, mas diante de novas possibilidades que feriam interesses dos antigos aguadeiros, elas só poderiam ser avaliadas com o tempo, que apontaria o grau de aceitação da comunidade e dos que resistem à continuidade do sistema de gestão coletiva. Nas observações em campo pôde-se verificar como procediam e como atualmente procedem as relações sociais decorrentes da ação dos dispositivos técnicos instalados e sua repercussão no sistema de gestão das águas em nível local.

Nas duas visitas de campo realizadas em Alagoinha – PE, a primeira no mês de outubro de 2006 na sede do município e no distrito de Socorro, foram entrevistadas autoridades locais (antigo prefeito e vereador), representantes da associação de Socorro e os aguadeiros locais. A segunda visita ocorreu no mês de janeiro de 2007, no distrito do Sítio Campo do Magé, onde foi possível reunir um maior número de moradoras para apreender através de entrevistas semi estruturadas (anexo 2) a memória oral da comunidade e a observação *in loco*, do real processo de mudança promovido pela água dessalinizada que ocorre nesse hidrotérrio. (Figura 22).



Figura 22: Momento da entrevista as mulheres da associação de Campo Sítio do Magé. (Janeiro de 2007)
Autoria: Amanda Marques

4.3.1 Registro Espacial de Alagoinha Pernambuco

Alagoinha, cidade do Agreste de Pernambuco, possui uma área de 180,16 Km², localizada na microrregião do Vale do Ipojuca a uma altitude de 726 metros. Sua população estimada em 2006 era de 13.619 habitantes¹². O nome da cidade surgiu, segundo alguns moradores, devido à presença no local de uma grande quantidade de pequenos tanques, poços e lagoas, muitas delas consideradas salobras e impróprias para o consumo humano. Administrativamente a cidade possui um distrito e diversos povoados, entre eles os visitados no decorrer da pesquisa: Distrito de Perpétuo Socorro e os povoados de Campo do Magé e Salambaia. O município foi emancipado no dia 31 de Dezembro de 1948. Segundo o

¹²Fonte: IBGE - Estimativas populacionais para o TCU Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/poptpe.def>. Acesso em 06 de Janeiro de 2007

diagnóstico de fontes da CPRM, 13 de outubro de 2005, o quadro natural da região pode ser descrito como:

O município de **Alagoinha**, está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre 650 a 1.000 metros. Ocupa uma área de arco que se estende do sul de Alagoas até o Rio Grande do Norte. O relevo é geralmente movimentado, com vales profundos e estreitos dissecados. Com respeito à fertilidade dos solos é bastante variada, com certa predominância de média para alta. A área da unidade é recortada por rios perenes, porém de pequena vazão e o potencial de água subterrânea é baixo. A vegetação desta unidade é formada por *Florestas Subcaducifólica e Caducifólica*, próprias das áreas agrestes.

De acordo com o diagnóstico acima citado, o município possui 3.315 domicílios particulares, cerca de 33% desse total possuem acesso à rede geral de água; outros 5,3% são atendidos por poços ou fontes naturais; e 61,8% por outras formas de abastecimento, ou seja, grande parte da população necessita de recorrer ao abastecimento por carros-pipa ou a buscar a água em barragens para prover suas necessidades básicas de consumo. Porém, estar incluído nas estatísticas de acesso à rede de água, não significa ter acesso com regularidade em sua residência. Muitos moradores alegam “*usufruir muito pouco*” do serviço já que ele é interrompido rotineiramente, segundo uma moradora da sede do município: “*A COMPESA passa dentro de Alagoinha dois a três meses sem água e não se faz nada!*”.

Numa entrevista realizada em outubro de 2006 com o antigo prefeito da cidade (1997-2000) e atual responsável pelo escritório local da COMPESA, senhor Lenilson Flávio Bezerra de Almeida, ele descreve o serviço de abastecimento local nos últimos vinte anos, afirmando que em Alagoinha:

(...) antes de 1984, o sistema era abastecido por carro pipa, a população da zona urbana era menor, chovia com mais frequência ao redor da cidade e as pessoas se mantinham com isso. Depois houve a evasão muito grande da zona rural para a zona urbana e começou a faltar água, então completávamos com carros pipas. O nosso abastecimento já está ultrapassado por que a nossa adutora é de 150 mm, e a população da zona urbana que era de mais ou menos umas duas a três mil pessoas agora está em oito mil ou mais, ao todo temos 13 mil habitantes no município. (...) Na zona rural a água é das barragens e geralmente quase todos os anos, usa-se carro-pipa, mesmo agora tem localidade abastecida com carro-pipa. E quem abastece é convênio do governo federal com estadual, mas geralmente é estadual com município, com a prefeitura, pra zona rural (...) (Entrevista concedida, novembro de 2006).

¹³ Disponível em : www.cprm.gov.br/rehi/atlas/pernambuco/relatorios/ALAG008.pdf

O primeiro trabalho de campo realizado no município de Alagoinha ocorreu num momento pré-eleitoral, e foi possível flagrar um caminhão pipa responsável pela distribuição de água com propaganda eleitoral do candidato da situação ao Governo de Pernambuco (figura 23).



Figura 23: Caminhão terceirizado de distribuição de água circulando com adesivos de campanha política no período eleitoral. Autoria: Avani Torres, novembro de 2006

A oligarquia política nordestina¹⁴ está presente no município de Alagoinha – PE. Nas quatro últimas eleições todos os prefeitos eleitos são de um mesmo partido, entretanto, o município vem sendo administrado em três dos quatro últimos mandatos (1983-1988 / 1993-1996/ 2004-2008) por Eraldo de Paes Silva. Desde a emancipação política da cidade o poderio local se resume a duas frentes de poder, os “Galindo”, família que teve sua força dos

¹⁴ Para ANDRADE (1985), refletindo a respeito desse tipo de estrutura econômica: “[...] a preservação do mandonismo local é um reflexo das relações sócio-econômicas da região. Enquanto estas relações forem mantidas, as oligarquias e os ‘coronéis’, mesmo tendo perdido sua posição hegemônica, continuarão sendo um dos componentes do bloco de poder, onde se inserem de forma subordinada” (1985, p. 12).

anos 40 até a metade dos anos 70, e a segunda, a família “Paes”, que domina até os dias atuais. Os cidadãos que se opõem às oligarquias políticos locais são chamados de “Borós¹⁵”. Segundo uma moradora: “eles chamam assim os que são do partido de dona Glória, o prefeito é 25 e dona Glória é 13”.

O uso da máquina pública para interesses pessoais é reproduzido pelas oligarquias e seus correligionários políticos. Desde a Prefeitura até as associações comunitárias, todas as organizações são “administradas” pelos que detêm o poder político. Num dos relatos uma moradora, compara o poder existente na associação com o poder político do atual prefeito da família “Paes”, quando afirma que:

Márcia é a Presidente da Associação assim como o Prefeito é o Prefeito. O Prefeito de Alagoinha quando tem uma eleição ele bota um irmão dele pra ser o Prefeito mais quem manda é ele! Carmelita na Associação botou Márcia que é a sobrinha dela, tudo que vem tem que passar por Carmelita se ela aprovar Márcia faz. Carmelita anda muito ela vai pra Brasília, vai pra Recife, aí quando vem o projeto, é do jeito que ela quer.



Figura 24: Família na busca da água em Perpetuo Socorro, Alagoinha – PE

Autoria: Avani Torres, novembro de 2006.



Figura 25: Morador na busca da água em Perpetuo Socorro, Alagoinha – PE Fonte: Avani Torres, 2006.

¹⁵ O termo *Borós* na linguagem popular local é depreciativo, denotando um sujeito de pouco valor, significado associado a um cigarro de palha de baixa qualidade.

4.3.2 ESPAÇO, TEMPO E INTENÇÕES DAS ÁGUAS PRIVADAS

O dessalinizador instalado na comunidade de Salambaia (entre a sede do município de Alagoinha e o distrito de Perpétuo Socorro) teve como executora Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto de Pernambuco - COMPESA, com recursos oriundos do BM, em parceria com o Governo de Pernambuco, através da Secretaria de Infra-estrutura, no mandato do então governador Miguel Arraes, 1994-1998 (Figura 26).



Figura 26: (Detalhe) Placa na instalação predial onde se encontra o dessalinizador (Salambaia Distrito de Alagoinha - PE)
Autoria: Avani Torres , novembro de 2006

Com a ativação do equipamento ocorreu uma mudança no estoque de água com qualidade. É oportuno ressaltar que o projeto foi implantado nas comunidades sem o aval do poder público local. Segundo depoimento de Lenilson Flávio de Bezerra de Almeida, Prefeito de 1997 a 2000 e ligado à oligarquia que domina esse *hidroterritório*, houve uma tentativa por parte da prefeitura de administrar o sistema, porém, isso “*não foi aceito pelas comunidades*”. Como o projeto fazia parte de uma política estadual adversária naquele momento do poder local, o sistema inicialmente teve a administração da COMPESA, e com poucos meses de inaugurado foi entregue para administração das comunidades beneficiadas. Assim está mais do que evidenciada a relação direta entre o poder político, inclusive eleitoral, e o controle do acesso aos estoques de água doce nessa comunidade, como de resto, este é o padrão observado em todo o semi-árido nordestino.

Segundo o BM, nas comunidades assistidas pelo programa, existia uma norma de pagamento da água, com fichas, comercializadas e vendidas. Aplicadas entrevistas em duas dessas comunidades, pôde-se verificar que o sistema implantado em 1996 existiu por dois anos, na verdade a administração popular do sistema pré-pago da água na comunidade de Campo do Magé não chegou a existir “*por que o governo não pagou pra colocar a máquina, o dinheiro acabou!*” O valor era arrecadado e parte desse dinheiro, servia para “*ajudar*” a mulher que prestava o serviço de cobrança, segundo uma moradora:

Comadre Nem despachava a água e ela não tinha marido aí arrecadava dez centavos de cada um e desses dez centavos as pessoas que eram responsáveis eu acho que pagavam o dia pra ela e o resto usava pra trocar uma torneira quando precisava. O governo e a prefeitura num davam nenhuma ajuda, nós é que tivemos que reunir todos os moradores e dar aquela mensalidade pra ela por nossa vontade. (entrevista a concedida, janeiro de 2007).

Com as novas possibilidades de consumo surgem modificações nas gestões individuais e novos enquadramentos do uso da água. Nesse território diferenciado, antes do dessalinizador, havia uma classificação que formava uma tipologia, um enquadramento cultural das águas locais. De acordo com uma entrevistada: “*(...) a água pouca vinha das barragens, barragem de gasto, barragem dos animais*¹⁶ (...)”, este relato revela não apenas a cultura e o hábito do local, ele aponta também, uma sistematização e classificação de tipos de água de acordo com a utilidade que se possa ter, e que está relacionada com a *hidroclasse* a qual esta moradora pertence. Antes de existir o dessalinizador, para se ter água em casa, era necessário ter dinheiro para comprá-la.

A figura 27 mostra como era feita a distribuição da água no momento anterior à implantação do dessalinizador. As comunidades não possuíam infra-estrutura de tubulação de água, e essa era transportada por caminhões pipas (serviço público e privado) e caminhonetes de particulares que vendiam a água. Os que não podiam comprá-la tinham como opção buscar água em barreiros e barragens. Um antigo vereador, hoje sem mandato afirmou que:

A gente tem um açude aqui no distrito que só abastece o distrito a gente não tem água encanada, ele sacode pra cisterna e da cisterna o pessoal pega. Agora tem gente

¹⁶ A definição publicada em FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3.ed. [S.l.]: Positivo, 2004. 2120p, barragem é “*estrutura construída num vale e que o fecha transversalmente, proporcionando um represamento de água; represa*”. “Barragens de gasto” no linguajar popular dos moradores de Alagoinha, significa barragens com água impróprias para beber, e as “barragens dos animais” significa a barragem usada para dessedentação dos animais.

que tem assim: *D-10, D-20 e F4000*¹⁷ carregando água aí a pessoa que tem condições bota água pra casa. (entrevista concedida, novembro de 2006)

A “condição” à qual o antigo vereador se refere corresponde à condição financeira. No distrito de Perpétuo Socorro o comércio de água corre pelas ruas, com bombas instaladas nos caminhões, assim bombeia-se para as residências a água que é vendida pelo valor de R\$ 4,00 (quatro reais) o tambor de 200 litros (R\$ 0,02/litro) .

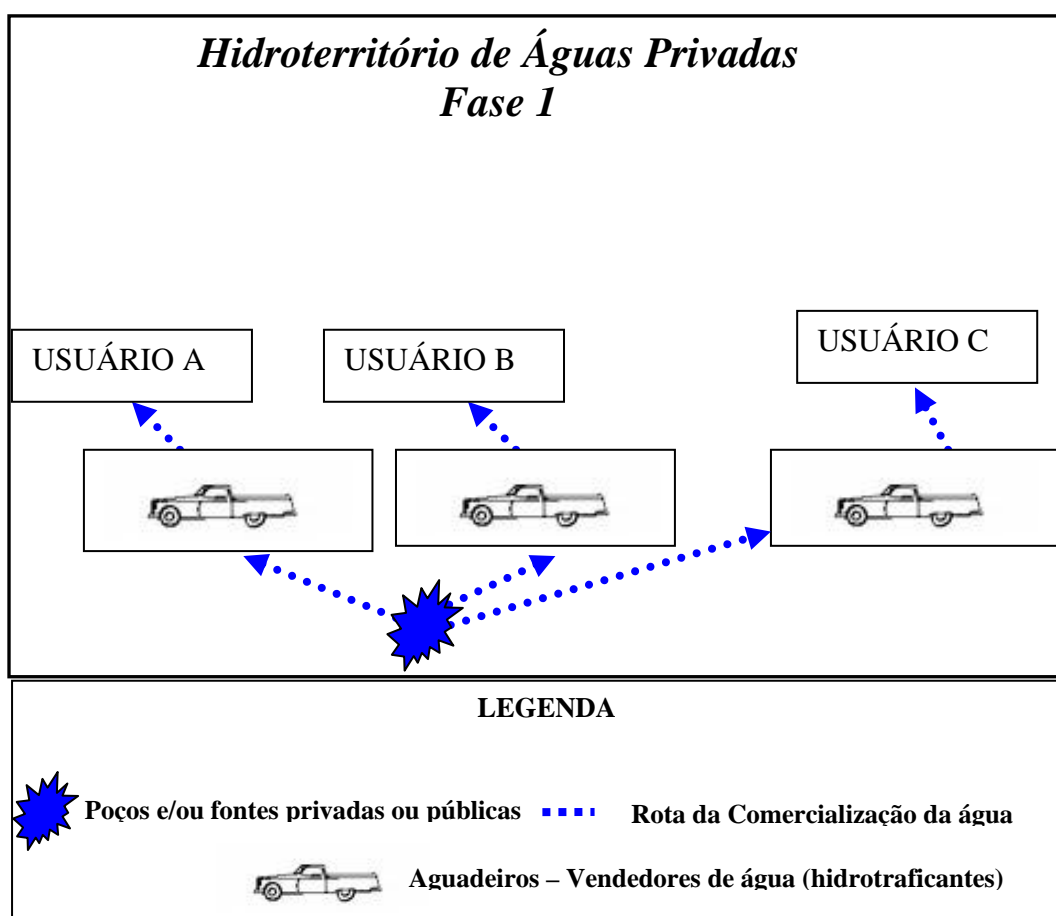


Figura 27: Esquema do hidroterritório de águas privadas – Fase 1

O dessalinizador e o sistema de distribuição tinham o objetivo de atender a demanda de água de três comunidades: Campo do Magé, Salambaia e do distrito de Perpétuo Socorro, pertencentes ao município de Alagoinha. Com a inauguração dos serviços de dessalinização e distribuição de água para reservatórios comunitários, os moradores passaram a administrar o

¹⁷ Modelos de caminhonetes

sistema através das associações comunitárias. De início o fornecimento de água era gratuito, mas logo em seguida passa a ser pago. O valor cobrado servia apenas para manter uma pessoa para “controlar e receber os valores da cobrança e para fazer pequenos reparos na rede”. Com a “nova” água potável os moradores tinham condições de atender suas necessidades, pois o preço era inferior (aproximadamente 4 a 5 vezes) ao praticado anteriormente pelos aguadeiros. Uma lata de água que custava cinquenta centavos quando comercializada pelos *aguadeiros locais* passou a custar dez centavos. Nesse momento toda a *cadeia produtiva da distribuição particular da água comercializada pelos “hidrotraficantes”* foi suspensa, prejudicando os que investiam nesse segmento de serviços. (figura 28)

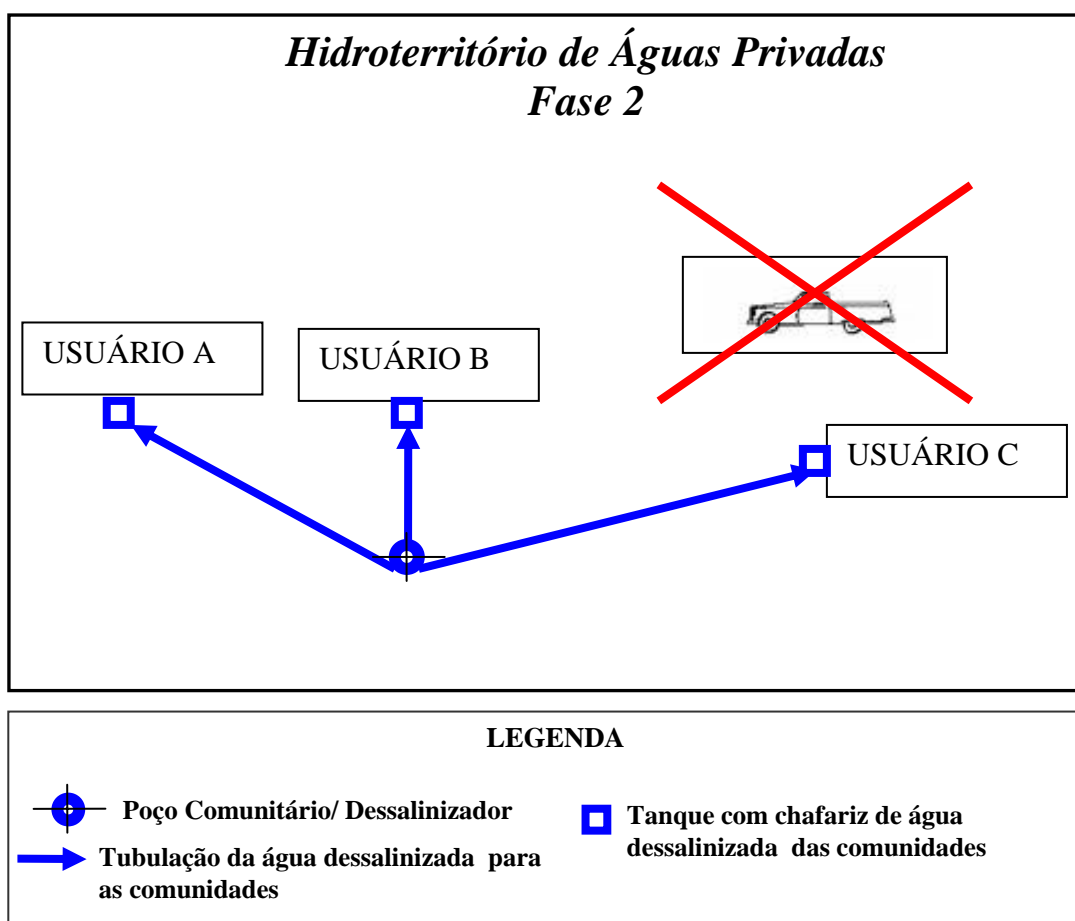


Figura 28: Esquema do hidroterritório de águas privadas – Fase 2

Com o passar do tempo, o dessalinizador precisou de manutenção e os valores cobrados aos usuários não eram suficientes para cobrir os custos. Segundo uma das mulheres da associação de Perpétuo Socorro:

[...] no começo botava as latas na fila de noite pro outro dia de manhã pegar, primeiro era grátis, mas depois não tinha condições pela manutenção do poço que era caríssimo, vendia, mais mesmo assim todo mundo queria comprar por que era uma água boa e limpa e o poço tinha potência, uma vazão de muita água mas depois até isso diminuiu. A água chegava até aqui por gravidade, só que o motor, e os aparelhos dava muito problema desmantelava muito, aí sempre que a gente arrumava os aparelhos comia! Aí chegou até um tempo de dizer assim que o rapaz veio de Recife e disse que precisava trocar as membranas, aí ele disse que lá eram dezoito membranas, e dava um horror de dinheiro, aí como não se tinha dinheiro né! Nem a gente tinha assim a quem recorrer [...]. Então isso aí foi desmantelando [...].

Na última visita feita ao município, em janeiro de 2007, pôde-se verificar que o dessalinizador que foi adquirido com verba do BM, no programa *Água Para Todos*, encontra-se abandonado, o chafariz alimentado por ficha foi destruído (ver figura 29 e 30), e toda a tubulação que levava a água para as comunidades não existe mais. Com a obra de pavimentação da estrada de acesso a Perpétuo Socorro, todos os canos foram arrancados e roubados por empreiteiros ou por moradores locais. (figura 31 e 32).



Figura 29: Sistema pré-pago desativado em Perpétuo Socorro distrito de Alagoinha - PE
Autoria: Avani Torres, novembro de 2006



Figura 30: Detalhe do medidor pré-pago
Autoria: Avani Torres, novembro de 2006



Figura 31: Obra de pavimentação da estrada de Alagoinha - PE ao distrito de Perpétuo Socorro. Autoria: Avani Torres, janeiro de 2007.



Figura 32: Detalhe da estrada de Alagoinha - PE ao distrito de Perpétuo Socorro. Fotos: Avani Torres, janeiro de 2007.

A água comercializada com o apoio do Projeto do Banco Mundial não teve sustentabilidade e o comércio das águas local retornou inflacionado (figura 33), já que a população se submete e reconhece o valor econômico da água, que mesmo quando é pública, se torna moeda de troca. Atualmente todos os que podem pagam o valor de mercado da água, estabelecido pelos aguadeiros (figura 34 e 35). Nesse hidroterritório privado, os moradores aprenderam a identificar a qualidade da água também pelo valor que têm a pagar. Se a necessidade de uma família corresponder a um tambor/dia isso significa uma quantia de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por mês, ou seja, aproximadamente um terço de um salário mínimo utilizado para adquirir água. Algumas questões podem ser aqui levantadas, por que a gestão do sistema poço/dessalinizador/chafariz foi entregue à comunidade sem que ela fosse informada dos custos de manutenção do equipamento? Será que esta seria mais uma política da “*indústria da solução*”¹⁸?

¹⁸ Termo usado como crítica às políticas públicas voltadas para o “combate” à seca, implementadas no Nordeste brasileiro, com volumosos investimentos e poucos benefícios à população.

Hidroterritório de Águas Privadas Fase 3

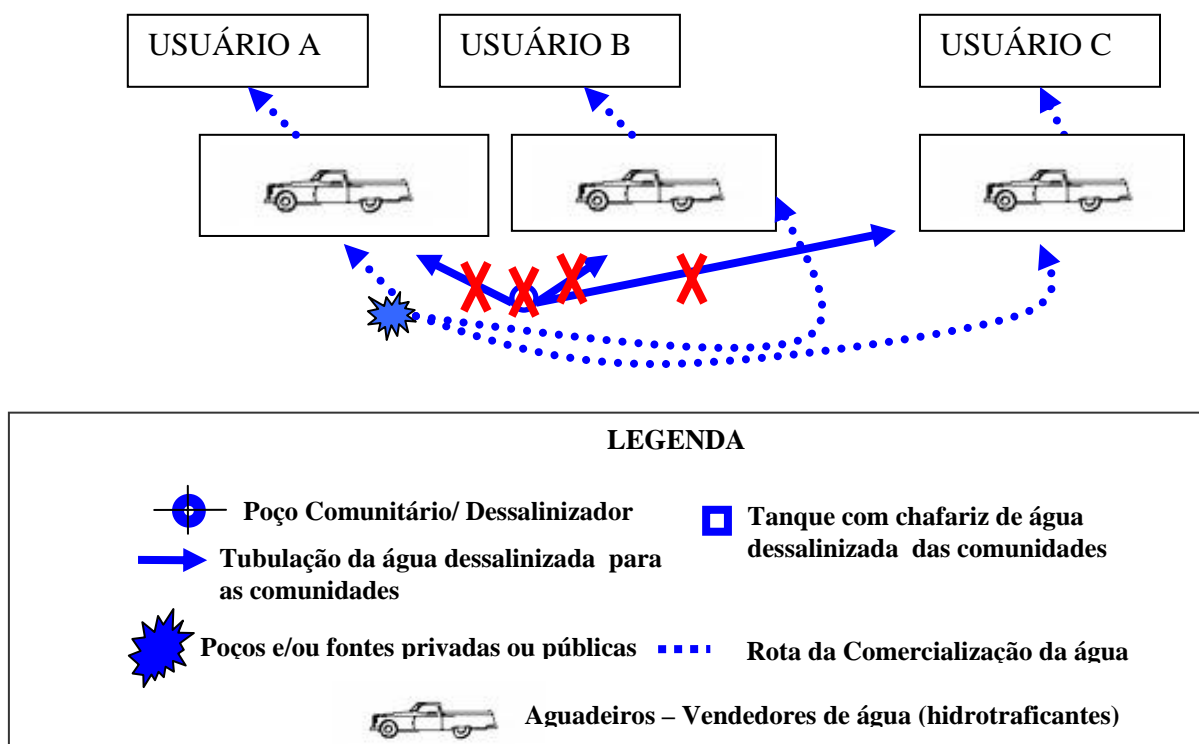


Figura 33: Esquema Hidroterritório de águas privadas – Fase 3



Figura 34: Aguadeiro, profissão de origem secular, ainda existente no município de Alagoinha - PE.
Autoria: Avani Torres , janeiro de 2007



Figura 35: Carros-pipa vendedores e distribuidores de água no município de Alagoinha.
Autoria: Avani Torres, janeiro de 2007.

A *cultura da água* em Alagoinha reconhece há décadas a água como mercadoria, os novos estoques não foram mantidos por que a população não possuía qualquer domínio sob o território estando sujeito às práticas regidas pelos dominadores locais. Na comunidade Campo do Magé, a população relata que atualmente possui três opções de acesso à água:

- 1 - Abastecimento público sob a responsabilidade do Exército e da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária – IPA, que abastece as cisternas das comunidades;
- 2 - Compra aos aguadeiros locais, únicos que regularmente podem ser vistos vendendo a água na cidade;
- 3 - Busca da *água de sustento*¹⁹ nas barragens, açudes e lagoas, utilizando-se de carroças com tonéis adaptados (figura 36).

¹⁹ A *água de sustento* é definida pelas moradoras de Sitio Magé como toda a água necessária para o consumo diário de uma casa.



Figura 36: Carroça com tonel adaptado. A autoria : Avaní Torres, novembro de 2006

4.3.3 HIDROTERRITÓRIO DE ÁGUAS POLÍTICAS

A água em Alagoinha é moeda de troca político-eleitoral, existindo um sistema de distribuição feita por carros-pipa, obedecendo ao roteiro determinado pela prefeitura, que em tese deveria distribuir a água nas cisternas comunitárias com uma distância máxima de dois quilômetros entre elas, de modo que cada morador não tivesse que caminhar muito para suprir sua necessidade de água. Porém uma moradora relatou que as cisternas comunitárias abastecidas eram apenas as dos correligionários políticos do prefeito, que passaram a ser as referências para abastecer as próximas cisternas, justificando assim o não abastecimento dos adversários políticos. **“Recebe a água quem o prefeito quer que receba!”** afirma a jovem moradora. Os que não fazem parte da ala do prefeito são retaliados e excluídos dos serviços de abastecimento de água, prestado pela prefeitura através de carros-pipa. Neste hidroterritório caracterizado pela submissão política da população aos “donos da água”, no

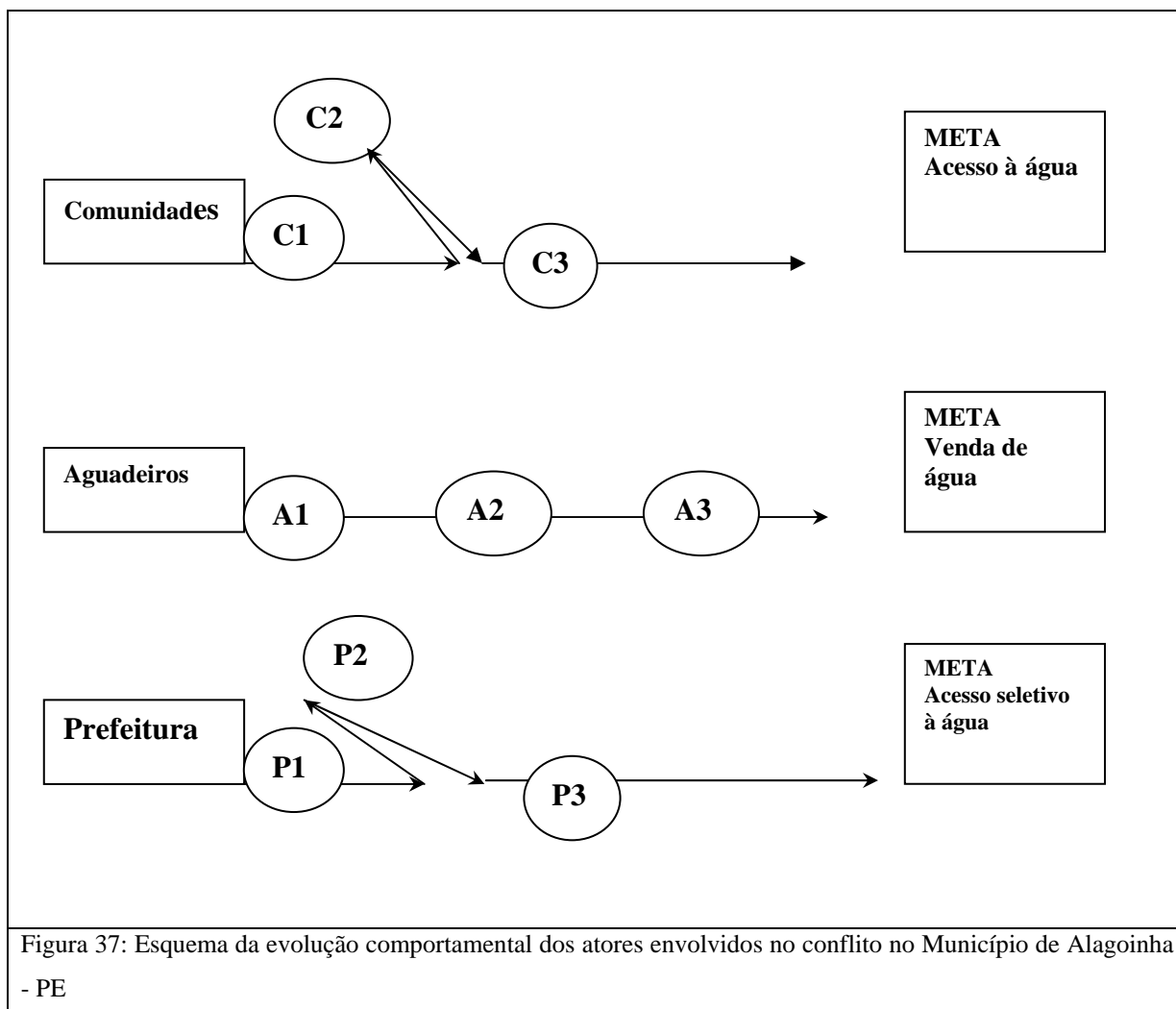
jogo político eleitoral alimentado pelo controle da distribuição da água. A principal mercadoria comercializada por votos é a água, negociada e solicitada como moeda de troca eleitoral. Associar o favorecimento de distribuição da água à posição política partidária é prática comum por parte dos governantes em todo o semi-árido do Nordeste brasileiro, fato confirmado por algumas moradoras de Campo do Magé, ao relatar um dos episódios ocorridos na comunidade:

Aqui nós temos uma cisterna comunitária, minha outra irmã tem outra, tá tudo seco aí, os caminhões num deram água. Sabe quantos meses que eu pedi e nunca veio, uma “carrada” de água? Desde novembro perto da eleição. Eu pedi na Prefeitura, me dá uma “carrada” de água, quando falei com Ica (funcionário), ele anotou e disse: -espere daqui pra amanhã a água chega. E toda manhã o caminhão subindo, passando e nada de chegar água aí eu parei o caminhoneiro e disse cadê a água da gente? O caminhoneiro disse; - não tá no meu roteiro não! (...) A água aqui só chega pra onde o prefeito quer isso é uma verdade verdadeira digo isso mesmo sem medo! Pode ser o Presidente! E tem outra, se passar uma “carrada” de água, por mais que o motorista conheça a gente e tenha muita amizade, nós somos pobres mais temos muita amizade! Se ele parar e der um tambor de água a uma de nós e alguém for lá *entregar* (denunciar), ele perde o emprego. Por que diz assim os *Borós* pegaram água, (...) O motorista Nem parou aqui e eu pedi um tambor de água por que eu não tenho os bois pra tirar, ele disse deixa eu *voltar* que eu te dou ! Quando foi uns cinco dias depois eu perguntei: - ô Nem tu vai deixar um tambor aqui? Ele disse: Por Nossa Senhora! Não me peça não por que foram dizer ao prefeito que eu tava dando água pros *Borós*!

Você pode estar morrendo de sede, pode ter uma criancinha, uma mulher gestante, um velhinho *carquejando* (morrendo) em cima de uma cama, e você implorar, ele não deixa a água pra não perder o emprego! Ele pode ser amigo que for mais pra perder o emprego não dá. Essa região aqui é a que mais sofre por causa da água! (entrevista concedida, janeiro de 2007)

Em Alagoinha a população excluída do acesso à água pública se fragmenta na aceitação e na impossibilidade de comprar, na submissão. Os atores se organizam no espaço de forma a atender seus interesses e intenções de acordo com seu grau de poder na hierarquia social. Nesta linha de acontecimentos traçados neste capítulo, foi possível observar a forma espacial de aceitação da água privada que na essência existe e persiste nesse local, a intenção, de um lado é de comercializar a água a do outro é de possuí-la custe o que custar.

Na evolução do conflito pôde-se verificar que os beneficiados com a paralisação do fornecimento de água coletivo foram os aguadeiros que permanecem na atividade e a prefeitura que permanece utilizando a água como instrumento político (figura 37).



C1 e C3 – Paga a água aos aguadeiros quando pode, normalmente apenas a água de beber e cozinhar, a água de sustento busca-se nos açudes e lagos públicos.

C2 – Administrou e utilizou a água do dessalinizador/poço.

A1 e A3 – Vende diversos tipos de água quem pode pagar, inclusive para programas do poder público (municipal, estadual ou federal).

A2 – Nesse período trabalhou para o fracasso da gestão do dessalinizador/poço.

P1 e P3 - Favorece a comercialização dos aguadeiros, já que não coíbe essa prática.

P2 – Tenta reivindicar a administração do sistema pré-pago sem sucesso.

4.4 TERRITÓRIO SOLIDÁRIO: O CASO DA CULTURA INDÍGENA POTIGUARA EM MARCAÇÃO – PB

“A água não é boa, mas o costume faz com que fique boa!”

Depoimento de uma moradora de Marcação-PB

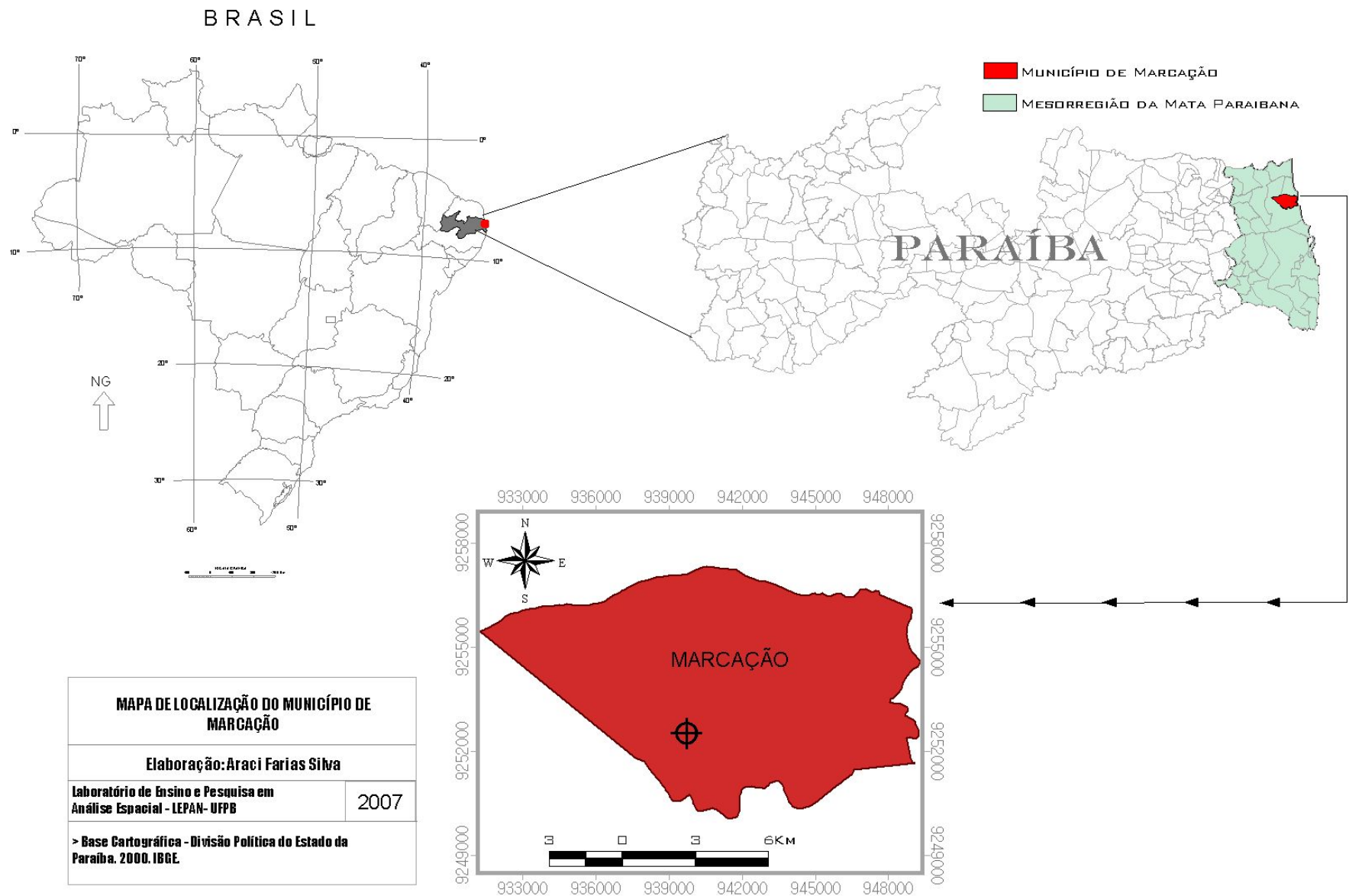
No mês de janeiro de 2007, ocorreu o último trabalho de campo na cidade de Marcação, cujo objetivo foi o de aplicar um questionário (anexo 2), buscando apreender os memoriais históricos e culturais da comunidade, que possui características particulares, entre elas: a distribuição gratuita da água, uma população predominantemente indígena e um movimento de luta (no momento adormecido) em favor da distribuição de água gratuita. Alguns dos depoimentos coletados foram utilizados na pesquisa, sendo preservados os nomes dos entrevistados.

O município de Marcação – PB (Mapa 3), localizado no litoral norte da Paraíba, território onde a gestão da água é vista como uma obrigação de serviço essencial, que deve ser mantido pela máquina do Estado. Nesse local a água é distribuída sem taxas de cobrança, nem mesmo para a manutenção do sistema. Segundo um morador, o sistema de água gratuito acontece desde:

[...] a administração de Gilberto Barreto²⁰ pra cá ninguém pagou mais água, já tinha deixado de pagar uns tempos, mais era uma água que não tinha suficiência, por que quando quebrava uma peça, enguiçava o motor a gente sofria aqui, ficavam meses parados sem água. (entrevista concedida, outubro de 2006)

Marcação é uma cidade com predominância de população indígena, mais de 80% do total de habitantes tem essa origem étnica. O município possui um concentrado urbano e dez comunidades indígenas. São elas: Três Rios, Brejinho, Camurupim, Tramataia, Caeira, Jacaré de Cezar, Estiva Velha, Grupiuna, Lagoa Grande e Nova Brasília. A cana de açúcar tem uma presença dominante na região. O atual prefeito da cidade, que se reconhece como índio assumiu o compromisso no período de campanha, como um dos itens da sua plataforma de candidatura, o serviço gratuito de água sem qualquer taxa para os consumidores.

²⁰ Antigo prefeito da cidade com mandato de 1996 a 2000.



MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARCAÇÃO	
Elaboração: Araci Farias Silva	
Laboratório de Ensino e Pesquisa em Análise Espacial - LEPAN- UFPB	2007
> Base Cartográfica - Divisão Política do Estado da Paraíba. 2000. IBGE.	

Mapa 3: Mapa de localização do Município de Marcação

O compromisso de campanha foi concretizado, quanto à distribuição gratuita, mas, segundo os moradores, a água não é boa e não possui qualquer tratamento.

A má qualidade foi confirmada oficialmente pela até então, Secretária Interina de Saúde do município, senhora Geilsa. Periodicamente é feita a análise da água em todos os pontos de captação e o resultado indica a presença de coliformes fecais²¹. Existem três grandes reservatórios municipais e estes estão localizados em: Três Rios, Nova Brasília e no Centro urbano da cidade, porém, existem apenas dois pontos de captação. A captação é feita no rio através de bomba e no poço da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA situado no núcleo urbano, nas proximidades do cemitério. Inicialmente só existia um único ponto de água canalizada na cidade, exigindo dos moradores o trabalho de ir buscar a água, inclusive pagando por ela. Um morador afirma que:

[...]. Nós morava aqui, casinha de taipa, era difícil ter casa de tijolo, então surgiu aquelas caixas d'água, tem duas. A menor era água que caía nela, dela fizeram uma lavanderia pras mulher lavar roupa. Pagava-se pra lavar roupa, o valor não sei informar. Se pagava também pela a lata d'água, na época era quinhentos réis, um rapaz que trabalhava de empregado da prefeitura ele recebia aquele dinheiro e recolhia, não sei para quem ia o dinheiro. Rio Tinto era que mandava nisso aqui! [...] Depois da cidade (referindo-se a emancipação política) é que veio isso (poste de cimento), depois da cidade é que melhorou a água. Antes, quem não tinha dinheiro pra pagar pela água, ia buscar no rio com a lata na cabeça! (entrevista concedida, outubro de 2006).

Foi possível verificar dois tipos de depoimentos a respeito da existência de cobrança de água à população. Os moradores mais antigos reconhecem que, em algum momento o distrito de Marcação, ainda administrado pelo município de Rio Tinto, já pagou pela água, e que esta era cobrada sem nenhum tipo de tratamento para uso, só os moradores mais novos afirmam nunca ter pago pela água.

A memória da gestão da água está fortemente marcada nos antigos moradores. A realidade de território diferenciado, gerido por questões hídricas fica claro nos depoimentos colhidos. Este *hidroterritório* é bem traçado e alonga sua história hídrica há bastante tempo. Num dos relatos, uma moradora afirma ter participado de um filme gravado na cidade, que, segundo ela, contava a realidade hídrica de marcação há cerca de vinte anos, “*com o povo carregando água na lata!*”. Ela afirma que foi uma freira, a Irmã Adriana, que inclusive participou da luta para não pagar pela água, e por isso foi feito o filme, que se chama a *Árvore de Marcação*²². A moradora relembra também a mudança que ocorreu na cidade de Marcação, afirmando que “*o pessoal de uma maneira geral vivia da pesca, da roça ou trabalhava nas*

²¹ Verificado na FUNASA, órgão responsável pela análise, foi informado que desde março de 2006 não estão sendo feitas as análises por afastamento da funcionária responsável.

²² Não foi possível localizar a fita.

canas”. O relato coincide com outros depoimentos assim como o da moradora que relatou a transformação ocorrida na cidade, que obteve sua emancipação há pouco mais de dez anos, transformação não apenas administrativa mas também social, já que muitos passaram a reconhecer que possuem direitos como cidadãos, o que não acontecia anteriormente. Ela diz:

“A gente é descendente de índio e antigamente não tinha preocupação de exigir o direito (do cidadão), agora está tudo moderno! Os filhos da gente é que a gente está ensinando a correr atrás (dos direitos) antigamente todo mundo se conformava com aquele pouco”. (entrevista concedida, janeiro de 2007).

Por outro lado foi verificado que essa prestação de serviço de água nos territórios (aldeias) indígenas foi colocada sob a responsabilidade da FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. (Ver Figura 38).



Figura 38: Sede da FUNASA no município de Marcação. Autoria: Avani Torres, novembro de 2006.

A atribuição da gestão da “*água dos índios*” (pequenas fontes de abastecimento nas aldeias) à FUNASA, coincide com o período imediatamente posterior ao conflito entre a população e a gestão municipal que tinha a intenção de introduzir a cobrança da água no município. A população reconhece que foram, “*os caboclos que vieram das aldeias lutar contra a água paga e o prefeito voltou atrás*”, ou seja, o conflito revelou as relações das

lideranças indígenas. Com a revolta dos *caboclos*²³ foi providenciada a compra de caixas d'água para todas as aldeias.

Nos relatos colhidos e nas viagens de campo, pôde-se constatar que existem no núcleo urbano dois pontos de captação de água na cidade, o ponto do rio e o poço da CAGEPA, mas, apenas o primeiro, abastece regularmente a cidade, o outro, é ativado quando o primeiro interrompe os serviços em geral por quebra da bomba ou do registro. Este não uso regular do segundo ponto de captação ocorre porque a população rejeita utilizar água dessa fonte e, só a captam no momento de extrema necessidade. A rejeição à “*água condenada*” assim denominada pela população, ocorre porque o referido ponto de captação localiza-se a menos de 50 metros do cemitério da cidade, e pouco mais de 100 metros do início de um canal (Figuras 39, 40, 41 e 42). Os moradores também chamam a água da CAGEPA como *água das almas*, *água dos defuntos*, e a definem qualitativamente como uma *água grossa*.



Figura 39: Instalações da CAGEPA desativada em Marcação - PB. Autoria: Avani Torres, novembro de 2006.



Figura 40: Detalhe das instalações da CAGEPA próxima ao Cemitério Local. Autoria: Avani Torres, novembro de 2006.



Figura 41: Distância entre o poço e o cemitério. Autoria: Avani Torres, novembro de 2006.



Figura 42: Detalhe das instalações da CAGEPA próxima ao Cemitério Local.

Autoria: Avani Torres, novembro de 2006.

²³ Questionados a respeito da expressão “*caboclo*”, os moradores de Marcação afirmam, que estes seriam os índios mais valentes e respeitados das comunidades indígenas, os que brigam e lutam pelo que consideram seus direitos. Uma segunda interpretação refere-se à mistura de raças, a miscigenação racial de branco com índio.

A sociedade local sabe reconhecer a qualidade da água, qual é *a mais antiga e mais fina* (a do rio localizado em Nova Brasília) e a *mais nova e grossa* (a da CAGEPA, perto do cemitério). Esta expressão cultural define também a qualidade das águas, *a água fina* que é a de melhor qualidade, servindo para o consumo humano, e *a água grossa*, definida como uma água viscosa de má qualidade, associada a água da CAGEPA. O mundo mítico das almas complementa o mundo real para reforçar o sentido de má qualidade que a água possui, visualmente identificada pelos moradores.

Esta *tipologia e classificação* da qualidade da água é uma expressão cultural também encontrada na pesquisa efetuada por Flávia Galizoni, nas comunidades do vale do Jequitinhonha, Galizoni (2003, pág. 56) afirma que:

Aparentemente todas as águas são iguais; mas só aparentemente dirão os lavradores do Jequitinhonha, porque há várias águas, e elas são diferentes entre si. Possuem diferenças de tamanho, cor, textura, sabor e, principalmente, pureza e qualidade. Para conhecer essas diversidades de águas as famílias construíram um sistema de classificação, baseado na qualidade da água para beber. Este é o uso primordial: a partir dele é construída uma hierarquia das águas disponíveis e usos possíveis.

Como a prestação de serviços não é regularmente oferecida, já que só ocorre em determinados períodos do dia, ela dá origem a um sistema cultural de gestão local da água. Com a deficiência na distribuição de água do sistema público municipal, os moradores procuram estocar e gerir “*sua água*” fazendo com que tenham noção da real necessidade diária de estoque da água, aqui considerado como gestão individual. O serviço não ocorre de forma contínua, já que é freqüente a interrupção por vários dias, decorrente dos defeitos na bomba que “*puxa*” a água pra cidade. Com isso, os moradores da cidade têm como hábito armazenar água em potes e tanques, com provisões em média para três dias, chegando a casos de residências possuírem estoques para até sete dias e até para um mês (Ver figuras No. 40 e 41).

É oportuno destacar que o morador ao declarar “*seus*” estoques, conota um grau de orgulho e riqueza. Inclusive, uma das moradoras entrevistadas fez questão de mostrar sua “*fortuna*”, já que possuía uma grande quantidade de potes de água espalhados pela casa de forma a facilitar as atividades domésticas (Ver figuras 44 e 45).



Figura 43: Potes de armazenamento de água utilizada para a lavagem de roupa. Autoria: Avani Torres, Janeiro de 2006.



Figura 44: Potes de armazenamento de água utilizada para cozinhar. Autoria: Avani Torres, Janeiro de 2006.

Existe, porém, um problema ao armazenar a água, essa passa a ter *validade de uso*, segundo os moradores quando ela fica parada cria *cabeça de prego*²⁴. A comunidade tem plena consciência de que a água não é de qualidade, uma moradora afirma que:

“(...) a água não é boa, mas o costume faz com que fique boa (...) eu já me acostumei tanto com a péssima qualidade da água que quando vou a João Pessoa e bebo água tratada, dá vontade de vomitar, (...) na água daqui acham até cabeça de prego, de martelo e baratinha branca”. (entrevista concedida, janeiro de 2007).

Esta afirmação da presença de larvas de insetos e baratas aconteceu em todos os depoimentos e fez com que os moradores desenvolvessem uma solução local. Alguns deles afirmam que a água com um dia de parada começa a criar as cabeças de prego e como solução eles criam peixes e camarões, que comem as larvas, e com isso podem utilizá-la por um tempo maior.

Como muitos relataram, a população entende que a manutenção da água gratuita deve-se muito aos *“caboclos que brigaram pela água de graça”*. A grande maioria reclama das poucas horas da prestação de serviço, que ocorrem mais no período da noite e no começo do dia. Eles demonstram preocupação com a água que bebem: reconhecendo sua má qualidade, e o não tratamento da água para consumo humano, chegando a apontar tais motivos como responsáveis, por inúmeros casos de irritação, coceira na pele e em casos mais graves, de infecção intestinal.

Quando questionados a respeito dos conflitos locais ocorridos por causa da água, eles apontam que a mobilização social ocorre quando o serviço é interrompido por mais tempo (vários dias), decorrente da quebra do motor. Isso aciona a pressão popular para que seja feito o conserto, enquanto isso não se concretiza, como medida paliativa abre-se o sistema de

²⁴ Larvas de Insetos.

abastecimento da CAGEPA, considerada como “*água das almas ou água dos defuntos*”. Os moradores afirmam que a necessidade faz com que a utilizem, e alguns deles apresentam irritações na pele, o que os levam a exigir que sejam tomadas providências. Um dos moradores vedou o cano que vinha da *água dos defuntos*, negando-se a usá-la, por considerá-la de péssima qualidade, e chegando a tomar banho com água mineral. Tal fato para ele é, no mínimo, desconcertante, porque ele tenta justificar a atitude como “*razão de tomar apenas um banho por dia*” nos períodos de interrupção dos serviços de distribuição de água no município. Esse cidadão foi o único entre todos os entrevistados que afirma não armazenar água: “*por que não presta, quando falta uso água mineral pra tudo!*”. As casas do núcleo urbano geralmente possuem duas tubulações: a da CAGEPA e a do rio. (Figura 45)



Figura 45 – Tubulação da CAGEPA cortada pelo morador. Autoria: Avaní Torres, novembro de 2006.

O fato é que os moradores entrevistados, quando indagados se pagariam pela água, apresentam a dois tipos de reação: a primeira, de aceitação, pois entendem que a partir do pagamento da água poderiam exigir o tratamento e a regularidade na prestação de serviços. Ou seja, associam o pagamento à eficiência e seguridade da água com qualidade. O relato abaixo representa a opinião de um certo coletivo. O morador afirma que:

(...) o outro prefeito queria cobrar pela água, mas a maioria é indígena e não aceita a água paga, eu aceitava pagar para ter uma água boa, com a água de graça a gente não tem a quem reclamar, por que eles (na prefeitura) passam na cara e falam: “Você não paga então não tem que reclamar!”. (entrevista concedida, janeiro de 2007).

A segunda posição (geralmente alternativa a primeira) é o de parte da comunidade que se junta e luta pela água de graça. Em algumas respostas, é possível notar certo viés político, notadamente estavam impregnadas do clientelismo eleitoral que existe na cidade. No trabalho de campo realizado em novembro de 2006 foi possível verificar que a população em períodos eleitorais faz uso da moeda de troca, o voto, pois este foi o único momento, de todas as visitas realizadas, a presença maciça dos moradores na sede da prefeitura (figura 46 e 47).



Figura 46: População na sede da Prefeitura Municipal de Marcação - PB em período eleitoral. Autoria: Avani Torres, novembro de 2006.



Figura 47: Sede da Prefeitura Municipal de Marcação - PB em período eleitoral. Autoria: Avani Torres, novembro de 2006.

Muitos cidadãos, com a emancipação política da cidade, antes cortadores de cana, ou donos de roçado, tiveram a oportunidade de ingressar no serviço público municipal, o que trouxe uma melhor condição de vida familiar, aumentando a renda, dinamizando economia local e o nível de satisfação dos moradores. Um comerciante local afirma que, a cidade é mantida por verba do funcionalismo municipal, programas sociais do governo federal ou da aposentadoria. Segundo o comerciante: *a cidade só tem vida por cinco dias, quando a população recebe o pagamento.*

Muitas das necessidades mínimas para promover a saúde da população só são solicitadas quando se torna gritante o descaso público. Por exemplo, o caso da falta de água, quando ocorre por poucos dias, a comunidade não se mobiliza, porque de certa forma eles são conformados com a irregularidade do sistema. No questionário uma das perguntas procurava captar informações dos conflitos que ocorreram ou que ocorrem na cidade. Nas respostas da comunidade um conflito é lembrado, quando o prefeito da cidade comunicou à população que a água seria cobrada, provocando a revolta dos moradores, porém, esta só se manifestou e se

organizou, *quando os caboclos desceram e exigiram a água de graça!* . Existem dois acionadores de conflitos hídricos apontados e bem marcados nas respostas da população: o conflito pela prolongada falta de serviço de distribuição da água municipal e por doenças provocadas pela ingestão de água imprópria para o consumo humano.

Pode-se concluir que Marcação-PB deve ser considerada como um *hidroterritório*, por questões étnicas, culturais e locais acima apontadas. A cobrança da água nesta cidade pode acionar uma luta de classe pela água gratuita. A luta se estabelece entre o Estado, representada pelo poder municipal, e a população que é impulsionada principalmente pela raiz étnica da comunidade, que se manifesta nos relatos e entrevistas realizadas com moradores locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns desdobramentos, presentes na Política Nacional de Recursos Hídricos, acabam por inserir outras variáveis nesse contexto e que por sua vez o tornam ainda mais complexo. Quando se pensa nos consumidores dos recursos hídricos, faz-se necessário considerar, de maneira sistematizada, quatro importantes aspectos já abordados em separado:

- a) A possibilidade de falta de recursos financeiros para adquirir o bem em questão;
- b) a não correspondência entre necessidade e demanda;
- c) a existência de fatores externos ao controle dos potenciais usuários e que impedem ou limitam o seu acesso à água;
- d) o fato de que nenhum bem ou serviço, pode ser considerado absoluto pelos consumidores, exceto os bens vitais que são a água e o ar.

As novas normas de conduta que a gestão dos recursos hídricos estabelece com a lei 9.433/97, através dos instrumentos econômicos, modificam o *status* e as gestões culturais da água nos territórios, ativando um mecanismo de cobiça pela posse, controle e uso da água e transformando muitos territórios em *hidroterritórios*. No atual quadro de implantação da lei, os conflitos em andamento se potencializam com a valoração econômica da água.

Na investigação, como proposta, avaliou-se a importância da água como mercadoria. De fato ao longo do tempo este elemento, quando escasso num território, determina a gestão territorial através do controle e posse da água tornando-a um instrumento de poder e moeda de troca (mercadoria). As modificações impostas pela lei, possibilitam a gênese de conflitos e trazem á tona resistências à implantação desse modelo de gestão, que se diz participativo. Acredita-se, porém, que uma efetiva participação da sociedade só existe quando há um amplo debate, com igualdade de acesso às informações para que assim a coletividade possa escolher o caminho a trilhar. Nas diversas viagens aos hidroterritórios aqui estudados, observou-se que apenas o Assentamento Acauã possuía a informação e o convívio com a outorga da água, o que influenciou e agravou o conflito na disputa de interesses de classes pela posse e uso da água.

Por outro lado, em diversos debates que a PNRH realizou para determinar os caminhos e conjunto de regras para a gestão, foi possível verificar a inexistência da representatividade participativa. Nas diversas reuniões, notou-se uma quase (se não absoluta) ausência das populações ribeirinhas, dos agricultores familiares, enfim dos que tradicionalmente convivem e necessitam deste elemento para sobreviver. Os convites à participação popular, em geral só acontecem por listas eletrônicas sem que aconteça uma efetiva divulgação da informação nos meios de comunicação de massa. Talvez por isso, a representatividade da sociedade nos comitês de bacia no Nordeste brasileiro é deturpada e tendenciosa favorecendo o poder econômico e político. Esta deturpação da “representatividade” acaba tendo influência nos arranjos territoriais, que assumem interesses particulares com custos ambientais socializados, validados pela lei. Se uma indústria poluiu e paga por essa poluição, os valores pagos são repassados aos consumidores ao adquirir sua cesta de produtos, portanto, os custos ambientais são efetivamente pagos pela sociedade, enquanto os lucros financeiros proporcionados pelo uso da água são particulares e geralmente ligados a oligarquias políticas locais e/ou a empresas globais.

Desta forma, a interpretação dos conceitos econômicos presentes nas leis, normas e regras de gestão da água adicionam poder e valor econômico a este elemento, tornando-o um dispositivo de luta das classes, com interesses de dominação, quer seja no momento de “comercialização” ou como ferramenta política.

No mapeamento dos territórios diferenciados da água, estabelecidos por abundância ou escassez, é possível que se estabeleça uma espécie de “boicote” dos usuários, contra a cobrança da água ou mesmo, lutas acirradas para uma comercialização privada pelos direitos de uso, que tornam a gestão inócua, ou no mínimo tendenciosa a atender a necessidade dos poucos “senhores das águas”.

Na Política Nacional da Gestão dos Recursos Hídricos, muitos fatores foram desconsiderados, entre eles a função social inerente a este elemento, componente da vida. Nessa análise, com a implantação dos instrumentos de outorga e cobrança da água no Nordeste brasileiro, pode-se esperar ainda mais desigualdades, estabelecidas por meio de um precário sistema de normas que não considera as especificidades de gerir a água nos hidrotérios, como nos exemplos apontados nos estudos de caso desta pesquisa. A compreensão de tais imposições impulsiona um levante por uma água social, com direitos de acesso por todos, sem exclusão econômica, inclusive garantindo o estoque estratégico para as gerações futuras.

Com relação à aplicação da lei 9.433/97 pode-se afirmar também que, na prática, ela esvazia a concepção de bem público quando, por exemplo, a água não é acessível às comunidades ribeirinhas, quer seja na gestão participativa, nos comitês de bacias, onde existem poucos casos de participação efetiva dessas comunidades, quer seja no acesso, por incapacidade de pagar pelo bem, para produzir e com isso garantir a manutenção da renda mínima familiar e a segurança alimentar. Por vezes estas comunidades resistem à implantação da lei tornando a água um bem disputado, por grupos sociais, formando assim *hidroterritórios*, que lutam por condições equitativas de uso.

Como colaboração, esta pesquisa sugere que a PNRH passe por reformulações, dada a especificidade de determinados territórios, bastante sensíveis a mudanças. A cultura local de gerir a água deve ponderar o diálogo para que se possam estabelecer gestões específicas da água, como nos casos apontados dos *hidroterritórios*.

No *hidroterritório* privado de Alagoinha em Pernambuco, onde ocorre uma distribuição seletiva da água, de acordo com o poder econômico dos agentes ou por intermédio de políticas partidárias eleitoreiras, que distribuem a água financiada por verbas públicas a uma “*acurralada*” população correligionária, ou seja, ao seu “*curral eleitoreiro*”.

Por outro lado, numa visão mais ampla, globalizada, a potencialidade hídrica que o Brasil possui atrai os interesses das empresas transnacionais, que lentamente adentram nos territórios de abundância hídrica, transferindo a propriedade dos “*senhores das águas locais*” ao poderio dos capitais globalizados.

A água como mercadoria global, revela sentimentos e expressões de lutas locais. Existem poderes que lutam pela troca do capital natural nacional pelo capital desterritorializado, com acumulação capitalista, e aqueles que resistem com movimentos sociais. As resistências são referências à luta do espaço igualitário social, no que diz respeito ao direito público da água, que pertence ao lugar, ao nacional e não ao global privatizado.

Esta pesquisa traz à tona mais questionamentos que soluções, mas certamente visa contribuir com o debate da resistência a este novo modelo de exploração dos recursos naturais, que maximiza os lucros de forma global, em detrimento das populações locais.

ANEXO 1

Entrevista aplicada aos moradores das comunidades de Alagoinha e Sítio Magé

- 1-Como surgiu o dessalinizador e o poço?
- 2-Quem propôs o sistema de pagamento com ficha?
- 3-Como chegaram ao valor de 10 centavos?
- 4-Informaram para vocês que este valor manteria o sistema funcionando (bomba e dessalinizador)?
- 5-Quais os problemas que aconteceram com as máquinas o poço e o dessalinizador?
- 6-Como foi formada a associação e por que é uma associação de mulheres?
- 7-Como a associação tentou resolver?
- 8-Houve alguma tentativa de tirar a administração da água de vocês?
- 9-Até quando o governo ajudou na manutenção do sistema?
- 10-Antes de haver a água de ficha, como era o abastecimento de água?
- 11-Enquanto existia o sistema de ficha, os caminhões vendiam água?
- 12-Como os vendedores de água se comportaram?
- 13-Vocês acham que é necessário envolver a política na gestão da água?

ANEXO 2

Questionário aplicado no núcleo urbano de Marcação - PB

1. Sempre morou aqui? Já morou fora daqui? De onde veio? (resgatar a trajetória)
2. Na sua casa moram quantas pessoas?
3. Profissão: (O que faz para ganhar a vida)?
4. Quais são os tipos de fontes d'água que você conhece na cidade?
5. Qual tipo é o melhor? Porque?
7. A família tem água suficiente para seu uso?
8. Existe falta d'água? Quando falta é para todos? Em qual período do ano falta água?
9. Você sabe porquê falta?
10. Se faltar, onde a família consegue água?
- 11 A família costuma armazenar água em casa? Dura para quantos dias?
13. Para que a família utiliza mais a água?
14. Quais são as principais causas que dificultam a disponibilidade de água?
15. Você considera a água da comunidade de boa qualidade?
16. Já houve algum conflito por causa de água aqui na comunidade? Como foi? Qual foi a solução?
17. Você paga água? Já pagou alguma vez? Quando? Desde quando não paga?
18. Caso fosse aprovada a cobrança pela água o que você faria?

ANEXO 3

Notícia do jornal

ASSENTAMENTO ACAUÃ

Perto do Canal, mas com sede

Segundo a secretária da Associação dos Agricultores do Assentamento Acauã, Maria do Socorro Gouveia, as 120 famílias do assentamento agora já podem pegar água sem impedimento da fiscalização do Estado. Mesmo assim são acusados de estarem cometendo um ato irregular.

"É que nós puxamos a água do Canal para um açude - que já existia quando o assentamento foi criado - e só depois bombeamos para a caixa d'água. Mas o governo diz que a água deveria sair diretamente do Canal para a caixa", explica.

Para que isso acontecesse, afirma, seria necessário construir um sistema de bombeamento que os moradores de Acauã não têm condição de bancar. "Eles acusam, mas até hoje não chegaram para a gente com um projeto para usar de forma racional aquela água", queixa-se Socorro Gouveia.

Como a irrigação na comunidade está sendo feita sem autorização do Governo, os moradores sentem-se inseguros e acham que podem perder o direito de uso da água a qualquer momento. "Ninguém do assentamento tem a outorga da água que usa. É como se tudo fosse provisório. Gostaríamos muito de ter mais segurança", afirma.

ANEXO 4

Notícia do jornal

Balde de 20 litros não sai por menos de R\$ 1

A água que deveria chagar de graça para toda a população de Duas Estradas está sendo vendida. Com tempo livre por falta de trabalho e pouco dinheiro, as pessoas estão pegando água em um dos quatro pontos onde ela é distribuída na cidade e vendendo a quem não pode se deslocar até o local e pega-la.

Maria das Graças Mendes da Silva, disse que

primeiro pega água para a família, que tem 10 pessoas e depois começa a pegar para vender. "Se a água fosse só os 20 litros que o governo dá por pessoa, não dava para fazer nada, eu pego mais que isso e depois ainda pego para vender. Não tenho dinheiro, nem emprego e sei que tem gente precisando de água e não pode pegar, então eu vendo a R\$ 1,00 o balde de

20 litros. Com esse dinheiro, compro comida para minha casa", disse.

José Rogério, vigilante da escola que é um dos pontos de distribuição de água e organiza a fila, disse que se não houvesse uma pessoa controlando, daria briga. "A água é tão pouca, que se não houver organização, as pessoas vão brigar feio para furar fila", comentou.



Sem emprego, alguns moradores recebem a água dos carros-pipa e comercializam-na

Correio da Paraíba, 3 de Dezembro de 2006 —Caderno B, Cidades, Pág 3.